



TEXTO PARA DISCUSSÃO

ISSN 0103-9466

312

História do crescimento econômico As origens político/culturais da Revolução Industrial

Ademar Ribeiro Romeiro

Agosto 2017

História do crescimento econômico

As origens político/culturais da Revolução Industrial

Ademar Ribeiro Romeiro

Sumário

Introdução Geral	2
Parte I. O Legado Medieval	4
1. Introdução	4
2. Ordens Sociais Familiares e Ordens Sociais Estatais	17
3. O Caso da China: as Origens Político-Culturais do Crescimento Econômico Interrompido	21
3.1. O Surgimento do Estado Chinês	22
3.1.1. A Unificação do Estados Chineses	27
3.1.2. Um Contraponto Asiático: a fragmentação Indiana	30
3.2. A Revolução Industrial Chinesa Rejeitada	31
4. O caso da Europa: o Legado Medieval	37
4.1. A Cosmo Visão Judaico-Cristã	44
4.2. O Individualismo e o Império da Lei: dois fatores decisivos do excepcionalismo Europeu	46
4.2.1. O Individualismo	47
4.2.2. O Império da Lei e o Estado	51
4.2.3. Religião, Instituições e a Lei	58
4.3. A Democratização da Governança	60
4.3.1. Os Estados Feudais	62
4.3.2. O Processo de Centralização Estatal	62
4.3.3. O contraponto Francês	65
4.4. Acumulação de Capital na Agricultura	69
4.4.1. Dinâmica da Mudança Técnica	73
4.4.2. Acumulação de Capital Agropecuário e Capitalismo	78
4.5. A Revolução Comercial	82
4.5.1. Um Estado Peculiar: Comunas e Guildas Comerciais	87
4.5.2. O Sistema de Responsabilidade Comunitária	89
4.6. A Revolução Pré-Industrial	93
4.6.1. Energia, Ferro e Pedra	95
4.6.2. Especialização e divisão do trabalho	98
4.6.3. Desflorestamento e poluição do carvão	100
4.7. A Catástrofe Econômico-Ecológica do Século XIV	102
Considerações Finais	105
Referências bibliográficas	111

Introdução geral

Desde a Revolução do Neolítico (a invenção da agricultura), as diversas civilizações que surgiram experimentaram um processo de crescimento econômico que permitiu que se consolidassem como tais. A partir de certo ponto, entretanto, o crescimento econômico se estanca. Os surtos de inovações que permitiram esta consolidação desaparecem por falta de estímulos e/ou devido a esforços deliberados de evitá-las uma vez que elas passam a perturbar a ordem estabelecida. Aqueles que se beneficiam do *status quo*, sobretudo, passam a reagir a mudanças vistas como ameaças. É importante notar, entretanto, que as forças reacionárias não resultam apenas dos interesses velados daqueles que usufruem de uma posição privilegiada em uma dada ordem política, mas também da maior parte da população que vê um valor intrínseco nas instituições e costumes que lhe dão legitimidade. Trata-se de preservar o que é considerado como o modo de viver – de trabalhar, de fazer negócios, de comer, de rezar... – consagrado pela tradição. Nesse sentido, em todas as civilizações o processo evolucionário que as consolidou como tais progressivamente cede lugar a uma dinâmica de reações a todo tipo de mudança, o que as transforma em **Civilizações Reacionárias**.

O crescimento econômico acaba por cessar porque é **subversivo** dado que sua continuidade depende da introdução contínua de inovações que impactam todas as esferas de atividade da sociedade¹. Como observa Lopez (1976, pos.67), tendo em vista o caso do Império Romano, *“o crescimento econômico...é perturbador e tende a perder seu apelo uma vez que um equilíbrio satisfatório é atingido...Cada um dos grandes impérios que floresceram antes de Roma, cedo ou tarde, cresceram até um ponto considerado confortável e procuraram não ir adiante. Similarmente, nos últimos dois séculos antes de Cristo, a Roma republicana tinha atingido junto com sua forte expansão militar um nível semelhante de aventura empreendedora e comercial; mas as convulsões políticas que acompanharam este crescimento amedrontaram os aristocratas fundiários que detinham originalmente o poder e que acabaram vencendo. Augustus restaurou a paz e dedicou o Império à tranquilidade agrícola e à busca do meio*

(1) Além das inovações, as demais fontes de crescimento econômico são relativamente limitadas. Mokyr (1990) classifica como “horizontal” o crescimento da produtividade do trabalho decorrente dos ganhos de escala que resultam do aumento do tamanho da economia pelo crescimento demográfico; por crescimento “slowiano” o aumento de produtividade que resulta da acumulação de capital; por crescimento “smithiano” aquele que resulta da ampliação da divisão do trabalho resultante da expansão comercial; e, finalmente, por crescimento “schumpeteriano” o crescimento econômico que resulta da introdução contínua de inovações que leva a um processo que Schumpeter batizou de “destruição criativa”.

termo dourado, 'aurea mediocritas'. A cada cidadão foi garantido o sentimento de segurança e de estar bem ajustado ao padrão de vida ao qual sua posição social dava direito, sendo desencorajado a buscar mais. Estabilidade, não oportunidade, era considerado o objetivo mais desejável”.

Nesse sentido, o crescimento econômico sustentado por longo período de tempo somente é possível em sociedades cultural e politicamente abertas a inovações, o que pressupõe também condições muito específicas de evolução da ordem política e/ou social². É condição necessária que a evolução da ordem político/social seja tal que permita que a inventividade da população resulte em aplicações inovadoras. Para tanto é preciso que os detentores do poder não sejam capazes de impedir a difusão de invenções. Inventividade e criatividade tecnológica têm que andar juntas. É possível uma sociedade ser muito inventiva, mas relativamente pouco inovadora. Foi o caso da China. Por outro lado, é possível uma sociedade ser desproporcionalmente mais inovadora do que inventiva. Foi o caso da Europa, onde *invenções* provenientes de outras civilizações, principalmente da China, se transformaram em *inovações* de grande impacto socioeconômico³.

Na Europa Ocidental fatores político/culturais específicos vão fazer com que o processo civilizatório que começa a partir do fim do Império Romano tome um rumo distinto daquele das demais civilizações. As inevitáveis forças reacionárias aí serão bem sucedida e permanentemente confrontadas pelas forças de mudança. A introdução cada vez mais sistemática de inovações em todos os campos – culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas – distinguiram-na como uma *Civilização Mutante* (Braudel, F., 1979). A Revolução Industrial aí ocorreu não por acaso. Ela foi o resultado de um processo evolucionário impulsionado pela introdução de inovações que começa na alta Idade Média e que se acelera fortemente no século XVIII. Capitalismo, Revolução Industrial e modernidade foram fenômenos europeus, frutos de um amalgama peculiar de fatores político/culturais que pela primeira vez permitiu o rompimento de um “teto invisível” que até então havia bloqueado a continuidade do processo de crescimento econômico em todas as civilizações.

(2) Ordem Política para Fukuyama, F. (2011) ou Ordem Social para North, D.C., Wallis, J. J; Weingast, B. R. (2009).

(3) A diferença entre invenção e inovação está em que uma invenção se torna uma inovação quando se difunde, quando tem um impacto socioeconômico.

De modo geral os autores que estudaram esse processo histórico com tal perspectiva – qual seja, a de um processo evolucionário peculiarmente europeu – foram chamados de “eurocêtricos” em um sentido negativo, seja porque atribuiriam à Europa qualidades excepcionais que justificariam considerá-la como superior a todas as demais; e/ou porque ignorariam as contribuições de outras civilizações; e/ou ainda porque não levariam em conta o papel da exploração colonial. No entanto, o “eurocentrismo” da narrativa que será apresentada aqui não tem nenhuma conotação de valor, mas apenas resulta da análise de fatos históricos. A peculiaridade europeia foi fruto de um amalgama aleatório único de fatores geopolíticos e culturais. Não tivesse esse amalgama ocorrido a Revolução Industrial poderia ter sido postergada por séculos.

A narrativa foi dividida em duas partes: a primeira, cobrindo basicamente o período que foi chamado de “Idade Média”, procura mostrar como se forma a primeira “civilização mutante” da história, cujo legado contribuiu decisivamente para a definição de uma trajetória cultural e político/institucional condutora da Revolução Industrial; a segunda parte se estende do fim da Idade Média até a Revolução Industrial no século XVIII, a partir da qual o mundo inteiro estaria fadado a entrar num processo de mudanças contínuas impulsionado pela introdução incessante de inovações culturais, institucionais, organizacionais e tecnológicas. A civilização mutante europeia se torna uma civilização mutante mundial.

Parte I. O Legado Medieval

1. Introdução

Essa primeira parte é dedicada a mostrar as origens medievais do processo de crescimento econômico sustentado que levou à Revolução Industrial. Origens medievais na verdade da própria Civilização Ocidental. Certamente a herança greco-romana faz parte dessas origens. Porém, é no período medieval que a herança greco-romana se funde com as tradições tribais germânicas sob a égide do Cristianismo em expansão e afirmação, num contexto de fragmentação geopolítica e de poder, dando origem a uma **civilização mutante**, movida pela introdução incessante de inovações – tecnológicas, organizacionais e institucionais. O legado medieval condicionou uma trajetória *sui generis* das ordens político/sociais que se consolidam com os Estados nacionais.

É esse legado que explica a emergência de ordens sociais de acesso aberto e/ou instituições políticas inclusivas, começando com a Inglaterra no século XVII, as quais, segundo North, Wallis and Weingast (2009) e Acemoglu and Robinson (2012), estão na origem do crescimento econômico sustentado que desemboca na Revolução Industrial (R.I). Ou ainda, que explica a emergência de uma “cultura do crescimento” e/ou de valores burgueses (“as virtudes, a dignidade e a igualdade burguesas”) que para Mokyr (2016) e McCloskey (2006, 2010, 2016), respectivamente, foram os fatores determinantes no desencadeamento da R.I. Que está na origem, enfim, de um processo evolucionário de transformações culturais e político/institucionais que tornaram possível a R.I⁴. Nesse sentido, como sugerem as análises de medievalistas como White (1962) e Gimpel (1975) entre outros, a Revolução Industrial representa a continuidade de um processo evolucionário inédito na história das civilizações que começa na Idade Média e se acelera no século XVIII.

A análise começa com uma breve (2) discussão sobre as origens das formas de organizações sociais estatais, sem as quais não há crescimento econômico. Durante a maior parte da história do *homo sapiens* a humanidade se organizou em ordens sociais tendo por base afinidades familiares – *familísticas* – seja sob a forma de bandos seja sob a forma de tribos. Nessas condições, que perduraram por dezenas de milhares de anos, não há crescimento econômico, nem tampouco mudanças organizacionais/culturais significativas. Estas sociedades movem-se lentamente como “placas tectônicas”. Presume-se que a origem das formas de organização estatais é a mesma que explica a passagem da organização em bandos para a de tribos: a partir do surgimento da primeira tribo, suas óbvias vantagens militares dão origem a um processo de formação de tribos por parte dos bandos que se sentem ameaçados; do mesmo modo, desde que surge o primeiro Estado suas vantagens militares dão origem a um processo de formação de Estados por parte das demais tribos que não foram derrotadas/assimiladas. No entanto, em todas as civilizações as ordens sociais estatais não superaram completamente o familismo herdado das ordens sociais tribais. Somente na Europa Ocidental isso vai ocorrer, constituindo-se em um dos fatores que compõem seu excepcionalismo.

Em seguida o caso da China é analisado (3). O processo de formação do Estado chinês oferece uma perspectiva comparativa interessante com o que viria

(4) Como observa, com razão, Goldstone (2016), em sua crítica a McCloskey, foi todo um conjunto de transformações e não apenas uma.

ocorrer na Europa mais de mil anos depois (3.1). Do mesmo modo como as tribos Zhou conquistaram um território ocupado há muito tempo para estabelecer uma aristocracia guerreira, as tribos germânicas que destruíram um decadente império romano criaram um sistema político comparavelmente descentralizado. Em ambas as regiões a formação dos Estados foi impulsionada pela guerra, levando a uma progressiva consolidação das terras controladas por senhores da guerra em Estados territoriais, com centralização do poder político e desenvolvimento de uma administração impessoal moderna.

Diferentemente, entretanto, os diversos Estados chineses acabaram por se consolidar num único e gigantesco Estado unificado, que não somente foi um dos mais precoces historicamente, como também o mais moderno entre todos pelos critérios de Max Weber, em especial aquele de possuir uma burocracia administrativa uniforme em vários níveis recrutada por critérios impessoais de eficiência. Um Estado centralizado, burocrático e imensamente despótico. O desenvolvimento precoce do Estado moderno na China ocorreu antes que emergissem outros centros institucionalizados de poder que pudessem limitar o poder dos governantes. Na Europa o poder dos monarcas foi contrabalançado pelo poder da aristocracia hereditária baseada em territórios, das cidades independentes controladas por uma classe mercantil, de uma organização religiosa independente e de outros grupos autônomos. Além disso, a modernidade política precoce na China, numa enorme área geográfica, não foi acompanhada pela modernidade econômica, ou seja, a ascensão de uma economia capitalista de mercado. Tampouco foi acompanhada pela modernização social: estruturas familísticas não foram superadas pelo moderno individualismo, continuando a coexistir com uma administração impessoal até os dias de hoje.

A ascensão precoce do Estado centralizado moderno na China resultou em que este tenha permanecido como o mais organizado e poderoso ator social da sociedade chinesa. A elite de funcionários desse Estado, os **mandarins**, formava o núcleo fundamental responsável pelo desenvolvimento de uma cultura comum a todas as elites, com uma linguagem compartilhada, um *Canon* literário clássico, uma tradição burocrática, instituições educacionais imperiais, uma história comum e um sistema de valores que condicionava o comportamento das elites tanto social como politicamente. Este sentimento de unidade cultural, de que “governar o todo era mais legítimo que governar suas partes componentes”, permanecia mesmo quando o estado se desintegrava. Assim, as sucessivas rupturas descentralizadoras não se congelaram numa multiplicidade de estados independentes.

O Estado chinês foi capaz durante um longo período de liderar, incentivar e controlar, a introdução de inovações que contribuíam para manter e/ou aumentar seu poder, o qual era baseado fundamentalmente na extração do excedente gerado por uma massa enorme e crescente de camponeses. No entanto, como será visto (3.2), do mesmo modo que a introdução regular de inovações foi estimulada, direcionada e controlada pelo Estado, esse mesmo Estado passou a agir na direção contrária quando isto passou a ser visto como uma condição necessária para manter a estabilidade do sistema.

Progressivamente para manter a ordem estabelecida, o *status quo* e seus interesses velados, as inovações necessárias eram aquelas que permitiam manter uma enorme densidade populacional produzindo e vivendo de acordo com os costumes estabelecidos. Fundamentalmente inovações poupadoras dos recursos cada vez mais escassos, terra e capital, e intensivas em mão de obra, o recurso abundante. O que implicava a não adoção e, em muitos casos, simplesmente o abandono de certas inovações poupadoras de trabalho em favor de velhas tecnologias intensivas em trabalho. Cabe ressaltar que entre os interesses velados da ordem estabelecida estavam em especial aqueles dos mandarins, intelectuais-burocratas a serviço do Imperador, principais responsáveis de um brilhante desenvolvimento cultural onde a manutenção de uma ordem considerada harmoniosa era um imperativo fundamental.

No caso da Europa Ocidental (4), diferentemente da China, a emergência dos Estados centralizados ocorreu posterior e/ou concomitantemente com a emergência dos elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática. Esses elementos têm sua origem, por um lado, na fusão da herança greco-romana com as tradições germânicas num processo conduzido e condicionado largamente pela evangelização do Norte Europeu e, por outro, em fatores geopolíticos que contribuíram para a fragmentação de poder, condição necessária para a liberdade de organização e de empreendimento, de inovar. Esta situação de fragmentação de poder decorreu de fatores geopolíticos (Estados em competição) bem como, dentro de cada Estado, do entrelaçamento de fatores culturais e políticos que se reforçaram mutuamente dando origem a instituições e organizações independentes do Estado. Estas são condições essenciais para evitar a formação de regimes excessivamente despóticos.

As liberdades individuais no plano social (o individualismo) começam a se afirmar séculos antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo; do mesmo modo, o Império da Lei precede a concentração do poder político em

Estados centralizados; e, por último, instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar. Enfim, os elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática evoluíram de um modo excepcional e precoce, levando à formação de entidades sócio-políticas ('polities') de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação.

No plano cultural cabe destacar inicialmente a influência da cosmo visão judaico-cristã na criação de uma cultura mais favorável ao crescimento econômico sustentado (4.1). Primeiramente, pelo fato de que nesta visão o ser humano é visto como o centro da criação divina, estando a natureza a seu serviço. Uma natureza que é de certo modo *dessacralizada*, na medida em que o lócus divino/espiritual se transfere para Deus (e os santos). Essa concepção de natureza confere uma grande liberdade na sua manipulação o que é a essência mesma do progresso tecnológico inovador. Em segundo lugar, aponta-se também a concepção linear do tempo, que pode ser regressiva, mas de modo geral foi progressiva, em direção a um mundo melhor, em contraste com as concepções cíclicas predominantes em outras civilizações, onde a ideia de progresso é inexistente. Finalmente, o respeito pelo trabalho presente nos Antigo e Novo Testamento, que na Cristandade Latina Medieval assumirá, começando pelos monastérios, um valor social amplamente respeitado.

Outro fator cultural decisivo foi o individualismo. O ***Individualismo*** junto com o ***Império da Lei*** foram fatores decisivos do excepcionalismo europeu (4.2). O individualismo é importante na medida em que a viabilidade de um Estado depende de um deslocamento da lealdade dos indivíduos do grupo familiar/clânico para o Estado. O individualismo é importante ainda para a expansão de uma economia de mercado que exige o estabelecimento de relações de confiança entre não parentes. No caso da China, mas também nos casos da Índia e do mundo islâmico, as instituições baseadas em território e autoridade legal centralizada tiveram que ser superpostas sobre sociedades tribais fortemente segmentadas, baseadas em linhagens agnáticas (patrilineares). Entretanto, em nenhum destes casos os esforços "de cima para baixo" realizados com esta finalidade foram capazes de abolir as relações familísticas como base da organização social local⁵.

(5) Nas áreas de Civilização Islâmica, ao contrário, essas relações de origem tribal foram reforçadas de modo a ter um papel fundamental na dinâmica social.

No caso europeu as redes de relações familísticas como base do jogo político desaparecem com a emergência do feudalismo. Este desaparecimento se deveu a ação de duas forças agindo simultaneamente. A primeira foi a capacidade de influência sociocultural da Igreja católica que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento distinto do padrão mediterrâneo que era fortemente patrilinear, endógamo e com poucas oportunidades para a mulher ter propriedade ou participar da esfera pública. No novo padrão de casamento promovido pela Igreja a herança era bilateral (pelo homem e pela mulher), o casamento inter primos banido e a exogamia estimulada. Também foram proibidas outras estratégias familísticas para manter a propriedade dentro do grupo familiar como o casamento das viúvas dentro da família, o repúdio (divórcio) da mulher pelo homem, a concubinação e a adoção de crianças na falta de um herdeiro masculino. A mulher tinha maiores direitos de propriedade e de participação da vida pública. É preciso ter em mente que era o indivíduo e não o grupo social que estava no centro da teologia cristã.

A segunda força em ação na destruição das relações familísticas como base da organização social foi a forma peculiar do feudalismo europeu. Peculiar no sentido de que emergiu como desesperada resposta de autodefesa num contexto de caos imenso que exigiu encontrar formas de articulação entre grupos isolados não relacionados familiarmente (o sistema de vassalagem). Em outras palavras, o feudalismo surgiu como uma alternativa não familística de organização social. As estruturas familísticas não ofereciam uma proteção adequada na medida em que já se encontravam fortemente comprometidas pela prevalência da dualidade de descendência – patri e matri linear, um indicativo de relações familísticas com fronteiras pouco rígidas. A essência do feudalismo, portanto, foi a submissão voluntária de um indivíduo a outro, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço. Por sua vez, as instituições sociais de caráter feudal, baseadas em contrato voluntário entre suserano e vassalo, em vez de relações de parentesco, reforçam o individualismo, bem como a ampliação do entendimento sobre personalidade legal.

Desse modo, a sociedade europeia era *individualista* no sentido de que eram os indivíduos e não suas famílias ampliadas (seus clãs) que tomavam importantes decisões sobre casamento, propriedade e outras questões pessoais. Assim, antes do início da formação dos Estados nacionais e séculos antes da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, as sociedades europeias no Ocidente já haviam se tornado muito mais individualistas do que qualquer sociedade contemporânea a elas. As instituições de Estado foram superpostas em

sociedades onde os indivíduos já gozavam de uma grande liberdade em relação às obrigações sociais familísticas. Nesse contexto, a economia capitalista emergente não teve que enfrentar, como na China e na Índia, a resistência de grandes grupos familísticos corporativamente organizados com substancial propriedade a proteger, mas, ao contrário, avançou em sociedades onde a propriedade trocava de mãos rotineiramente entre estranhos (não-parentes).

Além desta saída peculiar do tribalismo familístico, também o processo de formação dos Estados feudais europeus foi excepcional na medida em que o crescimento de seu poder e legitimidade foi inseparável da emergência do Império da Lei (4.3). Na China a lei era o que a vontade do imperador determinasse. Nos Estados feudais não. Os reis feudais nada mais eram que *primus inter pares* dentro de uma ordem social descentralizada. Eles passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer a autoridade e manter as comunicações num mundo fracionado em vilarejos e feudos isolados, sendo que um dos principais serviços que o rei podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. As cortes reais itinerantes tinham a vantagem de serem mais imparciais na medida em que tinham menos ligações com os litigantes do que as cortes senhoriais locais. Também apresentavam vantagens procedurais como a capacidade de compelir os cidadãos a servirem como jurados e, com o tempo, passaram a gozar de economias de escala e de escopo. A administração da justiça requer trabalho especializado e com melhor educação.

No entanto, as condições para o funcionamento apropriado do Império da Lei vão além de aspectos institucionais e/ou procedurais. É necessário que este seja percebido como justo, não podendo haver exceções. Os próprios reis, bem como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor derivava em última instância de uma sanção religiosa. Sanção religiosa essa que provinha de uma autoridade religiosa que havia se firmado de modo independente da autoridade política ao fim de um longo conflito (conflito da investidura) em torno do direito de nomeações de bispos e padres que os monarcas reivindicavam para si próprios. O resultado desse conflito foi um compromisso sobre os respectivos e separados domínios dos poderes espiritual da Igreja e temporal do Estado. A Igreja foi capaz de criar um domínio separado e bem institucionalizado de autoridade espiritual com jurisdição universal. Desse modo, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia

não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também antes do próprio processo de construção do Estado moderno.

Porém, a prevalência do Império da Lei é uma condição necessária mas não suficiente para o exercício de uma governança mais democrática. É preciso que existam instituições capazes de responsabilizar os governos pelos erros cometidos na definição e condução de políticas públicas. Na Europa estas instituições surgiram a partir de antigas instituições feudais, tais como assembleias representativas, que não foram completamente destruídas pelos estados modernos centralizados. Também a independência institucional da autoridade religiosa estimulou o fortalecimento da organização e independência desses corpos políticos da sociedade feudal, que evoluíram no sentido de se tornarem instituições representativas de três ordens – a aristocracia feudal, a Igreja e o terceiro setor composto de todas as demais categorias, capazes de contrabalançar o poder real à frente dos estados centralizados. O terceiro setor era representado basicamente pelos habitantes das cidades, a burguesia nascente. As cidades na Europa medieval gozavam de uma posição inédita de independência tanto diante das monarquias quanto diante da aristocracia feudal.

A esses “players” maiores se juntam uma série de organizações. Ligadas à Igreja, porém atuando com grande independência cabe destacar duas delas: os mosteiros e as universidades. Os mosteiros embora também capazes de atuar diretamente no jogo político de poder, têm seu papel mais notável como verdadeiras empresas proto-capitalistas, centros de inovações de todos os tipos, agrícolas e industriais. As universidades, por sua vez, como centros autônomos de pensamento e atuando corporativamente representaram um poder cultural e político efetivo. Estão na origem da emergência de uma classe de intelectuais urbanos. Além de um impacto no ordenamento jurídico ao gerar toda uma categoria de especialistas legais que está na origem de um judiciário profissional independente que irá consolidar o “Império da Lei”, seus professores e estudantes universitários constituíram um dos principais grupos sócio-profissionais aos quais a cidade medieval deveu seu poder e fisionomia. Também no plano político mais geral, o papel das universidades e dos universitários foi muito importante.

Por fim, as corporações de ofício, as Guildas. Tendo como origem confrarias de ajuda mútua, tiveram também uma importante atuação no jogo político. Em especial, como será visto, na governança das cidades em aliança com a comunas. Para as atividades industriais e comerciais foram decisivas. Nas atividades industriais a própria forma como o trabalho foi organizado refletia uma

mudança histórica de mentalidade sobre seu valor, que era depreciado em todas as civilizações. Portanto, o trabalho e os trabalhadores de todas as profissões, incluindo a de mercador, adquiriram uma dignidade própria.

Trata-se, portanto, de um quadro institucional de governança único. Assim, muito antes da consolidação do Estado moderno, na Europa medieval Estados fragmentados em equilíbrio instável garantiram ordens sociais mais compatíveis com o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras. É sob este quadro institucional, e por causa dele, que um longo período de crescimento econômico sustentado irá ocorrer sobretudo a partir do século XI até a crise do século XIV. Um processo de crescimento “schumpeteriano”, na medida que teve seu motor principal na introdução de inovações técnicas, organizacionais e institucionais.

No longo período de formação do sistema feudal, desde o fim do Império Romano no século V até o século X, importantes inovações contribuíram para sua consolidação. Em especial as inovações que aumentaram a produtividade total dos fatores na agricultura, mas com um viés poupador de trabalho (4.4). Por razões de segurança a agricultura itinerante praticada foi abandonada na medida em que as populações em busca de proteção se aglutinaram em torno de um chefe de guerra, o futuro senhor feudal. O sistema de agricultura permanente que se desenvolveu foi chamado sistema de rotação bienal dado que as culturas se alternavam com um período de “pousio” do solo; ou seja, cada parcela de solo era cultivada ano sim ano não. No entanto, o que foi considerado por muitos autores como um período de “descanso” do solo para a recuperação da fertilidade, foi na verdade uma técnica mais econômica, em termos de tempo de trabalho, para controlar ervas daninhas. Em agricultura permanente em campo aberto o grande inimigo do agricultor é a invasão por gramíneas que não são passíveis de controle pelo fogo.

Durante todo o período de “pousio” o solo era “capinado”, de modo a limpá-lo das ervas daninhas. Essa “capina” foi mecanizada com a invenção do arado pesado (o nome correto é charrua). Foi a primeira mecanização de trabalho de campo da história. A charrua representou uma inovação maior, concebida essencialmente para controlar ervas daninhas (capim). Ao contrário do arado da antiguidade que apenas sulcava a terra, o novo arado revira o solo de modo a expor ao sol as raízes do capim, ao mesmo tempo em que prepara o solo para a sementeira. Uma segunda macro inovação irá permitir a passagem do sistema de rotação bienal para o sistema de rotação trienal, que aumentará significativamente

a capacidade de acumulação de capital da agricultura medieval: um novo sistema de atrelamento que permitiu usar o cavalo para puxar o arado. O cavalo é muito mais rápido do que o boi, permitindo num mesmo ano trabalhar um terço da área para controlar ervas daninhas outro terço para preparar o solo para uma sementeira de cultura de primavera e outro terço para sementeira de cultura de inverno. Como resultado, obtém-se um aumento de cerca de um terço da área cultivada (67% da área contra 50% no sistema bienal), além de colocar em marcha um aumento progressivo dos rendimentos da terra pela melhoria da fertilização que o uso do cavalo no transporte de fertilizantes vai propiciar. Os rendimentos por hectare evoluem para dobrar com o tempo o que, somado à expansão de um terço da área cultivada, resultará em um aumento muito significativo da produtividade do **trabalho** agrícola.

O fato notável a assinalar nesse processo foi que parte importante do aumento da produtividade agrícola foi usado para alimentar o rebanho equino. O cavalo não sendo um ruminante necessita de um aporte substancial de cereais na alimentação para ser usado em seu pleno potencial. Por essa razão em todas as demais civilizações onde o cavalo era conhecido, seu uso foi limitado ao transporte das elites. Na Europa o emprego do cavalo se generalizou para todos os tipos de usos, transporte, trabalho de campo e guerra, com forte impacto positivo na produtividade geral do sistema.

Além dos impactos transformadores dinâmicos inerentes ao tipo de acumulação de capital (“cheptel”⁶) qualitativamente superior da agricultura feudal, essa acumulação impacta e é impactada pela expansão do comércio internacional e da produção manufatureira. A Revolução Comercial capitalista iniciada pelas cidades italianas não teria tido a amplitude que teve sem uma resposta à altura do mundo agrário feudal. Para além da expansão dos excedentes essa resposta implicou a progressiva redução dos laços de servidão nas relações entre camponeses e senhores em benefício de formas contratuais não servis, que desde sempre coexistiram com o sistema de relações de servidão, mas que vão assumindo um papel preponderante com a ascensão do capitalismo agrário. As cidades exerciam um duplo papel dissolvente das relações servis: por servir de refúgio seguro aos servos de gleba que lá afluíam e pelo estímulo dos mercados urbanos à monetização das prestações feudais (corveia).

Por sua vez, a Revolução Comercial (4.5) promovida pelas cidades foi o resultado de um conjunto de inovações contábeis, financeiras e

(6) A origem da palavra capital é precisamente esta, “cheptel” que quer dizer rebanho em francês.

político/institucionais. As cidades portuárias italianas foram pioneiras e lideraram um processo de independência que foi se estendendo por toda Europa. No século XII as comunas italianas já haviam se tornado essencialmente “governos de mercadores, por mercadores e para mercadores”. As comunas foram elas próprias uma importante inovação político/institucional na governança urbana. Em associação com as guildas, sobretudo as guildas comerciais, as comunas cidadinas criaram um mecanismo, uma instituição – o *sistema de responsabilidade comunitária* – que resolveu o problema do risco de trocas impessoais através de fronteiras jurisdicionais.

Com o sistema de responsabilidade comunitária o tribunal de uma comuna responsabilizava todos os membros de outra comuna pelo dano causado por um de seus membros. Se o tribunal da Comuna do fraudador se recusasse a compensar a parte lesada, o tribunal da Comuna do fraudado ordenaria o confisco da propriedade de quaisquer dos membros da Comuna do fraudador presentes na sua jurisdição para compensar o fraudado. O único modo da Comuna do fraudador evitar a compensação seria não ter negócio algum com a Comuna do fraudado. Mas isto poderia representar um custo muito elevado. Portanto, o comportamento mais sensato do tribunal de uma Comuna seria dispensar uma justiça imparcial, punindo seu próprio membro fraudador de um membro de outra comuna.

Esse sistema resolveu, portanto, o problema de coordenação da ação coletiva de um grupo de interesses como os dos mercadores de uma cidade, evitando os conflitos internos ao grupo, ao mesmo tempo em que se constituiu na organização central de uma estrutura institucional que tornava possível atividades comerciais de longa distância entre agentes econômicos não relacionados por ligações de parentesco e com direitos de propriedade assegurados vis-à-vis a Estados potencialmente predadores. Funcionava de modo análogo a um Estado, na medida em que tinham poder regulatório sobre os comerciantes em seu próprio território, supervisionavam as operações dos mesmos em terras estrangeiras e coordenavam suas respostas à conduta dos governantes.

A expansão comercial propiciada por esse Estado peculiar criado pelo sistema de responsabilidade comunitária unificou comercialmente toda Europa e essa com o oriente e o norte da África. O centro de gravidade do comércio girava em torno dos “quatro grandes” do centro e do norte da Itália (Veneza, Milão, Florença e Genova): do Báltico (“mediterrâneo do Norte”) provinham principalmente fibras, grãos, madeira, resinas, alcatrão, mel, cera, peles, metais

preciosos e semipreciosos, lã, sal e arenque salgado. Do oriente vinham principalmente matérias primas de alto valor como as especiarias, em especial a pimenta que também era um conservante, produtos medicinais e tintas de tecido, seda bruta, pedras preciosas, marfins. No meio da Europa a expansão do mercado levou a uma progressiva especialização de cidades e regiões, de atividades industriais e agrícolas. Entre as cidades não marítimas italianas a expansão comercial aprofundou a competição e a especialização: seda em Lucca, armas em Brescia, sapatos em Bolonha, tecidos baratos em Cremona, etc. A produção textil concentrou em grande medida nos países baixos e nas cidades francesas de Arras, Saint-Omer et Douai no Canal da Mancha, através do qual vinha a lã da Inglaterra, então o principal centro produtor. A produção de tecidos de linho, especialmente para a roupa de baixo ('lingeries'), teve importância equivalente, estando os principais centros produtores na Suíça e no vale do Reno alemão.

A expansão da produção manufatureira estimulada pela expansão comercial pode ser caracterizada também como uma revolução produtiva, uma Revolução Pré-Industrial (4.6). A começar pela extraordinária expansão da produção energética através de moinhos hidráulicos e eólicos. Até o final do século XIII todos os sítios favoráveis à produção hidráulica haviam sido explorados, configurando um aporte de energia não humana ou animal inédito na história das civilizações até então. Energia essa largamente aplicada na mecanização da produção manufatureira a partir da invenção dos eixos de manivela capazes de transformar movimentos circulares em movimentos pendulares. Os monastérios exerceram um papel de liderança nesse processo. Além de 'fazendas modelo' as novas ordens monásticas transformaram seus monastérios em modelos também para a solução de problemas técnicos não agrícolas, desde o reforço e manutenção de diques na Holanda passando por técnicas de perfuração de poços e de construção de pontes, até atividades industriais variadas que tenderam a se tornar especialidades de cada mosteiro.

Por sua vez, as Corporações de Ofício nas cidades tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos produtivos. Tinham a mesma origem de suas congêneres comerciais, nas confrarias de ajuda mútua, com seus respectivos santos padroeiros, que caracterizavam a vida social em evolução nas cidades. Na Corporação de Ofício o trabalho era estruturado hierarquicamente, dos aprendizes até o mestre superior, mas a mobilidade era aberta ao talento e a dedicação. A corporação estabelecia os níveis de qualidade do produto e o preço justo para garantir a remuneração adequada de toda a hierarquia de artesãos. Sob esta forma de organização a qualidade artesanal dos

trabalhos atingiu níveis muito elevados. No entanto, a expansão dos mercados puxada pela Revolução Comercial irá pouco a pouco destruir esta estrutura por dentro e por fora. Por fora pelo sistema de « putting-out », que consistia em deslocar a produção para os vilarejos rurais fora da jurisdição das Guildas. Por dentro, na medida em que a superior produtividade possibilitada pela parcelização do trabalho artesal em operações especializadas das partes em que o processo produtivo se divide.

A expansão econômica medieval termina com a grande crise do século XIV (4.7). Foi uma verdadeira catástrofe econômico-ecológica causada em grande medida pela própria expansão econômica que levou a um esgotamento da fronteira agrícola e ao desflorestamento quase que completo. As florestas tinham um papel crucial na manutenção da fertilidade dos solos agrícolas e no provimento de suplemento alimentar. Para agravar o quadro uma mudança do clima torna as condições climáticas bem mais difíceis para a agricultura. As quebras de safras se tornam cada vez mais frequentes atingindo as populações que já não podiam mais contar com o suplemento alimentar provido pelas florestas. Outro fator agravante foi a volta da vulnerabilidade das populações às predações de guerras com as lutas entre os Estados nacionais que começam a se afirmar, notadamente a guerra dos cem anos entre França e Inglaterra. Como resultado uma população afetada pela subnutrição se torna mais vulnerável a doenças entre as quais a terrível peste bubônica. Entretanto, essa catástrofe porá fim ao crescimento econômico medieval mas não a um quadro político/cultural favorável à introdução sistemática de inovações que irá levar à Revolução Industrial no século XVIII.

O que se pode concluir, portanto (4.8), foi que a Revolução Industrial ocorreu na Europa como resultado de uma evolução político-cultural peculiar que tem início na Idade Média. Ao final do período medieval a Europa Ocidental já tinha saltado à frente da China, que era a região mais desenvolvida em termos de desenvolvimento social. Desenvolvimento social no sentido da “capacidade de realizar coisas”, de moldar seus ambientes físico, econômico, social e intelectual de acordo com suas próprias finalidades, medido pela (a) produção per capita de energia, pelo (b) desenvolvimento urbano, pela (c) capacidade de processamento de informação, e pela (d) eficiência militar.

Porém, mais importante ainda que o legado medieval em termos de acumulação de capital foi seu legado sócio-político/cultural. Prevaleceu uma ordem político-social em que a formação de Estados centralizados em competição

foi acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes. Uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também do próprio processo de construção do Estado moderno. Resultado de um processo peculiar de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, entendida como a corporificação de um amplo consenso social em relação às regras da justiça.

Nesse sentido, embora as ordens sociais medievais não fossem ordens de acesso aberto como numa democracia moderna, tampouco eram ordens de acesso fechado devido a competição entre elas e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado, que criavam condições muito peculiares de acesso relativamente aberto. Uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade de iniciativa à população em geral. Com a ascensão dos Estados nacionais centralizados muitas das organizações medievais que tiveram papel importante no dinamismo inovador desse período vão desaparecer ou perder em grande medida sua autonomia, como as corporações de ofício, as cidades autônomas, a própria Igreja. No entanto, o fundamental do legado medieval irá permanecer: o Império da Lei, o individualismo, as assembleias representativas, o respeito às profissões, o embrião de uma cultura do progresso. Esse legado vai dar origem a uma matriz institucional que se pode caracterizar como de alta *resiliência* devido a diversidade de suas organizações e instituições independentes, que formavam um tecido social que pode ser caracterizado como **orgdiverso**. Resiliência é a propriedade dos ecossistemas de resistir a impactos mantendo suas qualidades intrínsecas através de processos evolucionários adaptativos. A qualidade intrínseca maior da matriz institucional europeia era justamente a de proporcionar um ambiente evolutivo caracterizado pelo equilíbrio instável e **mutante**.

2. Ordens Sociais Familísticas e Ordens Sociais Estatais

De acordo com a antropologia evolucionária existem quatro estágios de organização sócio-política: bandos, tribos, pequenos reinados e Estados. Nos casos dos bandos e das tribos a organização social é baseada em afinidades familiares – familísticas –, em geral sanguíneas, mas não exclusivamente. São sociedades relativamente igualitárias. Pequenos reinados e Estados, ao contrário, são organizados hierarquicamente, sendo que a autoridade é exercida num território e não com base em relações familísticas, embora estas possam

permanecer como base para atividades e organizações sociais variadas. North, Wallis, e Weingast (2009) propõem considerar estes dois últimos como *Estados naturais* ou *ordens sociais de acesso limitado*, os quais constituiriam o resultado social *default* quando se passa de uma organização tribal para uma organização estatal. É uma situação que tende a predominar na medida em que resulta do alinhamento de interesses de indivíduos poderosos e dominantes para forjar uma coalisão hegemônica, capaz de controlar a violência monopolizando seu uso. Como consequência, torna-se possível a interação social numa escala mais ampla.

Em relação às ordens sociais baseadas em afinidades familiares, a tendência observada foi de evolução do estágio de bandos para o estágio de tribo. A humanidade viveu sob essas ordens sociais durante a maior parte de sua história. Como e porque ocorreu esta evolução dos bandos para as tribos? Uma premissa lógica é a de que a organização tribal apresenta uma vantagem indiscutível em relação à organização em bandos. Nesse sentido, quando por algum mecanismo surge a primeira tribo, as vantagens deste tipo de organização social ficam tão evidentes que os demais bandos circundantes ou seguem pelo mesmo caminho pelo efeito demonstração ou acabam derrotados e/ou assimilados pelas tribos.

Para Fukuyama (2011) este processo evolutivo é análogo àquele da evolução biológica darwiniana, baseada nos princípios da variação e da seleção: os organismos sofrem mutações genéticas aleatórias e aqueles que ganham maior capacidade de adaptação sobrevivem e se multiplicam. O mesmo ocorreria com o desenvolvimento das instituições políticas: as variações com maior capacidade de adaptação ao meio ambiente físico e social sobrevivem e proliferam. No entanto, há diferenças importantes entre os dois tipos de evolução, biológica e política: diferentemente dos genes, as instituições humanas resultam de escolhas e projetos deliberados e são transmitidas culturalmente ao longo do tempo. A elas são conferidos valores intrínsecos através de uma gama de mecanismos sociais e psicológicos que as tornam mais difíceis de mudar. É por essa razão que as forças reacionárias não resultam apenas dos interesses velados daqueles que usufruem uma posição privilegiada numa dada ordem política, mas também dos interesses de todos aqueles que vêm um valor intrínseco nas instituições e costumes que lhe dão coesão e estabilidade.

A religião é uma fonte de coesão social que permite estender e dar maior segurança ao que seria uma tendência natural de cooperação entre os seres humanos. Sem esta fonte de coesão social, a ação coletiva começa a se quebrar

na medida em que o tamanho do grupo em cooperação se amplia, ficando mais difícil o monitoramento da contribuição individual de cada membro e, desse modo, abrindo espaço para comportamentos oportunistas. A religião resolve o problema da ação coletiva, reforçando os ganhos da cooperação pelas punições e recompensas que promete, bem como pelo valor intrínseco que atribui a determinado conjunto de normas.

A tendência humana em investir em modelos mentais e teorias com valores intrínsecos promove, portanto, a estabilidade social e permite às sociedades aumentarem enormemente seu tamanho. Por sua vez, o conservadorismo inerente a sistemas estáveis torna as sociedades resistentes ao desafio às suas ideias dominantes. A capacidade de resistir, inerente a sistemas sociais que perduram no tempo, pode se tornar fonte de decadência política ao impedir as necessárias mudanças de instituições ou normas que se tornam disfuncionais quando muda o conjunto de circunstâncias que lhes deram origem.

As formas de religião baseadas na crença na realidade dos ancestrais mortos atam os indivíduos de uma ordem social tribal numa escala muito maior do que seria possível numa ordem social de bando. Mesmo os mais distantes parentes sentem que têm alguma conexão e deveres entre si, sentimento este que é reforçado por rituais variados que se aplicam à comunidade como um todo. O papel de cada indivíduo na tribo é definido pela sociedade que o circunda. Embora não haja um Estado para tyrannizar as pessoas, existe o que o antropólogo Ernest Gellner chamou de “tyrannia dos primos”⁷: o mundo social de cada pessoa é de tal modo limitado pelos círculos de parentes em torno dela, que não há liberdade de escolha individual sobre quando e com quem casar, como rezar, como vestir-se, etc. O risco de comportamento oportunista se encontra desse modo severamente limitado.

A passagem da forma de organização em bando para aquela em tribo como forma dominante de organização social se tornou possível com o desenvolvimento da agricultura (e pecuária), que permitiu um aumento da densidade populacional de 0,1 a 1 habitante por Km² para 40 a 60 habitantes por Km². Maiores densidades populacionais, por sua vez, tornam necessárias organizações sociais de maior escala. No entanto, é preciso considerar que a produtividade do trabalho nas sociedades caçadoras-coletoras em condições de abundância de recursos era muito superior àquela das sociedades baseadas na agricultura. Como numerosos estudos antropológicos têm mostrado, os bandos

(7) Citado por Fukuyama, F. (2011, p. 54).

de caçadores-coletores se moviam constantemente entre os locais mais favoráveis em termos da abundância de recursos. Uma vez esgotados os recursos abundantes e fáceis de caçar/coletar, o bando se movia para outra localidade (Gowdy, J., 1998).

Nesse sentido, a opção pela agropecuária como forma predominante de produção de alimentos somente faria sentido se por alguma razão a abundância de alimentos deixasse de existir; teria sido, portanto, uma opção de sobrevivência frente à escassez crescente de recursos disponíveis para caça/coleta. Diamond (1997) aponta como causas possíveis dessa escassez a extinção de grandes animais em muitas regiões pela mudança climática e pela própria expansão dos grupos de caçadores, com cada vez melhores tecnologias de caça/coleta e de estocagem de produtos.

Em relação à passagem da organização em bandos para a organização em tribos, a busca por maior segurança foi provavelmente o vetor primário de mudança. Uma sociedade tribal é muito mais poderosa que uma sociedade organizada em bando. Desse modo, assim que algum líder conseguiu juntar vários bandos formando uma tribo em torno da crença em ancestrais comuns, a enorme vantagem militar que passou a ter estimulou a imitação por parte de outros grupos, resultando no predomínio da organização tribal por milhares de anos. Maior poder militar que passou a ser usado para proteger e/ou roubar uma produção de excedente muito superior ao que produziam as sociedades não-agrícolas organizadas em bandos.

O vetor da guerra provavelmente foi também, na maioria dos casos, a variável independente na passagem das formas de organização tribais para formas de organizações sociais estatais. Do mesmo modo que as vantagens militares da tribo dão origem a um processo de formação de tribos por parte dos bandos que se sentem ameaçados, as vantagens militares do Estado dão origem a um processo de formação de Estados por parte das tribos. Historicamente há muitos exemplos deste processo, mas não se sabe quando, onde e como ocorreu a formação de um Estado original.

Para Fukuyama (2011) é muito pouco provável que o primeiro Estado tenha sido o resultado de um acordo voluntário, como implícito nos teóricos do contrato social (Hobbes, Locke e Rousseau), pois isto implicaria supor que numa dada tribo seus membros tivessem em certo momento decidido voluntariamente conceder de modo permanente poderes ditatoriais a um indivíduo, e seus descendentes, para reinar sobre eles. Um cenário mais provável para a origem do

primeiro Estado é aquele em que confluem vários fatores: a-) a existência de recursos suficientemente abundantes para permitir a criação de um excedente; b-) a escala absoluta da sociedade tem que ser suficientemente grande para permitir a ocorrência de uma divisão rudimentar do trabalho e a emergência de uma elite dominante; c-) a população tem que estar limitada a um espaço geográfico que induza à maior densidade quando os avanços tecnológicos permitem e evite a fuga das pessoas quando a coação para extração de excedentes começa a ser exercida; d-) os grupos tribais têm que ser motivados a desistir da sua liberdade em favor de autoridades de um Estado: pela ameaça de extinção por outros grupos melhor organizados ou pela liderança carismática de algum líder religioso. Por sua vez, o surgimento de ordens sociais estatais propiciadas pelo desenvolvimento da agricultura abriu a possibilidade de acumulação de capital, ou seja, de crescimento econômico.

Fukuyama (2011) nota, entretanto, que o aparecimento de sociedades organizadas sob a forma de Estados não implica forçosamente o desaparecimento das instituições tribais. Pode ocorrer que instituições de Estado sejam meramente sobrepostas como uma camada sobre as instituições tribais e durante um longo período um equilíbrio precário entre as duas se estabelece, limitando a ampliação das transações econômicas, do mercado. A única parte do mundo onde o tribalismo foi plenamente superado por formas de relacionamento social mais voluntárias e individualistas foi a Europa, onde o Cristianismo teve um papel decisivo no enfraquecimento da organização familística como base da coesão social. No resto do mundo estruturas familísticas complexas, que incluem indivíduos não relacionados por sangue (clientelísticas), permanecem até os dias de hoje como o locus primário da vida social e influenciam fortemente a interação de grupos com as instituições políticas modernas.

3. O caso da China: as Origens Político-Culturais do Crescimento Econômico Interrompido

A referência em relação à civilização chinesa merece destaque porque foi a civilização não-europeia que mais perto chegou de uma revolução industrial. A razão principal que levou ao quase desencadeamento de uma revolução industrial e que explica também sua interrupção, tem a ver com a forma que lá tomou uma precoce evolução da ordem política. A China foi a primeira a desenvolver um sistema de administração burocrática capaz de governar uma enorme população em um grande território, com um sistema de recrutamento impessoal baseado no mérito. No processo histórico de ascensão do Estado moderno a partir de

sociedades tribais o caso chinês chama a atenção por sua precocidade e alcance. Por seu histórico e características o Estado chinês foi responsável por uma ordem sócio-política capaz de promover um longo período de crescimento econômico sustentado, mas também de interrompe-lo definitivamente a partir de certo momento.

3.1. O Surgimento do Estado Chinês⁸

O surgimento do Estado na China foi um dos mais precoces historicamente e o mais moderno entre todos pelos critérios de Max Weber: uma burocracia administrativa uniforme em vários níveis; uma doutrina política explicitamente anti-familística, desenvolvida para minar o poder de clãs familiares em favor de uma administração impessoal. Os chineses levaram a cabo um projeto de construção de nação que criou uma cultura uniforme e suficientemente poderosa para resistir por cerca de dois milênios de rupturas políticas (guerras civis) e invasões externas. A principal força impulsionadora da formação do Estado chinês foi precisamente estes quase dois milênios de guerras civis e externas. O espaço político-cultural chinês se estendeu sobre um território e sobre uma população bem mais extensos que aqueles do Império Romano. Um Estado centralizado, burocrático e imensamente despótico, o que levou Marx e Wittfogel⁹ a usarem as expressões “modo asiático de produção” e “despotismo oriental” para caracterizá-lo¹⁰.

O desenvolvimento precoce do Estado moderno na China ocorreu antes que emergissem outros centros institucionalizados de poder, como aqueles representados por uma aristocracia hereditária baseada em territórios, por um campesinato organizado, por cidades controladas por uma classe mercantil, por igrejas, e outros grupos autônomos. Também, diferentemente do caso de Roma,

(8) Este tópico e o seguinte sobre a unificação dos Estados chineses foram baseados fundamentalmente na análise histórica feita por Fukuyama (2011).

(9) Karl A. Wittfogel. *Oriental Despotism: a Comparative Study of Total Power*. New Haven: Yale University Press, 1957.

(10) No entanto, o modelo chinês diferiu não somente do que se passou no Ocidente, mas também de outras regiões na própria Ásia, como a Índia. Na Índia, diferentemente da China, houve a institucionalização de forças autônomas que funcionaram como contraponto ao poder do Estado emergente: uma classe religiosa organizada e uma petrificação das estruturas familísticas/clânicas através da formação de um sistema de castas. Como resultado, China e Índia apresentaram ao longo de mais de dois mil anos de história dois modelos políticos permanentes (“default”) opostos: no caso da China um império unificado pontuado por períodos de guerras civis, invasões e rupturas; no caso da Índia um sistema não unificado de pequenas unidades políticas, pontuado por breves períodos de unidade e império. Ver Fukuyama, F. (2011).

o exército foi mantido firmemente sob controle do Estado e jamais representou uma ameaça à sua autoridade política.

O processo de formação do Estado chinês oferece uma perspectiva comparativa interessante com o que viria ocorrer na Europa mais de mil anos depois. Do mesmo modo como as tribos Zhou conquistaram um território ocupado há muito tempo para estabelecer uma aristocracia feudal, as tribos germânicas que destruíram um decadente império romano criaram um sistema político comparavelmente descentralizado. Em ambas as regiões a formação do Estado foi impulsionada pela guerra, levando a uma progressiva consolidação das terras feudais em Estados territoriais, a uma centralização do poder político e ao desenvolvimento de uma administração impessoal moderna.

No entanto, importantes diferenças entre o caso chinês e o europeu são mascaradas pelo uso de termos como “feudal”, “família”, “rei”, “duque” e “nobreza” para nomear as instituições chinesas paralelas às europeias. Em especial os termos feudal e feudalismo, que na tradição marxista vieram a denotar um inevitável modo de produção predecessor do modo de produção capitalista, não têm sentido em sociedades como a chinesa. Uma definição mais precisa de feudalismo é aquela proposta Bloch (1949) em sua análise das instituições feudais na Europa medieval. Segundo ele, o feudo era um acordo contratual entre um senhor de guerra mais forte – o **suserano** – e outro mais fraco – o **vassalo**; a este último era dado um pedaço de terra que em troca servia, com seus homens, ao primeiro no esforço de guerra. As relações eram pessoais, renovadas todos os anos em cerimônias solenes quando o senhor colocava as mãos do vassalo entre as suas e selava o acordo com um beijo. O vassalo por sua vez podia criar subfeudos em suas terras e entrar em relações com seus próprios vassalos. Este sistema gerou um complexo próprio de normas éticas relativas à honra, à lealdade e ao amor cortês.

O mais importante: as relações de vassalagem não eram familísticas. Para Fukuyama (2011) a explicação para este fato fundamental (que será visto em maior detalhe mais a frente) está em que na Europa as instituições tribais familísticas foram destruídas no início do período feudal em poucas gerações após a conversão ao cristianismo das tribos germânicas. Nesse sentido, o feudalismo europeu foi um mecanismo que permitiu unir suseranos e vassalos não relacionados por graus de parentesco, tornando possível a cooperação social onde as relações familísticas tribais não mais existiam.

Com o tempo, entretanto, a possibilidade de revogação dos acordos feudais pelo **suserano** se tornou apenas teórica, com os **vassalos** pouco a pouco transformando seus domínios em patrimônios pessoais que podiam ser deixados como herança para seus herdeiros. Progressivamente cada vassalo deixou de ser o agente de um senhor, tornando-se um senhor ele próprio de um território onde tinha direitos políticos que o permitiam recrutar seus próprios exércitos, estabelecer impostos sobre seus residentes e administrar justiça sem a interferência do suserano. Bloch (1949) via este processo como uma degenerescência do sistema feudal, mas foi o que criou uma situação de descentralização do poder político não baseado em relações entre clãs, algo peculiar, único ao sistema feudal europeu.

Na China também a dinastia Zhou era uma sociedade feudal nesse sentido de descentralização de poder entre suseranos e vassalos, mas os atores políticos básicos não eram os senhores individualmente, mas eles e seus clãs. No caso europeu desde logo começou a se enraizar uma administração contratual entre senhor e camponês. A autoridade era exercida pelo senhor pessoalmente e não pelo seu clã. Da mesma forma seu domínio pertencia somente a ele e a seus herdeiros diretos. No caso chinês, ao contrário, os domínios feudais pertenciam aos clãs, os quais então podiam subenfeudar as terras para sublinhagens ou ramos colaterais do clã. Nesse sentido, a autoridade do senhor feudal chinês era menos hierárquica e mais fraca do que aquela do senhor europeu na medida em que ele próprio estava submetido à autoridade de seu clã. Neste período feudal a China era, portanto, uma sociedade patrimonial, sendo o país inteiro apropriado por uma série de senhores locais e seus clãs. As terras de cada domínio e as pessoas que ali viviam eram o patrimônio de cada clã, não havendo distinção entre público e privado. Era de responsabilidade de cada clã organizar as forças militares, impor taxas e administrar justiça.

Durante a dinastia Zhou do Leste (770-256 B.C.) começaram a aparecer verdadeiros Estados. Em especial o reino de Qin iniciou um processo de modernização visando minar diretamente a ordem social patrimonial prevalecente. As forças armadas foram democratizadas através do recrutamento direto de camponeses, deixando de lado os aristocratas guerreiros. As terras de senhores feudais resistentes foram desapropriadas e repassadas diretamente para as famílias de camponeses. A mobilidade social foi estimulada pela redução do poder e prestígio da nobreza hereditária. Estas reformas “democráticas” visavam aumentar o poder do reino Qin, criando uma ditadura implacável com instituições capazes de levar o reino a derrotar os demais Estados concorrentes e unificar a

China. O Estado de Qin foi capaz de mobilizar para a guerra entre 8 a 20% da população; na República Romana esta mobilização atingia 1% e no período inicial da Europa moderna as taxas de mobilização eram ainda menores.

Em especial nas forças armadas a promoção com base no mérito versus a promoção com base nas conexões familiares tinha efeitos palpáveis e dramáticos em termos de eficiência militar. No reino Qin o exército passou a ser administrado por uma burocracia militar impessoal. Em seguida veio a burocracia civil. Há um consenso de que foram os chineses que inventaram burocracia moderna, onde um quadro permanente de funcionários é selecionado e promovido com base no mérito. A necessidade de financiar o exército reforçou a demanda pelos serviços da burocracia civil na organização e coleta de impostos de modo a assegurar a capacidade de mobilização militar em larga escala. Do mesmo modo, o aumento do excedente agrícola era fundamental para o Estado chinês, que estimulou a introdução de uma série de inovações em tecnologia agrícola.

No plano das ideias ocorreram movimentos culturais fundamentais durante estes séculos turbulentos, os quais se decantaram em duas escolas de pensamento que disputaram a primazia como ideologia dominante: as Confucionista e a Legalista. A importância política destes movimentos foi dupla: em primeiro lugar, eles geraram algo como uma ideologia, um conjunto de ideias sobre como deve ser o ordenamento apropriado do governo que permitiu às gerações posteriores de chineses julgar o desempenho de seus líderes políticos. O prestígio dos intelectuais se tornou maior mesmo que o dos guerreiros, ocorrendo também uma espécie de fusão entre a classe de intelectuais e a burocracia de Estado, sem paralelo em outras civilizações; em segundo lugar, o prestígio e a mobilidade dos intelectuais através da China foi decisivo para a emergência de uma cultura nacional, com a qual toda a população veio a se identificar. Os grandes clássicos chineses compostos neste período se tornaram a base da educação da elite e o fundamento da cultura chinesa. Uma cultura que se tornou tão poderosa que mesmo quando diversos povos não chineses atacaram e governaram partes da China, eles o fizeram se “sinizando” completamente.

Instituições modernas de Estado foram gradualmente implementadas em toda a China nos anos finais da dinastia Zhou e, em especial, no reino Qin. Neste último este processo foi distinto dos demais na medida em que resultou menos de tentativas e erros na adoção de novas instituições, do que de uma ideologia de desenvolvimento do Estado, o Legalismo, que deixava clara explicitamente qual

devia ser a lógica de um novo Estado centralizado. As redes relações familiares eram vistas claramente como um obstáculo à acumulação de poder, de modo que foram implementadas políticas deliberadas de substituição destas redes por um sistema que ligava os indivíduos diretamente ao Estado. O ideal Confuciano tradicional de família foi diretamente confrontado por decretos tais como o que obrigava os filhos a viverem em casas separadas uma vez atingida certa idade sob pena de pagamento duplo de imposto.

Embora a guerra não tenha sido a única força indutora do surgimento dos primeiros Estados na China, no entanto todas as inovações institucionais em direção ao Estado centralizado podem ser ligadas diretamente às necessidades da guerra: a extensão do serviço militar para a população masculina em geral; a ascensão inicial de uma burocracia permanente militar e depois a civil; a substituição de nomeações militares em bases patrimonialistas por nomeações com base no mérito; o registro da população; a reforma agrária contra as elites patrimoniais; o desenvolvimento de melhores comunicações e infraestrutura; a imposição de uma hierarquia impessoal de cargos administrativos; pesos e medidas uniformes. A doutrina Legalista, em contraste com a Confucionista, propunha tratar as pessoas não como seres morais a serem cultivados através da educação e cultura, mas como agentes econômicos, indivíduos com interesses próprios que responderiam a incentivos positivos e negativos (em especial a punições). O Estado Legalista procurava, portanto, minar a tradição familística, quebrar as amarras das obrigações morais familiares e reatar os cidadãos ao Estado sob novas bases.

Entretanto, a precocidade da saída das ordens sociais tribais na China, com o surgimento dos primeiros Estados e suas especificidades, não explica por si só como foi possível a consolidação desses inúmeros Estados num único e gigantesco Estado em contraste com a fragmentada Europa. Há várias explicações possíveis que no conjunto oferecem uma resposta bastante plausível: uma menor fragmentação geográfica, bem como uma menor diversidade etno-linguística; uma liderança excepcionalmente efetiva exercida pelos líderes do Estado Qin na busca da unificação. No entanto, a explicação final e provavelmente a mais importante tem a ver com as diferentes trajetórias do desenvolvimento político em ambas as regiões. Na Europa mesmo nos Estados considerados absolutistas como Espanha e França, o poder dos monarcas de impor taxas e mobilizar as respectivas sociedades era bem menor do que foi o poder absolutista do Estado Qin na China.

Isto porque, como será visto mais adiante, os monarcas europeus tinham seu poder limitado por outros grupos sociais muito bem organizados: uma aristocracia feudal entrenchada em seus territórios e protegida legalmente, uma instituição religiosa independente, cidades independentes com governos próprios e em vários momentos um campesinato bem organizado. A luta entre monarquia, aristocracia e Terceiro Estado tão importante para o desenvolvimento das instituições políticas modernas na Europa nunca ocorreu na China.

Por outro lado, a modernidade política precoce, numa enorme área geográfica como a China, não foi acompanhada pela modernidade econômica, ou seja, a ascensão de uma economia capitalista de mercado. Tampouco foi acompanhada pela modernização social: estruturas familísticas não foram superadas pelo moderno individualismo, continuando a coexistir com uma administração impessoal até os dias de hoje. A ditadura Qin foi capaz de quebrar o poder da aristocracia patrimonial despossuindo-os de suas terras e taxar pesadamente os novos senhores da terra para financiar suas ambições militares, o que em última instância recaía sobre os camponeses que eram severamente punidos caso não cumprissem as cotas de produção estabelecidas. Tampouco estes novos senhores tinham proteção legal contra a expropriação de suas propriedades. No entanto, a ditadura Qin não foi capaz de minar completamente as relações familísticas na sociedade chinesa. A experiência histórica mostrou que esforços “top-down” com este objetivo tendem a fracassar. Na Europa um fator fundamental na quebra das relações familísticas foi o Cristianismo, tanto do ponto de vista doutrinal como daquele do poder da Igreja em matéria de assuntos familiares e de herança.

3.1.1. A Unificação dos Estados Chineses

A primeira unificação dos estados chineses foi realizada por Qin Shi Huangdi (259-210 B.C.). Foi criado não apenas um Estado, mas o que iria se tornar através de seus sucessores da dinastia Han uma cultura chinesa de elite unificada. No entanto, o mando Qin foi tão implacável que provocou uma série de revoltas em toda a China e entrou em colapso depois da morte do imperador Qin em 210 B.C. A dinastia Qin deixou um legado complexo para os futuros dirigentes chineses. Os Confucionistas e tradicionalistas perseguidos duramente pelos dirigentes Qin vão execrar durante os séculos vindouros esta dinastia como tendo estabelecido um dos mais imorais e despóticos regimes da história chinesa. Quando os Confucionistas retornaram ao poder com a dinastia Han eles tentaram reverter muitas das inovações institucionais do reinado Qin. No entanto, as

modernas instituições Legalistas estabelecidas pela dinastia Qin com base no poder político sobreviveram à restauração e permaneceram nas instituições do Estado chinês, como foi o caso de uma burocracia moderna tal como definida por Max Weber.

No entanto, o princípio Legalista de que os súditos podiam ser usados sem limites pelo governante, como este achasse mais conveniente, foi contrabalançado pela visão confuciana de que o poder deve ser exercido no interesse dos governados, embora os limites Confucianos ao exercício do poder representassem apenas um constrangimento moral, não prevendo nenhum tipo restrição institucional formal. Na prática o poder dos primeiros imperadores foi limitado pelo fato de que ele estava institucionalizado na burocracia Confuciana ao redor do palácio. Embora esta burocracia não tivesse formalmente nenhuma capacidade de restringir o poder do imperador, ela exercia uma considerável influência informal sobre as suas decisões. O interesse dessa burocracia não era o do bem comum da população, mas sim o da preservação de um sistema social hierárquico, baseado em estruturas familísticas no topo das quais ela se encontrava. De qualquer modo a ação desta burocracia tornava o governo minimamente responsável, menos despótico. Para Fukuyama (2011) uma cultura Confuciana forte é o que poderia explicar também o fato notável de que desde o início as autoridades civis exerceram um forte controle sobre os militares.

Entretanto, a dinastia Han entra em declínio em função de um complexo de causas, incluindo grandes surtos de epidemias, fomes e revoltas camponesas. Do ponto de vista político uma das principais causas do declínio foi a recaptura do aparelho de Estado por diferentes elites patrimonialistas e o subsequente enfraquecimento do governo central. Estas elites haviam perdido definitivamente sua base territorial feudal de poder autônomo. As terras que possuíam e as isenções de impostos que as beneficiavam provinham da sua proximidade com a corte imperial. Com o tempo estas famílias aristocráticas detentoras de altos cargos no aparelho de Estado foram aumentando seu patrimônio fundiário e sua capacidade de evasão de impostos.

Diante de uma situação como esta os governantes têm duas escolhas: se aliar ao campesinato, promovendo reforma agrária e direitos à terra mais igualitários ou se aliar à própria aristocracia e usar o poder do Estado para reforçar as posições dos oligarcas locais em sua capacidade de extrair um maior excedente dos camponeses. A monarquia chinesa durante a dinastia Han escolheu inicialmente se aliar aos camponeses, procurando de diversos modos aumentar a

área de terra sob seu controle. Com o tempo, entretanto, a reação da aristocracia foi forte o suficiente para reverter essa situação e com isso ampliar significativamente seu poder. A crescente concentração da terra combinada com desastres ambientais e epidemias nos anos 170 A.C., levou à explosão da revolta camponesa chamada “Turbantes Amarelos”. O colapso da ordem e a progressiva desintegração do governo central levou a aristocracia a se entrincheirar em fortificações em seus distritos rurais, se colocando definitivamente fora do controle do Estado.

Fukuyama (2011) chama a atenção para o fato de que no longo interregno de mais de três séculos que separam a desintegração do Estado chinês com o fim da dinastia Han em 220 D.C. e sua nova reunificação duradoura em 581 D.C. com a ascensão da dinastia Sui, as relações familísticas/patrimonialistas se reintroduziram como princípio organizador da política chinesa. Existe uma correlação inversa entre o vigor do Estado centralizado e o vigor dos grupos patrimoniais. O tribalismo em suas várias formas tende a permanecer como a forma “default” de organização política mesmo depois que o Estado moderno foi criado. A razão disso é “cultural/biológica”: a propensão dos seres humanos em favorecer a família e os amigos.

Por outro lado, a ascensão precoce do Estado centralizado moderno na China resultou em que o Estado tenha permanecido como o mais organizado e poderoso ator social da sociedade chinesa. Provavelmente mais importante ainda, durante as dinastias Qin e Han, desenvolveu-se uma cultura comum a todas as elites, com uma linguagem compartilhada, um *Canon* literário clássico, uma tradição burocrática, instituições educacionais imperiais, uma história comum e um sistema de valores que condicionava o comportamento das elites tanto social como politicamente. Este sentimento de unidade cultural, de que “governar o todo era mais legítimo que governar suas partes componentes”, permanecia mesmo quando o estado se desintegrava. Assim, as sucessivas rupturas descentralizadoras não se congelaram numa multiplicidade de estados independentes. Desse modo, depois da reunificação sob a dinastia Sui progressivamente o Estado centralizado se fortaleceu e instituições como concursos para cargos públicos e uma burocracia baseada no mérito se revigoraram e recuperaram o terreno perdido anteriormente para os aristocratas bem-nascidos.

Em resumo, a China foi a primeira civilização do mundo a criar um Estado moderno, mas um Estado que não era restringido por uma lei maior ou

por instituições que tornassem o poder do soberano responsabilizável (“accountable”) perante a sociedade. As únicas possíveis restrições a um poder imperial despótico eram as injunções morais Confucianas sobre o bom governante ou o poder prático da burocracia em influenciar as decisões imperiais.

3.1.2. Um Contraponto Asiático: a fragmentação Indiana

Na Índia a saída do tribalismo ocorreu de modo distinto. Por razões desconhecidas, a mobilização social para a guerra no processo de formação e consolidação dos Estados indianos nunca atingiu os extremos que foram a marca desse processo na China. Mais importante ainda, o desenvolvimento social indiano saiu na frente tanto do desenvolvimento político como do econômico. Muito antes de sequer tentar-se uma unificação política, uma cultura comum com base num conjunto de crenças religiosas e práticas sociais derivadas marcava o subcontinente indiano como uma civilização distinta.

No período que os Estados estavam emergindo se desenvolveu uma divisão quadripartite de classes sociais conhecida como Varnas: Brahmins, sacerdotes; Kshatriyas, guerreiros; Vaishyas, mercadores; e Sudras, todo o resto (basicamente camponeses). Este fato foi extremamente importante do ponto de vista político porque separou autoridades religiosas de autoridades seculares. Os Brahmins eram reconhecidos como tendo uma autoridade maior do que a dos Kshatriyas. Uma autoridade moral independente do poder do Estado, derivada do fato destes serem os guardiães de uma Lei sagrada preexistente. Assim, de modo similar ao que irá ocorrer na Europa, havia na Índia o germe do que seria o Império da Lei capaz de limitar o poder da autoridade secular.

Outro fato fundamental que diferencia a trajetória indiana da chinesa foi o surgimento de um sistema de castas (Jatis). As classes Varnas foram subdivididas em centenas de grupos ocupacionais segmentados endógamos. As castas foram superpostas sobre as estruturas clânicas existentes, fixando os limites para a exogamia de cada clã. Estas novas categorias sociais se tornaram a rocha fundamental da organização da sociedade, limitando severamente o poder do Estado em penetrá-la e controlá-la. Por outro lado, a falta de uma cultura literária comum, em especial entre as elites dirigentes, representou também um obstáculo adicional ao desenvolvimento de um Estado centralizado poderoso.

Para Fukuyama (2011) o caso indiano oferece um exemplo notável do poder das ideias e sua relativa independência de condicionantes materiais. Não foram as classes de guerreiros (Kshatriyas), ou de mercadores (Vaishyas), que

terminaram no topo da hierarquia social, mas a classe sacerdotal (Brahmins). Não há como explicar em função de interesses materiais o porquê de Kshatriyas e Vaishyas terem concordado em se subordinar aos Brahmins, dando a eles não somente terras e recursos econômicos, como também o controle sobre os mais íntimos aspectos da vida pessoal.

As implicações políticas deste fato foram imensas. Os governantes iriam ter que estabelecer uma relação pessoal com o sacerdote da corte, que santificaria suas ações como líder secular. E, diferentemente do caso chinês, este sacerdote da corte manteve sua autonomia, não se transformando em um funcionário do Estado sujeito às vontades do governante. A religião Hindu efetivamente afetou, no sentido de limitar, o poder político na medida em que sancionou um corpo de regras que refletia o sentido de justiça da sociedade e que era superior à vontade da pessoa que acontece ser o rei. Esse corpo de regras foi criado pelos Brahmins com base em conhecimento ritual, estabelecendo que a legitimidade da monarquia estava condicionada à proteção que o rei garantia a eles. A revolta contra o rei que violasse a lei sagrada era justificada.

Além disso, o sistema social que deriva do Bramanismo criou outras limitações à concentração do poder político: pela restrição à capacidade de mobilização militar dos dirigentes; pelo estímulo que dava a organização de uma miríade de pequenas entidades corporativas extremamente unidas do alto a baixo da sociedade, que se autogovernavam e eram capazes de resistir aos esforços do Estado de penetrá-las e controlá-las; e, por último, pelo controle pelos Brahmins do acesso ao conhecimento e ao aprendizado através de seu papel de guardiães do ritual. No entanto, se, por um lado, o sistema social indiano impediu a ocorrência na história do subcontinente de tiranias políticas como a chinesa, por outro, não impediu e sim promoveu a chamada “tirania dos primos” em que a liberdade do indivíduo era extremamente limitada pelas ligações de parentesco, regras de casta, obrigações religiosas e práticas costumeiras diversas.

3.2. A Revolução Industrial Chinesa Rejeitada

Não é possível explicar um Estado tão forte, capaz de controlar uma população imensa num território enorme, sem um processo de crescimento econômico sustentado. Por sua vez, esse Estado poderoso e despótico contribuiu significativamente para esse crescimento. Basta ter em mente os enormes investimentos em transporte fluvial (em especial o grande canal) e seus efeitos sobre a produtividade geral do sistema econômico. Além dos ganhos decorrentes

do efeito escala trazido pelo crescimento populacional, da maior divisão do trabalho proporcionados pela ampliação do comércio entre regiões e do aumento da produtividade do trabalho provenientes da acumulação de capital, o crescimento econômico chinês também foi sustentado por uma série de inovações.

A começar pelas inovações na agricultura, em especial as que permitiram um espetacular desenvolvimento da cultura do arroz irrigado no sul. Um grande trabalho de engenharia hidráulica na construção de canais de irrigação e drenagem, barragens, diques e comportas; também vários tipos de bombas d'água como as "norias" – rodas com vasos fixados ao redor movida pela força do fluxo d'água capaz de elevar automaticamente parte do fluxo. Em termos de equipamentos e ferramentas, além de várias e novas ferramentas feitas de ferro cabe destacar a introdução, por volta do século VI A.C., de um novo tipo de arado em ferro, que substituiu pouco a pouco o antigo arado de madeira; na verdade tratava-se de um novo tipo de equipamento, similar ao que será inventado na Europa séculos depois, capaz de ir além do sulcar a terra¹¹. No campo da fertilização, uma enorme variedade de fertilizantes, incluindo esgoto urbano, foi desenvolvida. Do mesmo modo, para o controle de pragas e doenças foram desenvolvidos e empregados com sucesso agentes químicos e biológicos.

No entanto, como observa Chao (1986), a partir do século XII a pressão populacional faz com que as inovações poupadoras de trabalho da agricultura, que beneficiavam a grande massa da população, cedessem lugar a inovações intensivas em mão de obra visando o aumento dos rendimentos da terra. A área cultivada por família se reduz de 16 acres, seu nível máximo atingido previamente, para cerca de 5 acres. Ferramentas mais intensivas em trabalho são reintroduzidas, o uso do cavalo abandonado¹², novas culturas são inseridas no mesmo espaço (multiple cropping)¹³. A lógica econômica muda: em vez de maximizar a renda líquida igualando a produtividade marginal do trabalho ao

(11) Será visto mais adiante na descrição de sua contraparte europeia quais são estas características.

(12) Embora mais produtivo, o cavalo é um animal mais custoso de ser mantido, pois necessita um complemento de cereais para se manter com potencial produtivo máximo. Como será mostrado mais adiante, no caso europeu, o uso amplo do cavalo na agricultura não é possível onde o espaço cultivado por unidade de trabalho se reduz.

(13) É preciso considerar também a fronteira agrícola que se expande também sobre terras marginais, como as encostas de montanhas que exigiam enorme quantidade de trabalho para se tornarem e se manterem produtivas.

custo marginal, as famílias passam a maximizar o produto total até que a produtividade marginal do trabalho se torne zero.

A pressão populacional era uma variável independente e exógena, fazendo com que as tecnologias de produção e as instituições econômicas tivessem que se ajustar a ela. Para Chao (1986) a explicação mais geral e profunda deste processo é cultural. No familismo de origem tribal que permanece, a veneração pelos espíritos dos antepassados e o conceito de piedade filial deram origem a uma estrutura familiar onde não somente as decisões matrimoniais não eram uma questão de escolha pessoal, como a idade de casamento era a mais precoce possível e ter o máximo de filhos uma obrigação inalienável de um homem perante seus antepassados e sua família, independentemente das circunstâncias socioeconômicas.

Por outro lado, Landes (1998, p.24) chama a atenção para o fato de que o crescimento demográfico era também de interesse do Estado chinês, uma vez que este se traduzia num maior poder econômico-militar: “Estado e sociedade estavam sempre procurando novas terras e maiores produções, produzindo e usando gente de modo a alimentar gente”. Um exemplo ilustrativo deste processo retro-alimentado de produção de gente e alimentos (“a treadmill process”) são as ordenações do Imperador T’ ai-wu no século V, que forçavam os camponeses que ainda não tinham bois de arado a vender seu trabalho para pagar um empréstimo para a compra dos animais. As famílias eram registradas e sua força de trabalho contabilizada, bem como as tarefas de cada membro produtivo e sua performance. Os nomes de cada um eram colocados nos respectivos locais de trabalho de modo a permitir a verificação dos respectivos desempenhos. Eles eram proibidos de produzir e beber bebidas alcoólicas, bem como de ir a entretenimentos teatrais. Só havia tempo para produzir alimentos e crianças!

Em relação às tecnologias não-agrícolas, se observa um grande desenvolvimento tecnológico na produção de uma série de produtos importantes. Mais de 1.500 anos antes dos europeus os chineses já produziam ferro gusa em alto fornos (*blast furnaces*). Também muito antes do Ocidente os chineses produziam aço usando técnicas de co-fusão e de oxidação. Na indústria têxtil por volta do século XIII todas as soluções tecnológicas que levaram à revolução da indústria têxtil na Inglaterra no século XVIII já haviam sido introduzidas. O uso da energia hidráulica seguiu um padrão similar ao que viria a se desenvolver na Europa na variedade (porém não na mesma amplitude) de suas aplicações industriais.

Needham (1965) mostrou também que, ao contrário do que se pensava, os chineses desenvolveram tecnologias de mensuração do tempo – relógios – muito antes dos europeus, atingindo seu ponto máximo no século XI com a construção do famoso relógio de água de Sun Sung. A invenção do papel na China levou mais de mil anos para chegar na Europa. A imprensa surgiu 700 anos antes de Gutenberg na Europa. No que diz respeito às técnicas de navegação em alto mar, por volta do século X a bússola é inventada; a construção naval avança a ponto de produzir juncos de alto mar maiores e melhores que os projetos de embarcações que iriam permitir a expansão marítima europeia séculos depois. Desde o século XIII os juncos chineses já usavam velas trapezoidais semelhantes às velas latinas que iriam permitir os barcos europeus navegarem com ventos pouco favoráveis.

Entre 1405 e 1433 houve uma série de 7 expedições imperiais comandadas por Zheng He, considerado o maior navegador da China. Eram expedições de reconhecimento do mundo e de afirmação do poder do Estado chinês. Frotas imensas, com tripulação de até trinta mil homens, equipadas com os maiores navios jamais construídos, dotadas de capacidade de navegação sofisticada, com bússola e astrolábio. Essas expedições cessaram com a morte de Zheng e decreto imperial proibiu a continuidade da construção de Juncos de alto mar sob pena de morte! Como explicar essa decisão? A razão mais provável é que para a ordem imperial chinesa as consequências de uma abertura da China para o mundo, mesmo numa posição de força, eram muito perturbadoras de uma ordem considerada ‘celestial’.

A proibição da continuidade das expedições marítimas simboliza espetacularmente uma dinâmica societária voltada com muita energia para a conservação do status quo. No período associado com o renascimento na Europa o progresso tecnológico chinês começa a diminuir até parar completamente. Da ascensão da dinastia Ming na segunda metade do século XIV até o final do século XIX a economia continuou a se expandir, mas baseada no crescimento demográfico, na expansão da fronteira interna em direção ao sul, no comércio e na intensificação da agricultura, praticamente sem inovações. Não somente o surgimento de novas técnicas se desacelera, como técnicas poupadoras de trabalho que haviam sido utilizadas caíram em desuso. A partir do século XVI os contatos cada vez mais frequentes com europeus deixaram claro para os chineses o fosso tecnológico crescente que os separava. Durante séculos os chineses fizeram face ao que Cipolla (1967) considerava como um dilema Hamletiano: deviam copiar ou ignorar o Ocidente? Eles escolheram ignorá-lo!

Algumas invenções foram esquecidas porque não haviam se tornado inovações, isto é, não tinham tido aplicações amplas. Um caso dos mais notórios foi o do relógio. Na Europa essa invenção teve um efeito revolucionário tanto em termos do efeito da medida do tempo sobre as atividades produtivas e sobre a vida em geral, como do seu efeito sobre o desenvolvimento da indústria mecânica. Quando os Jesuítas chegaram na China no final do século XVI, o relógio foi um dos meios usados para impressionar os chineses, que haviam completamente esquecido do relógio de Su Sung. Ainda assim, consideraram o relógio mais como um brinquedo do que como um instrumento de aplicações revolucionárias.

Em muitos casos tecnologias poupadoras de trabalho já bastante difundidas foram abandonadas, como a máquina de fiar seda, em uso amplo desde o final do século XI. Alguns séculos depois, até meados do século XIX, toda a fiação de seda chinesa havia voltado a ser feita manualmente! Em outros casos, não foram introduzidos aperfeiçoamentos óbvios em certas máquinas, como no caso das máquinas de fiar sem lançadeira volante. A lançadeira foi o elemento crítico da fiandeira múltipla de Hargreaves (“spinning jenny”). Ela consistia numa simples barra que puxava vários fios ao mesmo tempo, aumentando 3 a 6 vezes a produtividade do trabalho de tecelagem. Não é plausível supor que esta ideia nunca tivesse ocorrido na China. Certamente ocorreu, mas não havia interesse na sua adoção, por desempregar talvez num quadro geral de baixo dinamismo econômico.

Há situações ainda mais difíceis de explicar, quase um mistério, como no caso da tecnologia militar. Já no século X os chineses usavam a pólvora em foguetes e explosivos. No entanto, como nota Mokyr (1990), apesar desse conhecimento e do domínio que tinham da metalurgia os chineses tiveram que aprender a usar o canhão depois da chegada dos portugueses e seus canhões! Mesmo no que concerne a disseminação do conhecimento tecnológico disponível parece ter havido um retrocesso: a grande enciclopédia técnica, *Thien Kung Khai Wu* (Exploração dos Trabalhos da Natureza), escrita em 1667 por Sung Ying Hsing, foi destruída, tendo sobrevivido somente graças a uma reimpressão japonesa. Do mesmo modo, no século XVI só restava uma cópia do grande *Tratado sobre Agricultura* de Wang Chen publicado em 1313.

Este fato, qual seja, uma sociedade muito inventiva e, durante certo tempo também muito inovadora, mas que pouco a pouco se torna avessa a inovações intrigou gerações de historiadores. Como pode ser isso, se pergunta

Mokyr (1990, p. 223), que na China não tenha ocorrido, como na Europa, um modelo cumulativo de dependência de trajetória, com ondas de macro inovações seguidas de micro inovações, começando lentamente na Alta Idade Média e culminando com a Revolução Industrial no século XVIII?

Tendo como pano de fundo cultural relações sociais baseadas num familismo religiosamente reforçado pela veneração aos espíritos dos ancestrais, que tornava a demografia uma variável independente, e sua convergência com os interesses de um Estado excepcionalmente efetivo e despótico, a explicação mais plausível para este fato seria a seguinte: progressivamente para manter a ordem estabelecida, o *status quo* e seus interesses velados, as inovações necessárias eram aquelas que permitiam manter uma enorme densidade populacional produzindo e vivendo de acordo com os costumes estabelecidos. Fundamentalmente inovações poupadoras dos recursos cada vez mais escassos, terra e capital, e intensivas em mão de obra, o recurso abundante. O que implicava a não adoção e, em muitos casos, simplesmente o abandono de certas inovações poupadoras de trabalho em favor de velhas tecnologias intensivas em trabalho.

É preciso ter em mente que inovações tendem de modo geral a perturbar a ordem estabelecida, os modos tradicionais de produzir, de se organizar, etc., o que se traduz em conflitos sociais. O Estado chinês foi capaz durante um longo período de liderar, incentivar, e controlar, a introdução de inovações que contribuíam para manter e/ou aumentar seu poder, o qual era baseado fundamentalmente na extração do excedente gerado por uma massa enorme e crescente de camponeses. Entre os interesses velados da ordem estabelecida estavam em especial os de uma classe de intelectuais-burocratas a serviço do Imperador, os **mandarins**, principais responsáveis de um brilhante desenvolvimento cultural onde a manutenção de uma ordem considerada harmoniosa era um elemento constitutivo fundamental¹⁴. De acordo com Needham (1969, p.119) havia na China algo como uma “homeostase espontânea” em contraste com a “qualidade europeia de instabilidade intrínseca” (“built-in quality of instability”).

Assim, do mesmo modo que a introdução regular de inovações foi estimulada, direcionada e controlada pelo Estado, esse mesmo Estado passou a

(14) Para Fei (1953, p.74) a *intelligentsia* na sociedade chinesa tradicional era uma classe sem conhecimento tecnológico, interessada fundamentalmente na sabedoria do passado, literatura e arte; era uma força conservadora na medida em que via o mundo através de relações humanas cuja finalidade é sempre o ajustamento mútuo enquanto a mudança tecnológica leva à perturbação social.

agir na direção contrária quando isto passou a ser visto como uma condição necessária para manter a estabilidade do sistema. Como assinala Mokyr (1990, p.232), nessa visão “a sociedade chinesa tinha uma preferência pela auto-regulação, possuindo um conjunto de mecanismos de *feedback* que asseguravam o movimento ergódico da tecnologia chinesa”. O fato é que na China o Estado tinha esse poder. Como será visto mais adiante, na Europa nem o Estado nem qualquer outro grupo social tinha poder para sabotar uma tecnologia que considerasse nociva a seus interesses. A começar pelo fato de que lá a mudança tecnológica era promovida essencialmente pela iniciativa privada. Além disso, os Estados europeus competiam entre si e, dentro de cada um, forças antagônicas poderosas, inexistentes na China, limitavam o poder estatal. Como assinala Jones (1987, p.233) as ordens políticas em competição na Europa, que refletiam a vitória de certos elementos da ordem feudal, “evoluíram no sentido de reduzir o risco e remover os fatores que deprimiam os investimentos”.

4. O caso da Europa: o Legado Medieval

O período Medieval pode ser considerado como o período em que toma forma o essencial do que chamamos de Civilização Ocidental. Nesse período se fundem, no “cadinho fervente das invasões germânicas” (Bloch, M., 1949), a herança greco-romana e as tradições tribais germânicas num processo conduzido e condicionado largamente pela evangelização do Norte Europeu e por fatores geopolíticos que contribuíram para a fragmentação de poder, condição necessária para a liberdade de organização e de empreendimento, para inovar. Diferentemente do que ocorreu na China, não houve concentração e centralização suficiente de poder para que os beneficiários do *status quo* impedissem mudanças. Esta situação de fragmentação de poder decorreu de fatores geopolíticos (Estados em competição) bem como, dentro de cada Estado, do entrelaçamento de fatores culturais e políticos que se reforçaram mutuamente dando origem a instituições e organizações independentes do Estado. Estas são condições essenciais para evitar a formação de regimes excessivamente despóticos. Nesse sentido, a emergência dos Estados centralizados na Europa Ocidental ocorreu posterior e/ou concomitantemente com a emergência dos elementos constitutivos de uma ordem político/social mais democrática.

Tal como a define Fukuyama (2011), uma ordem política plenamente democrática é aquela onde o **Estado** é efetivo, porém submetido ao **Império da Lei** (Constituição e Judiciário independente), dando origem a **Governos Responsabilizáveis** (perante parlamentos, assembleias e outros corpos políticos

representantes de setores mais amplos da população). Um Estado despótico pode ser efetivo, mas é imprevisível em função das inclinações pessoais, dos caprichos, dos sucessivos déspotas. Ou, como no caso do precoce e altamente despótico Estado Chinês, bastante previsível na sua aversão a mudanças no *status quo*. Não há um mínimo de segurança e liberdade necessárias para florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras. Na Europa Ocidental o processo de evolução em direção a uma maior democracia seguiu um caminho pioneiro e diferenciado na medida em que as liberdades individuais no plano social, o individualismo, começam a se afirmar séculos antes do surgimento do Estado moderno ou do capitalismo; do mesmo modo, o Império da Lei precede a concentração do poder político em Estados centralizados; e, por último, instituições capazes de tornar os Governos responsabilizáveis surgem a partir de instituições feudais peculiares tais como assembleias representativas, as quais os Estados centralizados não conseguiram eliminar.

De modo análogo, para North, Wallis e Weingast (2009) a ordem social mais compatível com o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras é a **Ordem Social de Acesso Aberto**. Acesso aberto nos sistemas econômico e político. O acesso aberto no sistema econômico evita a manipulação de interesses econômicos pelo sistema político. Por sua vez o sistema político aberto permite a contestação do grupo no poder através de meios constitucionais formais prescritos. Todos os cidadãos têm o direito, definido impessoalmente (a igualdade é impossível sem a impessoalidade), a formar organizações sem o consentimento do Estado, o que assegura a competição não violenta na política, na economia e em virtualmente em qualquer área de uma sociedade de acesso aberto. Na mesma linha, Acemoglu e Robinson (2012) apontam para emergência de **instituições políticas inclusivas**, que substituem as **instituições políticas extrativas** prévias, como a causa fundamental da grande divergência em desenvolvimento entre a Europa e o resto do mundo. No entanto, para ambos o período relevante de análise começa no final do século XVII, com a Revolução Gloriosa na Inglaterra. Até então as ordens sociais existentes seriam fechadas, com a predominância de instituições políticas extrativas.

Na verdade, bem antes, os elementos constitutivos de uma ordem político/social democrática evoluíram de um modo excepcional e precoce, levando à formação de entidades sócio-políticas ('polities') de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação. É esse excepcionalismo europeu na evolução da ordem político/social

que explica em grande medida sua criatividade tecnológica, organizacional, institucional e cultural. Capitalismo, Revolução Industrial e Modernidade Democrática, não ocorreram aí por acaso. São os frutos de um mesmo e único processo. Processo este que começou no período de formação do Feudalismo, entre os séculos V e X, e que atinge uma primeira fase de maturidade entre os séculos XI e XIII, quando ocorrem o que podem ser consideradas como revoluções pré-industrial e comercial, impulsionadas por uma sequência de macro e micro inovações tecnológicas, institucionais/organizacionais e apoiadas numa ampliação do processo de acumulação de capital na agricultura.

Desse amalgama de fatores culturais e políticos emergiram instituições (e organizações) que irão definir uma trajetória histórica peculiar. Como observa Greif (2006, pos. 8578), há uma impressionante similaridade entre as instituições políticas e econômicas que foram centrais para a expansão comercial na Baixa Idade Média e aquelas prevalentes na economia moderna. Em ambos os períodos prevalecem crenças culturais e normas associadas ao individualismo e ao corporativismo; a unidade social básica é o indivíduo ou a família nuclear; as estruturas sociais predominantes são as corporações que se auto-governam através de processos institucionalizados legítimos de estabelecimento de regras e leis, nos quais aqueles que são governados por estas tem uma voz influente. Estas são as condições para as trocas impessoais e Estados motivados a servir seus cidadãos, e não o contrário, que caracterizam a modernidade.

Usualmente as Instituições são definidas como sendo as características não tecnológicas de uma sociedade: leis e modos de fazer vale-las; modos de alocar e assegurar direitos de propriedade; e níveis de corrupção e de confiança¹⁵. No entanto, a compreensão do impacto, da persistência e da mudança das instituições requer o exame dos micro-mecanismos por trás de seu surgimento, estabilidade e dinâmica no plano dos indivíduos em interação. Esta compreensão requer, por sua vez, considerar em particular as motivações (incentivos) desses indivíduos em agir de uma determinada maneira. Não basta que haja uma previsão de punições para o não seguimento das regras se estas não foram percebidas como justas pela maioria.

(15) Greif considera que as contribuições das diversas escolas institucionalistas se complementam, oferecendo um quadro analítico capaz de explicar esse fenômeno. Ele as divide basicamente entre aquelas que adotam uma perspectiva institucional *de agencia* (comum entre os economistas) e aquelas que adotam uma perspectiva *estrutural* (em geral os sociólogos). Para as primeiras os indivíduos formam instituições para atingir seus objetivos; para as segundas as instituições transcendem os atores individuais. Na verdade, as duas abordagens capturariam, cada uma, um aspecto da realidade.

As motivações – expectativas, crenças ou normas internalizadas, são o elo de intermediação entre o meio ambiente institucional e o comportamento, seja este último racional, habitual ou imitativo. Elas são as responsáveis pelo surgimento e prevalência de uma “*ordem privada*”, isto é, uma situação em que a ordem prevalece a despeito da falta de uma terceira parte (Estado) capaz de fazer valer as regras. A própria ordem política e um Estado efetivo deveriam ser vistos como resultados das motivações que fazem com que os atores políticos se submetam a determinadas regras. Além disso, a própria efetividade das regras estatais depende da motivação dos agentes dentro da burocracia e/ou do judiciário em fazer vale-las. Estas expectativas, crenças ou normas internalizadas, que as vezes se manifestam como organizações, são elementos institucionais exógenos a cada indivíduo cujo comportamento elas influenciam. Elas fornecem as micro fundações cognitivas, normativas e informacionais do comportamento, dado que capacitam, guiam e motivam os agentes a se comportar de um modo específico.

As organizações em especial, sejam elas formais, informais, intencionais ou não, são fundamentais e podem ter um papel decisivo em determinados contextos. Em sociedades familísticas (ou mafiosas) elas garantem o cumprimento de contratos pela crença em uma retaliação por parte da família estendida (ou da máfia) em caso de ruptura contratual. Em sociedades individualistas não familísticas essa garantia se dá pela crença em uma resposta judicial. É esta crença que liga uma transação econômica (central) entre agentes – um contrato comercial – com uma transação legal (auxiliar) – entre cada agente e a lei, que garante seu cumprimento. As organizações são as arenas nas quais as ações nas transações auxiliares ocorrem. Elas estendem o conjunto das possíveis crenças comportamentais na transação central para além das que são possíveis através de ligações bilaterais intertemporais (como aquela através da reputação de honestidade dos indivíduos em interação). São elas que garantem a efetividade de uma transação legal auxiliar, como a de um tribunal, em relação a uma transação econômica central, em vez de uma transação privada entre o juiz e as partes em disputa com base no suborno.

Em outras palavras, como o defende Greif (2006), as instituições formais (e informais) devem ser vistas como um fenômeno de equilíbrio, auto estruturantes na medida em que elas constituem a estrutura que influencia o comportamento, ao mesmo tempo em que as respostas comportamentais dos agentes a esta estrutura contribuem para reproduzi-la. Nesse sentido elas são o motor da história. O passado encapsulado em elementos institucionais direciona a mudança institucional e conduz as sociedades a evoluírem ao longo de distintas

trajetórias institucionais. No Ocidente medieval, como veremos, a trajetória institucional foi muito peculiar na medida em que nem o Estado nem estruturas familísticas foram importantes. A organização da sociedade girava em torno de organizações não familísticas baseadas no auto-interesse e auto-governadas – o sistema de vassalagem, as ordens monásticas e militares, as confrarias, a Igreja, as universidades, as corporações de ofício, as assembleias de aldeia e as comunas das cidades. Essas organizações, muitas sob a forma de organizações corporativas, foram vitais para as instituições políticas e econômicas da Europa tanto na Baixa Idade Média e como no período de crescimento moderno.

A modernidade democrática, resultado último de um processo evolucionário de inovações culturais, institucionais e organizacionais pode e, obviamente, deve ser mantida. Entretanto, esta manutenção não é simples e nem está garantida. O risco de decadência, de volta do Estado autoritário (ou mesmo totalitário), estará sempre presente dados os traços permanentes da natureza humana, em especial o desejo de poder. Num plano mais prosaico, a democracia tende sempre a ser corroída pelo patrimonialismo, isto é, a tendência em favorecer parentes e amigos. Durante milhares de anos esta característica da natureza humana forneceu o impulso organizador das sociedades tribais de todas as etnias e em todas as latitudes: sociedades familísticas preponderantemente agnáticas (patrilineares), organizadas em torno de um ancestral comum real ou mítico. A emergência da modernidade na Europa, com a predominância do individualismo nas relações interpessoais e relações não familísticas nos negócios, representou uma ruptura com uma regra multimilenária. Foi praticamente o único lugar onde essa ruptura foi radical, no sentido da eliminação definitiva do tribalismo, mas nem por isso as sociedades europeias ficaram totalmente imunes das consequências deste impulso fundamental da natureza humana que tende sempre a se expressar sob a forma de algum tipo de patrimonialismo clientelístico.

Vários fatores contribuíram para a emergência dessa organização societária durante o período medieval: crenças culturais individualistas, fracas organizações baseadas em laços familísticos, fraqueza institucional do Estado e normas que legitimavam a auto governança. Ao mesmo tempo, os recursos econômicos e coercitivos eram distribuídos com relativa igualdade (uma estrutura feudal fragmentada) de modo que os recursos de muitos indivíduos tinham que ser mobilizados para fazer avançar os interesses de algum grupo.

Desde então, esta forma particular de organização societária – centrada em organizações não familísticas auto governadas e no individualismo – tem estado por trás do comportamento e dos resultados que levaram ao

desenvolvimento político e econômico europeu. Esta organização societária é o denominador comum por trás desses fenômenos históricos peculiares que foram a expansão econômica na Baixa Idade Média, a ascensão da ciência e tecnologia e a criação do Estado moderno europeu. Este último pode ser visto como o resultado final da evolução de uma corporação não familiar autogovernada, composta de indivíduos em vez de unidades sociais maiores, como os clãs, onde prevalece a crença de que uma corporação existe para servir seus membros e não o contrário. Historicamente, este processo se deu no período pré-moderno de modo orgânico, de baixo para cima com base em corpos políticos herdados do passado medieval, que tinham a capacidade de restringir o poder de abuso do Estado e influenciar suas políticas.

É notável a semelhança dessa visão de Greif (2006) de uma sociedade multifacetada, composta de múltiplos componentes organizacionais independentes, cujos conflitos de interesse tendem a ser resolvidos por processos participativos democráticos, com os ‘insights’ do historiador francês François Guizot, em sua obra do início do século XIX, sobre o que essencialmente distinguia a história da civilização na Europa em relação às demais¹⁶:

(16) “Quand on regarde qui ont précédé celle de l’Europe moderne, soit em Asie, soit ailleurs, y compris même la civilisation grecque et romaine, il est impossible de ne pas être frappé de l’unité qui y règne. Elles paraissent émanées d’un seul fait, d’une seule idée; on dirait que la société a appartenu à un principe unique qui l’a dominée, et en a déterminé les institutions, les moeurs, les croyances, em un mot tous les développements. Em Egypte, par exemple, c’était le principe théocratique qui possédait la société tout entière; il s’est reproduit dans ses moeurs, dans les monuments, dans tout ce qui nous reste de la civilisation égyptienne. Dans l’Inde, vous trouverez le même fait; c’est encore la domination presque exclusive du principe théocratique. Ailleurs, vous verrez une autre organization: ce sera la domination d’une caste conquérante; le principe de la force possedera seul la société, lui imposera ses lois, son caractere. Ailleurs, la société sera l’expression du principe démocratique, ainsi il est arrivé dans les republics commerçantes qui ont couvert les côtes de l’Asie-Mineure et de la Syrie, dans l’Ionie, la Phénicie. Em un mot, quando on considere les civilisations antiques, ont les trouve toutes empreintes d’un sigulier caractère d’unité dans les institutions, les idées, les moeurs; une force unique, ou du moins très preponderante, gouverne et decide de tout...La coexistence et le combat de principes divers n’ont été, dans l’histoire de ces peuples, qu’une crise passagère, un accident...C’est à la même cause qu’il faut rapporter ce caractère de tyrannie qui apparaît, au nom de principes et sous les formes les plus diverses, dans toutes les civilisations anciennes. La société appartenait à une force exclusive qui n’en pouvait souffrir aucune autre. Toute tendance differente était proscribed, chassée. Jamais le principe dominant ne voulait admettre à côté de lui la manifestation et l’action d’un principe différent...Il n’en a été tout autrement de la civilisation de l’Europe moderne. Sans entrer dans aucun détail, regardez-y, recueillez vos souvenirs; ele vous apparaîtra sur-le-champ variée, confuse, orageuse; toutes les formes, tous les principes d’organisation sociale y coexistent; les pouvoirs spirituel et temporel, les éléments théocratique, monarchique, aristocratique, démocratique, toutes les classes, toutes les situations sociales se mêlent, se pressent; il y a des degrés infinis dans la liberte, la richesse, l’influence. Et ces forces diverses sont entre eles dans un état de lutte continuelle, sans qu’aucune parvienne à étouffer les autres et à prendre seule possession de la société’.(Guizot, F. (2011). Histoire générale de la civilisation em Europe, pos.619, 638,648.

Quando se olha as civilizações que precederam a da Europa moderna, seja na Ásia, seja em outra parte, incluindo mesmo a civilização greco-romana, é impossível não se impressionar pela unidade que aí reina. Elas parecem emanadas de um fato único, de uma só ideia; dir-se-ia que a sociedade pertencia a um princípio único que a dominou, determinando suas instituições, seus costumes, suas crenças, em uma palavra todos os desenvolvimentos. No Egito, por exemplo, era o princípio teocrático que possuía inteiramente a sociedade; ele se reproduz nos seus costumes e sentimentos, nos seus monumentos, em tudo que nos resta da civilização egípcia. Na Índia, vocês encontrarão o mesmo fato; é ainda a dominação quase que exclusiva do princípio teocrático. Em outra parte, vocês verão uma outra organização: será a dominação de uma casta conquistadora; o princípio da força possuirá sozinho a sociedade, impondo suas leis, seu caráter. Em outro lugar ainda, a sociedade será a expressão do princípio democrático, como aconteceu nas repúblicas comerciais que cobriram as costas da Ásia menor e da Síria, na Ionia, a Fenícia. Em uma palavra, quando se considera as civilizações antigas, encontramos todas impregnadas de um singular caráter de unidade nas instituições, nas ideias, nos costumes e sentimentos; uma força única, ou o menos muito preponderante, governa e decide tudo...A coexistência e o combate de princípios diversos foram, na história desses povos, apenas uma crise passageira, um acidente...É à mesma causa que é preciso relacionar o caráter de tirania que aparece, em nome de princípios e sob as formas mais diversas, em todas as civilizações antigas. A sociedade pertencia a uma força exclusiva que não podia suportar nenhuma outra. Toda tendência diferente era proscrita, expulsa. Jamais o princípio dominante poderia admitir ao seu lado a manifestação e a ação de um princípio diferente...

Foi completamente diferente na civilização da Europa moderna. Sem entrar em detalhe algum, olhem, recolham suas lembranças; ela vos aparecerá, no campo, variada, confusa, tempestuosa; todas as formas, todos os princípios de organização social aí coexistem; os poderes espiritual e temporal, os elementos teocrático, monárquico, aristocrático, democrático, todas as classes, todas as situações sociais se juntam, se pressionam; existem graus infinitos na liberdade, na riqueza, na influência. E estas forças diversas encontram-se num estado de luta contínua entre elas, sem que nenhuma consiga sufocar as outras e possuir sozinha toda a sociedade.

Em síntese, na Europa medieval iniciou-se um processo evolucionário peculiar, impulsionado por um amalgama inédito de fatores culturais e políticos. Isoladamente é possível encontrar alguns desses fatores nas demais civilizações

em momentos diversos, mas não em interação conjunta capaz de dar origem a um processo evolucionário impulsionado pela introdução de todo tipo de inovações. A maior abertura em relação às inovações decorreu de certas especificidades culturais, da competição entre regiões e Estados e da fragmentação do poder que resultaram em estruturas de governança mais democráticas, menos despóticas. A evolução em direção a estruturas de governança mais democráticas, com base no Império da Lei e com garantias a liberdades individuais antecedeu, portanto, o surgimento do Estado centralizado.

4.1. A Cosmo Visão Judaico-Cristã

A influência da cosmo visão judaico-cristã contribui significativamente para a criação de uma cultura mais favorável ao crescimento econômico sustentado. Primeiramente, pelo fato de que nesta visão o ser humano é visto como o centro da criação divina, estando a natureza a seu serviço. Para White (1967) resulta dessa visão uma *dessacralização* da natureza, com o lócus divino/espiritual transferido da natureza para Deus e os santos¹⁷. Essa dessacralização da natureza, por sua vez, confere uma grande liberdade na sua manipulação o que, como nota Mokyr (1990), é a essência mesma do progresso tecnológico inovador. Em segundo lugar, aponta-se também a concepção linear do tempo, que pode ser regressiva, mas de modo geral foi progressiva, em direção a um mundo melhor, em contraste com as concepções cíclicas predominantes em outras civilizações, onde a ideia de progresso é inexistente. Finalmente, o respeito pelo trabalho presente nos Antigo e Novo Testamento, que na Cristandade Latina Medieval assumirá, começando pelos monastérios, um valor social amplamente respeitado.

É preciso ter em conta, entretanto, que este fator cultural adquire relevância num contexto específico. Em outros contextos, como no da Cristandade Ortodoxa, essa cosmovisão não gerou os mesmos efeitos¹⁸. Do mesmo modo, cosmovisões distintas que atuaram efetivamente como barreiras à

(17) Neste famoso trabalho publicado na Revista Science, Lynn White aponta essa dessacralização como a causa histórica da crise ecológica atual. Neste trabalho ele retoma algumas ideias publicadas anteriormente em seu influente livro de 1962, colocando uma ênfase que parecia ser negativa em relação a esses fatores culturais. Reagindo à polêmica causada pelo artigo, White procurou clarificar sua posição afirmando que no antropocentrismo da cosmovisão judaico-cristã a natureza deve servir sim à humanidade, porém deveria ser manejada diligentemente ('stewardship') de modo a conservar sua capacidade de provimento de meios de vida. E entende, como São Francisco de Assis, que ele propõe como Santo patrono do ambientalismo, que o direito de existir se estenderia a toda a criação independente de sua utilidade.

(18) Caracteristicamente, as ordens monásticas nestas regiões eram fundamentalmente contemplativas.

introdução e difusão sistemática de inovações durante longos períodos em outras civilizações, podem perder esta capacidade ou mesmo serem modificadas para atuarem positivamente no estímulo à adoção de inovações, tal como ocorreu na Ásia a partir do impacto da presença ocidental.

Para Le Goff (1990) as atitudes sociais que se desenvolvem neste período do processo civilizatório ocidental foram decisivas. Em relação ao trabalho, em especial, o período medieval foi muito importante. Partindo de uma situação herdada do mundo greco-romano de desprezo pelo trabalho (incluindo o de engenheiros) e de uma concepção pessimista do trabalho como maldição, punição, penitência, chega-se por caminhos múltiplos a uma valorização do trabalho e dos trabalhadores; desenvolve-se um conceito próprio e um vocabulário específico ao trabalho e aos trabalhadores. Os monastérios tiveram um papel crucial nesse processo, na solução do que pode ser considerado um conflito sócio-ideológico do trabalho a partir da regra de São Bento, *ora e labora*. O trabalho seria penitência sim, mas uma penitência bendita¹⁹.

O conflito entre as duas grandes ordens monásticas do tempo, Cluny e Cîteaux, teve como uma de suas motivações precisamente o peso relativo que se deveria atribuir a cada uma dessas injunções beneditinas. No final vence a visão (de Cîteaux) do trabalho como dignificante da pessoa humana, digno das bênçãos celestes como as representadas pelos santos padroeiros das *corporações de ofício*. Estas corporações, como será visto mais adiante, foram inovações organizacionais decisivas para as revoluções comercial e pré-industrial medievais. Oxele (1990) assinala também que a consolidação no século XI do esquema mental das três ordens associada a três funções sociais, que justapunha a função social do trabalho junto com as funções sociais da oração e da proteção militar (*oratores, bellatores et laboratores*), revela uma notável valorização do trabalho. Os *laboratores* começaram a aparecer de modo bem mais ativo no cenário histórico através de organizações sociais de camponeses, artesãos e mercadores, que se agrupam em associações juramentadas por juramentos públicos mútuos de ajuda e proteção recíprocas.

(19) A valorização do trabalho manual e da sua contrapartida inseparável, a ferramenta, gerou estórias milagrosas como aquela do milagre operado pelo Prior de um monastério que teria, através da oração, recuperado uma ferramenta muito importante que havia caído no tanque, fazendo-a voltar ao cabo de madeira da qual havia se soltado (Le Goff, J., 1990).

4.2. Individualismo e Império da Lei: dois fatores decisivos do excepcionalismo europeu

A evolução e consolidação da ordem político-social na Europa a partir da queda do Império Romano é a história de um processo contínuo de introdução de inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais que levou à emergência do mundo moderno, da democracia e da sociedade de consumo. Uma sociedade em permanente processo de mudança. Uma ordem político-social em que a formação de Estados centralizados em competição foi acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes. Não eram ordens sociais de acesso aberto como numa democracia, porém tampouco eram ordens de acesso limitado ou de exclusão, devido a competição entre elas e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado, que criavam condições muito peculiares de acesso relativamente aberto e/ou de inclusão. Uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade de iniciativa à população em geral. A Revolução Industrial iniciada no século XVIII na Inglaterra resulta desse processo evolucionário e, nesse sentido, deve ser vista mais como uma aceleração de um processo e não como uma ruptura revolucionária. Na verdade, uma segunda e mais forte aceleração, sendo que a primeira ocorreu entre os séculos XI e XIII.

A grande crise do século XIV, marcada pela peste bulbonica, interrompe esta primeira aceleração, mas não um processo inédito de evolução da ordem política-social. Acemoglu e Robinson (2012) consideram esta crise como uma “encruzilhada crítica” (critical juncture)²⁰, uma situação dramática que cria condições para a aceleração e consolidação de mudanças em direção a instituições mais inclusivas. Neste caso, a consolidação de um mercado de trabalho mais inclusivo decorrente do maior poder de barganha dos camponeses causado pela queda dramática da população. Na verdade, diferentemente do que se passou na Europa Oriental, as restrições feudais à mobilidade da mão-de-obra e ao acesso à terra já haviam sido fortemente erodidas no período de expansão econômica entre

(20) No capítulo intitulado “Small Differences and Critical Junctures”, Acemoglu e Robinson (2012) consideram que as diferenças institucionais entre a Europa Ocidental e a Europa Oriental eram pequenas: os senhores feudais na última eram ligeiramente melhor organizados, possuíam um pouco mais de direitos e de domínios territoriais consolidados que os da primeira. No entanto, embora pequenas, estas diferenças teriam sido suficientes, numa encruzilhada crítica, para tornar os senhores feudais na Europa Oriental capazes de re-impôr uma segunda servidão mais forte ainda na sua capacidade de extração de excedente agrícola – que seria exportado para a Europa Ocidental – apesar do contexto de escassez de mão-de-obra causado pela peste bubônica.

os séculos XI e XIII, bem como as demais instituições feudais já haviam se transformado substancialmente. Portanto, ao contrário do que afirmam Acemoglu e Robinson, institucionalmente as diferenças entre as duas Europas não eram pequenas na saída da crise do século XIV. Como será visto em seguida, a trajetória de evolução política/institucional na Europa Ocidental foi peculiarmente distinta daquela na Europa Oriental.

4.2.1. O Individualismo

O excepcionalismo europeu é evidente já no processo de saída do tribalismo para formas de organização social estatal. A viabilidade de um Estado depende de um deslocamento da lealdade dos indivíduos do grupo familiar/clânico para o Estado. No caso da China visto acima, mas também nos casos da Índia e do mundo islâmico, as instituições baseadas em território e autoridade legal centralizada tiveram que ser superpostas sobre sociedades tribais fortemente segmentadas, baseadas em linhagens agnáticas (patrilineares).

Entretanto, em nenhum destes casos foram bem sucedidos os esforços “de cima para baixo” realizados com a finalidade de abolir as relações familísticas como base da organização social local. Em consequência, em grande medida a história do desenvolvimento institucional destas sociedades gira em torno do esforço dos grupos familísticos em retomar posições no quadro político. Nos termos de Fukuyama (2014, p.229), nestas sociedades se observa um esforço permanente de *repatrimonialização* do jogo político.

No caso europeu as redes de relações familísticas como base do jogo político desaparecem com a emergência do feudalismo. Este desaparecimento se deveu a ação de duas forças agindo simultaneamente. A primeira foi a capacidade de influência sociocultural da Igreja católica que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento na Europa Ocidental. Como mostrou Goody (1983), o padrão mediterrâneo era fortemente patrilinear, resultando numa sociedade segmentada em grupos endógamos com fronteiras rigidamente definidas, e com uma certa preferência para o casamento entre primos. Havia estrita separação de sexos e poucas oportunidades para a mulher ter propriedade ou participar da esfera pública.

A Igreja católica como instituição religiosa foi um fator distintivo decisivo na evolução das instituições na Europa Ocidental por sua capacidade de ação e influência. Esta instituição religiosa conseguiu se institucionalizar como um ator político independente num nível desconhecido por autoridades religiosas

em outras sociedades. Na China não se desenvolveu uma alternativa mais sofisticada de religião que a veneração dos espíritos dos ancestrais. No caso da Índia e do mundo muçulmano, ao contrário, a inovação religiosa foi decisiva, sendo que em ambos os casos ela serviu como importante contraponto ao poder político. No entanto, em ambos a autoridade religiosa nunca se cristalizou numa instituição única, centralizada e burocrática, independente do Estado.

No novo padrão de casamento promovido pela Igreja católica a herança era bilateral (pelo homem e pela mulher), o casamento inter primos banida e a exogamia estimulada. Também foram proibidas outras estratégias familísticas para manter a propriedade dentro do grupo familiar como o casamento das viúvas dentro da família, o repúdio (divórcio) da mulher pelo homem, a concubinação e a adoção de crianças na falta de um herdeiro masculino. A mulher tinha maiores direitos de propriedade e de participação da vida pública²¹. Ao notar o papel das mulheres na conversão de reis pagãos que tiveram um papel crucial na expansão do cristianismo na Europa, a começar pela conversão de Clovis, rei dos Francos, no século VI, sob influência decisiva da esposa Clotilde, Pernoud (1980) se pergunta se teria sido uma mera coincidência. Para ela o significativo número de casos semelhantes mostra que não foi uma mera coincidência e sim o resultado da forte atração que o cristianismo exercia sobre as mulheres ao proclamar e promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, tendo elas se tornado ativas evangelizadoras²². Por volta do final do século IV, sob influência do cristianismo, a lei civil romana foi modificada, tendo sido retirado o direito de vida e morte do pai sobre os filhos, o que beneficiou em especial as filhas que tendiam a ser sacrificadas se já houvesse uma primogênita.

É digno de nota também que este padrão de casamento promovido pela Igreja não deve ter encontrado resistências por parte das tribos germânicas que invadiram o Império Romano, a julgar pelas evidências disponíveis sobre as características destas sociedades tribais. Entre essas características Jones (1987, p. 14, 15) chama a atenção para a persistente tendência em manter o crescimento

(21) Para Goody (1983) a motivação da Igreja católica nesse sentido teria sido menos teológica do que institucional, na medida em que ela seria a beneficiária maior da herança daquelas que morriam sem deixar herdeiros. Por esta visão o status elevado da mulher na Europa Ocidental teria sido um efeito colateral acidental dos interesses da Igreja!

(22) Além de Clotilde no que viria a ser a França, a conversão dos Lombardos no Norte da Itália se deveu em grande medida a Theodolinda, esposa do rei Agilulf; na Espanha Theodósia se casa em 573 com Leogivilde, Duque de Toledo, que restaurou a autoridade real, e o converteu ao catolicismo; na Inglaterra cerca de vinte anos depois, Bertha de Kent obteve a conversão do rei Ethelbert; por toda a Europa as mulheres foram um fator decisivo na conversão dos povos pagãos ao cristianismo. Ver Pernoud, R. (1980, p.18, 19).

da população um pouco abaixo do que seria seu máximo de modo a manter terras disponíveis para pastagens e florestas, tendo como resultado um padrão de consumo (alimentar sobretudo – carne) acima daquele prevalente na Ásia. Os indivíduos nestas sociedades tribais estavam dispostos a trocar, na margem, crianças por bens de modo a manter um dado padrão de consumo. Com base no trabalho de Hajnal (1965)²³, Jones nota como um elemento distintivo europeu a prevalência de casamentos mais tardios e de uma alta percentagem de indivíduos que não se casavam – as mulheres tinham o direito a não casar! Os indivíduos eram estimulados a formar algum pecúlio antes de casar e constituíam famílias nucleares, relativamente independentes de círculos familísticos mais amplos, sendo que este padrão de comportamento poderia ser retraçado desde o segundo milênio A.C.

Desde cedo, portanto, a sociedade europeia era *individualista*²⁴ no sentido de que eram os indivíduos e não suas famílias ampliadas (seus clãs) que tomavam importantes decisões sobre casamento, propriedade e outras questões pessoais. Desse modo, as instituições de Estado foram superpostas em sociedades onde os indivíduos já gozavam de uma grande liberdade em relação às obrigações sociais familísticas. Por esta razão Fukuyama (2011, p.231) considera apropriado dizer que na Europa o *desenvolvimento social precedeu o desenvolvimento político*.

Na Inglaterra, desde o final do século XII os servos de gleba já vendiam, compravam ou arrendavam suas terras sem a permissão dos senhores. A partir do começo do século XVI o direito dos indivíduos de alienar livremente suas propriedades ainda em vida e mesmo deserdar os filhos em testamentos estava bem estabelecido na Lei Comum inglesa (Common Law). Este fato é extremamente significativo, pois uma das características fundamentais das sociedades camponesas na Europa Oriental e no mundo em geral eram as severas limitações que as obrigações familísticas impunham à posse da terra.

(23) Hajnal, J. (1965). European marriage patterns in perspective. In Population in History, ed. David Glass and D.E.C. Eversley. London : Edward Arnold.

(24) A falácia de Hobbes: a ideia de que os seres humanos eram primordialmente individualistas e que eles resolveram se organizar em sociedades como resultado de um cálculo racional de que a cooperação social era a melhor maneira de atingir suas finalidades individuais. O que ocorreu na verdade foi o inverso: foi o individualismo e não a sociabilidade que se desenvolveu ao longo da história humana. E ele só se mantém hoje porque foram desenvolvidas instituições que se sobrepõem aos instintos comunais naturais aos seres humanos. Ver Fukuyama, F. (2011, p. 29).

Tradicionalmente nas sociedades organizadas com base em estruturas familísticas a mulher somente adquiria uma personalidade legal através do casamento e da geração de um herdeiro masculino. Nesse sentido, o direito legal da mulher possuir e poder dispor de propriedade é um sinal de um processo avançado de decadência destas estruturas. Na Inglaterra já no século XII a mulher tinha direito a possuir e vender livremente propriedade fora dos círculos familísticos. Podia também processar e ser processada, bem como fazer testamentos e contratos sem a permissão de seus parentes masculinos. Outro fato notável foi o surgimento no século XIII dos “contratos de manutenção” entre pais e filhos. Esta foi a forma encontrada pelos pais, que haviam passado em vida a propriedade aos filhos, para se proteger de um possível descaso destes quando da velhice. Havia, portanto, o risco de abandono pelos filhos quando em idade avançada, algo impensável nas sociedades familísticas tradicionais.

A segunda força em ação na destruição das relações familísticas como base da organização social foi a forma peculiar do feudalismo europeu. Para Bloch (1949) o feudalismo, formado “no cadinho fervente” de invasões e desordens imensas, foi uma desesperada resposta de autodefesa que exigiu encontrar formas de articulação entre grupos isolados não relacionados familiarmente (o sistema de vassalagem). Em outras palavras, o feudalismo surgiu como uma alternativa não familística de organização social. As estruturas familísticas não ofereciam uma proteção adequada na medida em que já se encontravam fortemente comprometidas pela prevalência da dualidade de descendência – patri e matri linear, um indicativo de relações familísticas com fronteiras pouco rígidas. Por esta razão é que o sistema de vassalagem não existiu nas regiões onde grupos agnáticos poderosos sobreviveram, como nas bordas do Mar do Norte (Vikings) ou nas áreas Celtas das Ilhas Britânicas. A essência do feudalismo, portanto, foi a submissão voluntária de um indivíduo a outro, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço.

Desse modo, durante o período medieval, antes do início da formação dos Estados nacionais e séculos antes da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, as sociedades europeias no Ocidente já haviam se tornado muito mais individualistas do que qualquer sociedade contemporânea a elas. Uma transformação que não resultou, portanto, destas grandes mudanças modernizantes, mas, ao contrário, foi um elemento importante para explicar a ocorrência das mesmas. Assim, a economia capitalista emergente não teve que enfrentar, como na China e na Índia, a resistência de grandes grupos familísticos corporativamente organizados com substancial propriedade a proteger, mas, ao

contrário, avançou em sociedades onde a propriedade trocava de mãos rotineiramente entre estranhos (não-parentes).

As instituições sociais de caráter feudal, baseadas em contrato voluntário entre suserano e vassalo, em vez de relações de parentesco, estimulam o individualismo, bem como a ampliação do entendimento sobre personalidade legal. Do mesmo modo, num plano cultural, é preciso ter em mente que era o indivíduo e não o grupo social que estava no centro da teologia cristã. Por volta do final do século XII também a relação entre senhor e camponês passa a ter um caráter contratual. A partir desse ponto, toda revolta camponesa na Europa Ocidental passou a ser uma expressão da indignação humana relativamente à quebra de contrato pelo senhor e uma reivindicação ao direito de liberdade. Isso não acontecia em sociedades onde os direitos à terra eram baseados em relações familísticas ou na dominação de um grupo clânico sobre outro.

Outro impacto político importante das relações feudais tem a ver com a eficácia da governança. Por serem contratuais e mais hierárquicas, as instituições feudais eram mais flexíveis e com maior capacidade de ação coletiva do que aquelas baseadas em relações familísticas. Uma vez estabelecidos legalmente os direitos senhoriais feudais eles não eram mais sujeitos a constantes renegociações tal como ocorria com relação à autoridade dentro dos sistemas familísticos. Um senhor feudal podia falar em nome da comunidade sob sua tutela de um modo que nenhum líder tribal podia.

Em resumo, o histórico do desenvolvimento político na Europa Ocidental foi muito peculiar quando comparado com aqueles de outras partes do mundo. A começar por este processo radical de saída do tribalismo. O individualismo no plano social surgiu séculos antes dos Estados modernos e do capitalismo, de modo que as instituições estatais não tiveram que ser impostas de cima para baixo por elites guerreiras em cima de organizações tribais. Estas instituições evoluíram socialmente de baixo para cima principalmente através de regras estabelecidas por uma instituição religiosa independente.

4.2.2. O Império da Lei e o Estado

Além desta saída peculiar do tribalismo, também o processo de formação do Estado foi excepcional na medida em que foi baseado menos na capacidade militar dos construtores de Estado do que na sua habilidade de prover justiça. Nesse sentido, o crescimento do poder e da legitimidade dos Estados europeus foi inseparável da emergência do Império da Lei.

Os primeiros Estados europeus dispensavam justiça, mas não necessariamente a Lei. A Lei constitui-se de um corpo de regras abstratas de justiça responsáveis pela coesão de uma dada comunidade. Nas sociedades pré-modernas a Lei era suposta ter sua origem numa autoridade superior a qualquer legislador humano, seja uma autoridade divina, um costume imemorial ou a natureza. A Legislação, por sua vez, corresponde ao que hoje é chamado de lei positiva, sendo uma função do poder político, ou seja, a habilidade do rei, do senhor da guerra, do presidente ou do legislativo em elaborar e fazer valer novas regras com base numa combinação de poder e autoridade. O “Império da Lei” existe somente quando um corpo de leis preexistente (baseado num texto religioso ou numa Constituição como nos Estados modernos) é soberano em relação à legislação, significando que aqueles que detém o poder político são limitados pela Lei. A distinção entre Lei e Legislação corresponde atualmente à distinção entre leis constitucionais e leis ordinárias. A prevalência do Império da Lei implica, portanto, uma limitação ao poder do Estado.

O Império da Lei depende, desse modo, da preexistência de um corpo de leis que representa a vontade de toda a comunidade e que é superior à vontade dos governos e por isso limita o escopo dos atos legislativos destes. Fukuyama (2011, p. 251) concorda com o “insight” fundamental de Hayek²⁵ de que a lei tende a se desenvolver com base na evolução descentralizada das regras sociais, mas pondera que historicamente se observa importantes descontinuidades neste processo evolucionário que somente podem ser explicadas pela intervenção de uma autoridade política. No próprio caso inglês, que é a principal referência de Hayek, foi o que aconteceu na transição da Lei costumeira para a Lei Comum (Common Law), com a interferência da Igreja e da monarquia. A Lei comum não foi uma versão formalizada e escrita das leis costumeiras anteriores, mas uma lei fundamentalmente distinta.

Primeiramente por que as próprias leis tribais costumeiras começam a ser minadas com a conversão ao cristianismo a partir da chegada no século VI do monge beneditino Augustine. Elas sofreram um forte impacto com as novas regras sobre casamento e propriedade que permitiram as mulheres ter propriedade e legar herança. Regras estas que não surgiram espontaneamente de experimentos de juízes locais ou das comunidades, mas sim ditadas diretamente por uma instituição religiosa com poder para tanto.

(25) Friedrich A. Hayek. *Law, Legislation and Liberty*. Chicago: University of Chicago Press, 1976.

Por sua vez, a introdução e difusão da Lei Comum representou também um fator de descontinuidade na evolução da lei costumeira. Sua introdução e disseminação era de interesse do Estado inglês em processo de consolidação. A promulgação de uma Lei Comum uniforme para todo o reino foi um instrumento fundamental na expansão do poder do Estado no período que se seguiu à conquista normanda no século XI. A dinâmica deste processo resulta da própria estrutura dos Estados feudais, na qual os reis nada mais eram que *primus inter pares* dentro de uma ordem feudal descentralizada. Eles passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer a autoridade e manter as comunicações num mundo fracionado em vilarejos e feudos isolados. Um dos principais serviços que o rei podia oferecer era servir como tribunal de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. Evidentemente era de todo interesse do rei expandir a jurisdição de seus tribunais, na medida em que isto aumentava sua autoridade e prestígio, mas também pelo fato destes serviços serem pagos. As cortes reais itinerantes tinham a vantagem de serem mais imparciais na medida em que tinham menos ligações com os litigantes do que as cortes senhoriais locais. Também apresentavam vantagens procedurais como a capacidade de compelir os cidadãos a servirem como jurados e, com o tempo, passaram a gozar de economias de escala e de escopo. A administração da justiça requer trabalho especializado e com melhor educação.

A Lei Comum na Inglaterra foi assim chamada porque sintetiza uma miríade de regras costumeiras locais e regionais numa única lei comum em que o precedente em uma região é aplicável em todo o reino. Além disso, é aplicada em todo o reino por uma rede de juízes trabalhando dentro de um sistema legal unificado muito mais sistemático e formal do que a colcha de retalhos das regras costumeiras de origem tribal. A conquista normanda e o decorrente fortalecimento da centralização do poder real de Estado deram um impulso decisivo na evolução da lei costumeira. Esta centralização cria uma série de situações para as quais as leis costumeiras não eram adequadas. Também as cortes reais acabaram servindo como arquivos para questões não contenciosas como o registro de propriedades e transferências de terras. Em resumo, no caso da Inglaterra, os tribunais reais foram bem-sucedidos na competição com tribunais senhoriais locais por serem mais imparciais e tecnicamente mais eficientes.

No entanto, as condições para o funcionamento apropriado do Império da Lei vão além de aspectos institucionais e/ou procedurais. É necessário que este seja percebido como justo, não podendo haver exceções. Os próprios reis, bem

como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor derivava em última instância de uma sanção religiosa. O Império da Lei no seu sentido mais profundo significa, portanto, que existe um consenso dentro da sociedade de que suas leis são justas, sendo que elas devem preexistir e balizar o comportamento de quem quer que seja o governante em cada momento. A Lei é soberana e não o governante. Este último somente possui legitimidade na medida em que deriva seus poderes da Lei. No passado a principal fonte de leis justas fora da esfera da ordem política era a religião. Na Europa o Império da Lei teve suas raízes no Cristianismo.

No entanto, para que estas leis fossem acatadas pelos governantes era condição necessária que a autoridade religiosa tivesse se afirmado de modo independente da autoridade política. Após a queda do Império Romano e o consequente enfraquecimento do poder político, uma autoridade religiosa cristã, a Igreja católica, foi capaz de afirmar sua independência. Esta independência foi se perdendo na medida em que o poder político se recupera e cada vez mais a nomeação de Bispos e mesmo Papas passou a ser prerrogativa dos poderes políticos locais e regionais, além do próprio imperador. No entanto, no final do século XI a Igreja foi capaz de novamente, e de forma incisiva, afirmar sua independência dos poderes seculares.

Esta capacidade, sem dúvida, dependeu nesse momento da energia, tenacidade e determinação de um homem como o monge Hildebrando que se tornou Papa em 1073 sob nome de Gregório VII. Ele estava determinado em acabar com a corrupção e o *rentismo* (“rent seeking”) que este sistema de nomeações promovia, reforçado pelo fato de que o casamento era permitido aos religiosos e que podiam legar aos filhos a propriedade que deveria ser da Igreja. A obrigatoriedade do celibato resolve este último problema. Para resolver o primeiro era necessário atacar diretamente o direito de nomeação de Bispos e padres pelos poderes seculares, conferindo-os com exclusividade à própria Igreja. Mais ainda, ele defendia a supremacia legal dos papas sobre todos os cristãos, incluindo o imperador (que poderia ser deposto).

A reação do Imperador Henry IV foi de tentar depor o Papa, que revidou excomungando-o. A excomunhão teve por efeito levar o imperador em 1077, em episódio histórico, a humildemente de pés descalços no inverno pedir perdão a Gregório VII que o esperava na fortaleza de Canossa (norte da Itália). No entanto, este conflito sobre o “direito de investidura” somente terminará em 1122, depois de muitas idas e vindas (Gregório VII morreu no exílio em 1085) com a Concordata de Worms, através da qual o imperador Henry V, filho de Henry IV,

reconhecia o direito da Igreja nas investiduras (nomeações) e esta, por sua vez, reconhecia o direito do Imperador numa série de matérias temporais. A capacidade da Igreja levar adiante a política de independência iniciada por Gregório VII, de se firmar como um poder político autônomo, dependia certamente da peculiar situação de fragmentação política da Europa ocidental, fragmentação esta que se exacerba novamente após o fim da centralização carolíngia de Carlos Magno no século IX. Esta fragmentação permitia a Igreja buscar proteção contra ameaças seja do Imperador, seja de qualquer outro senhor da guerra, nos respectivos rivais. Os reis do reino Normando na Sicília tiveram um papel decisivo de apoio à Igreja contra Henry IV e seu filho Henry V, imperadores do Sacro Império Romano Germânico.

Para Fukuyama (2011), além de contribuir para o processo de consolidação da institucionalização da Igreja como poder político autônomo, como organização de grande complexidade e capacidade de adaptação, o conflito em torno do direito às nomeações (conflito da investidura) teve como consequência uma separação mais clara dos domínios dos poderes espiritual e temporal, abrindo assim o caminho para a emergência do Estado secular moderno. Depois de um longo e conflituoso processo, atingiu-se um compromisso sobre os respectivos e separados domínios dos poderes espiritual da Igreja e temporal do Estado, divisão esta de trabalho que estabeleceu as bases para o surgimento e consolidação do Estado secular.

Por último, este conflito foi importante para o desenvolvimento tanto da *Lei* como do *Império da Lei* na Europa. Para o desenvolvimento da *Lei* na medida em que este conflito estimulou os esforços da Igreja para ganhar legitimidade através da formulação de um cânon legal sistemático, o direito canônico. Para o desenvolvimento do *Império da Lei* na medida em que a Igreja foi capaz de criar um domínio separado e bem institucionalizado de autoridade espiritual com jurisdição universal e, ao fazer isso, levou a um movimento similar de resposta por parte de dos reis em toda Europa. Estas são as origens do Estado secular, uma verdadeira revolução civilizacional²⁶.

(26) “Os céus pertencem ao Senhor, mas a terra foi dada por Ele aos filhos dos homens”, foi a resposta do filho de Henrique IV às injunções de um padre para que ele não enforcasse um conde sob as muralhas do seu castelo de modo a não sofrer as iras de Deus. Moore, R. I. (2000). *The First European Revolution, c.970-1215*, Oxford, apud Holland, T. (2008, p. XXII). Holland (2008) observa que esta foi uma revolução tão bem sucedida que o Papa Gregório acabou por ser lembrado historicamente apenas como um grande reformador da Igreja. É claro que a constituição de Estados seculares não era sua intenção, mas foi uma incrível consequência inesperada de sua ação. Uma ação que ocorreu num momento propício, em meio às condições que geraram a grande transformação do século XI.

A partir da reforma gregoriana a Igreja pouco a pouco adquire uma estrutura de Estado, com uma legislação própria, o Direito Canônico, e uma burocracia profissional, similar à que se desenvolvera na China séculos antes. A reforma gregoriana ofereceu não somente um modelo burocrático e legal para os novos Estados centralizados que começam a emergir na Europa, como também estimulou o surgimento de uma pluralidade de novas formas legais relativas a distintos domínios – o feudo, a cidade, o comércio de longa distância, o que motivou a competição entre jurisdições. Particularmente importante foi a ascensão das cidades independentes para o desenvolvimento da lei comercial em função da sua dependência em relação ao comércio externo. Assim, o Império da Lei passou a existir antes do poder político se concentrar nas mãos de governos centralizados

No esforço de busca de fontes da lei que pudessem fortalecer a reivindicação de jurisdição universal em determinadas matérias, os sucessores de Gregório VII redescobriram o Código Justiniano no final do século XI. A partir de então, até os dias de hoje, este Código permanece como base das leis civis praticadas em toda a Europa continental e nos países colonizados ou influenciados por ela. O vigor deste “revival” do direito romano resultou em grande medida do fato de que os estudos legais haviam sido estabelecidos sobre novas bases institucionais com a “invenção” da Universidade moderna, começando em Bolonha em 1088²⁷, a partir das escolas das Catedrais.

O novo currículo legal da Universidade de Bolonha atraía estudantes de toda Europa. Logo as demais universidades começam a competir fortemente nesse domínio, com destaque para a Universidade de Paris. Desse modo, o sofisticado sistema legal do Código Justiniano pode ser usado como modelo para a lei nas diversas regiões. Depois de um período inicial de reconstrução e reprodução do direito romano, gerações de “scholars” foram mais longe na busca das fundações intelectuais da lei, indo até os filósofos gregos. Os filósofos clássicos como Aristóteles consideravam que a tradição legal recebida deveria ser submetida à razão humana e confrontada com padrões mais universais de verdade. Nesse sentido, a recuperação da tradição filosófica clássica nas universidades europeias, sobretudo pelo trabalho de São Tomás de Aquino na Universidade de Paris, encorajou sucessivas gerações de comentadores legais a irem além da reprodução mecânica de um corpo de leis existente, para refletir

(27) Em 1158, o Imperador Federico I promulga uma "Constitutio Habita" (lei orgânica da universidade) que transforma praticamente a Universidade de Bolonha em uma Cidade Estado.

racionalmente sobre as fontes da lei e como ela poderia ser aplicada em novas situações. Uma classe separada de especialistas legais emerge das corporações universitárias, e que passa a agir de modo análogo a uma corporação de ofício no aperfeiçoamento da sua “arte”. Com o tempo tanto as autoridades religiosas como as laicas vieram a compreender que deveriam confiar no conhecimento de especialistas legais ao tomar decisões, em especial na esfera comercial onde contratos e direitos de propriedade eram fundamentais.

É preciso considerar ainda que o papel da nova instituição foi muito além deste de formação de quadros profissionais. A diferença fundamental da Universidade em relação aos demais tipos de instituições de ensino superior existentes até então na Europa e em outras sociedades, que era a liberdade e autonomia de pesquisa, de debate. Refletindo sobre o fato de que as universidades burlavam abertamente as restrições da Igreja sobre a dissecação de cadáveres, Schachner (1938, p.3)²⁸ constata que:

A universidade era a querida, a criança mimada, de todos, do Papado e do Império, do rei e da municipalidade. Privilégios eram concedidos para as orgulhosas universidades num fluxo dourado contínuo; privilégios que não tinham contrapartida, nem antes, nem depois, nunca. Nem mesmo as hierarquias sagradas da Igreja tinham tantas isenções quanto o pobre universitário pedinte que solicita a proteção de uma Universidade. As municipalidades competiam violentamente pela honra de sediar-las entre seus muros; reis escreviam cartas de sirenes para atrair grupos de ‘scholars’ descontentes dos domínios dos rivais; Papas intervinham com linguagem de ameaças para compelir a realeza a respeitar a inviolabilidade dessa instituição favorita.

Como observa Le Goff (2000), esta nova instituição surge e se afirma numa nova paisagem intelectual da cristandade ocidental, centrada num espaço cultural comum das cidades e não mais incarnada na fragmentação geográfica e política da alta idade média, o que permite o surgimento do intelectual como um tipo sociológico novo. Uma evolução escolar que se inscreve na revolução urbana que ocorre entre os séculos X e XIII. O curriculum universitário e o processo de seleção através de exames representou um modo revolucionário de recrutamento das elites governantes. Embora a maior parte dos estudantes tinham origem nobre inicialmente e, pouco a pouco, cada vez mais burguesa, um número significativo tinha origem camponesa, o que permitiu uma real ascensão social. Os novos

28 Nathan Schachner. *The medieval Universities*. New York: Frederick A. Stokes. 1938. Apud Stark, R. (2014).pos.3081.

intelectuais universitários serão em sua maioria “intelectuais orgânicos”, fieis servidores da Igreja e do Estado. Porém, um número importante entre eles será, por força mesmo da liberdade universitária, de intelectuais críticos, bordejando a heresia.

Agindo corporativamente, professores e estudantes universitários vão se cada vez mais constituir em um poder político, um “player” importante. A começar na própria ascensão dos centros urbanos. Para Le Goff (2000, p.VI) o mercador não foi o único, nem mesmo talvez o mais importante, ator da gênese urbana medieval. Todos aqueles que “através de sua ciência da escrita, sua competência no direito, em particular no direito romano, seu ensino em artes ‘liberais’...merecem ser considerados como intelectuais do crescimento urbano, um dos principais grupos sócio-profissionais aos quais a cidade medieval deve seu poder e fisionomia”. Também no plano político mais geral, o papel das universidades e dos universitários foi muito importante²⁹.

4.2.3. Religião, Instituições e a Lei

Na China a religião não refletia um consenso sociocultural, mas tendia a ser uma fonte de protesto social. O Estado chinês jamais reconheceu alguma fonte religiosa de autoridade superior à sua própria e sempre controlou facilmente toda classe sacerdotal que tenha existido. Portanto, nunca houve na China um Império da Lei baseado em autoridade religiosa. Seguindo a tradição legalista, as leis primárias eram consideradas com leis positivas. Ou seja, a Lei era o que quer que o imperador decretasse.

Na Índia a situação era completamente diversa. A religião Bramânica, que se desenvolveu no mesmo período de formação dos Estados indianos, foi capaz de subordinar a classe político/guerreira à classe sacerdotal. A Lei era fortemente enraizada na religião. Não havia um campo secular separado de elaboração de leis. No entanto, a classe sacerdotal (Brahmins) não era organizada dentro de uma Igreja de forma hierarquizada como no Ocidente. Ela agia de forma fragmentada, dividida em espécies de subclasses definidas pelas funções exercidas (os que conduziam os ritos de investiduras de reis, os que conduziam os funerais, etc.). Jamais se subordinaram ao Estado, nem se transformaram em

(29) As Universidades como poder político tiveram um papel decisivo, por exemplo, na França quando da sucessão dos Capetos aos Valois, na guerra dos cem anos (no assassinio de Joana d’Arc). Na Inglaterra na luta dos barões feudais contra os reis no século XIII e nas sucessões dos séculos XIV e XV. Na construção dos Estados Tcheco, Polonês e Escocês. Nos grandes concílios da Igreja. Ver Le Goff (2000).

funcionários, mas foram incapazes de ação coletiva através de uma hierarquia institucional. Na área de domínio da Civilização Islâmica também houve Império da Lei com base em autoridade religiosa, mas não uma instituição religiosa independente do Estado.

Os governantes nessas duas regiões reconheciam que estavam submetidos a uma lei maior que eles não haviam criado. No entanto, o grau em que este reconhecimento impunha restrições efetivas aos seus poderes dependia das condições institucionais sob as quais se formulavam as leis e se as aplicavam: se as leis eram codificadas num texto respeitado, com autoridade; se o conteúdo da lei era determinado por especialistas legais ou por autoridades políticas; e, se a lei era protegida por uma ordem institucional separada da hierarquia política, possuindo seus próprios recursos e poder de indicação de seus membros.

Na Europa Ocidental o Império da Lei foi institucionalizado num grau bem maior do que na Índia e no mundo islâmico, ou mesmo do que na Europa Oriental. Além das especificidades dos Estados feudais, o fator explicativo fundamental para esta diferença foi a presença de uma instituição religiosa que obteve um grau de autonomia e influência sem paralelos em outras civilizações. Como resultado, ocorreu uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também do próprio processo de construção do Estado moderno.

Nesse sentido, a peculiaridade do processo de construção de instituições estatais no período medieval na Europa está em que a legitimidade e a autoridade dos Estados estavam condicionadas pela habilidade em dispensar justiça com base num corpo de leis considerado legítimo por todos. O caso da Inglaterra foi o mais representativo e precoce neste sentido. O Estado inglês, o mais centralizado da Europa até o século XIV, se desenvolveu a partir das cortes reais e de sua habilidade em oferecer justiça em todo o reino. As origens do *Império da Lei*, condição necessária para uma democracia, deve ser buscada nesse peculiar processo de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, entendida que corporifica um amplo consenso social em relação às regras da justiça. As necessidades de uma economia capitalista em expansão contribuíram para reforçar este processo.

Na transição para a modernidade a base da legitimidade do Império da Lei muda. Na medida em que a Reforma protestante e o Iluminismo reduzem a

influência da Igreja católica, surgem novas teorias da soberania baseadas na autoridade do rei, da nação ou do povo. Elas acabam por substituir a soberania de Deus como base para a legitimidade legal, mas a lógica do processo não muda. Consolida-se a ideia de que a vida civilizada é sinônimo de lei.

4.3. A Democratização da Governança

Uma governança mais democrática, passível de responsabilização pelos seus atos depende da existência de instituições capazes de responsabilizar os governos pelos erros cometidos na definição e condução de políticas públicas. Na Europa estas instituições surgiram a partir de antigas instituições feudais, tais como assembleias representativas, que não foram completamente destruídas pelos estados modernos centralizados. Também a independência institucional da autoridade religiosa estimulou o fortalecimento da organização e independência dessas instituições, bem como de outros corpos políticos da sociedade feudal, que evoluíram no sentido de se tornarem instituições representativas de três ordens – a aristocracia, o clero e o terceiro setor composto de todas as demais categorias, capazes de contrabalançar o poder real à frente dos estados centralizados.

Na ausência dessas instituições seria possível alcançar um certo grau de responsabilidade política pela via da educação moral, tal como ocorreu na China e nos países influenciados pelo confucionismo chinês. Os príncipes eram educados para ter um sentido de responsabilidade em relação à sociedade e eram aconselhados na arte de governar por uma burocracia sofisticada. Mas o poder do governante não era restringido por nenhum tipo de restrição procedural como o Império da Lei ou corpos políticos representativos, de modo que a boa governança ao longo do tempo fica na dependência de uma sucessão de *déspotas esclarecidos*!

4.3.1. Os Estados Feudais

Na Europa os Estados feudais que se consolidam no final no século X são Estados em equilíbrio instável, em competição entre si e com as cidades. A monarquia tinha interesse em apoiar as elites urbanas, a burguesia nascente, contra os senhores feudais. Esse apoio foi essencial na ampliação do número de aglomerações urbanas que se tornaram semi-independentes, além da grandes Cidades-Estado, fazendo com que este conjunto de centros urbanos funcionasse como uma fronteira interna relativamente à economia senhorial feudal que ampliava a mobilidade do trabalho. Os servos podiam fugir para estes centros

urbanos que, embora em sua maioria muito pequenos, foram capazes de resistir aos assaltos da nobreza feudal. Esta maior mobilidade, por sua vez, exercia um impacto evolutivo permanente nas relações entre senhores e servos.

Esses Estados eram chefiados por reis eles próprios senhores feudais, sendo apenas “*primus inter pares*”. Eram suseranos de domínios senhoriais diversos, cujos respectivos vassallos via de regra possuíam relações de vassalagem com outros senhores simultaneamente, os quais com o tempo foram adquirindo controle pleno da terra que passa a ser transmitida diretamente para os herdeiros. Esse último fato reforçou em muito o poder dos barões feudais frente aos respectivos suseranos e sobretudo em relação à monarquia. Essa maior segurança em relação à posse da terra estimula e é reforçada pelo investimento em castelos fortificados de pedra, cuja construção se generaliza a partir do século XI, em substituição às paliçadas em madeira e/ou as torres de pedra (‘*donjons*’)³⁰. A soberania do poder real era, portanto, limitada pelo da aristocracia feudal, que se diferencia em alta e pequena nobreza (*gentry*), atuando através de assembleias representativas³¹.

As cidades, por sua vez, tinham uma governança própria que se torna independente, as comunas. Alternando alianças com as monarquias e a aristocracia feudal, se armando e sendo capazes de derrotar inclusive o Imperador, as cidades medievais tiveram um papel na ordem política único na história das civilizações. Do ponto de vista econômico, como será visto mais adiante, as cidades tiveram um impacto transformador decisivo ao muito precocemente se engajar no comércio internacional, criando um enorme espaço de mercado que unia norte (Mar Báltico) e sul (Mar mediterrâneo) da Europa e Ocidente e Oriente/África. Um terceiro ator decisivo foi o de uma instituição religiosa independente, que foi capaz de definir um campo de prerrogativas de poder espiritual separado do poder temporal.

A esses “*players*” maiores se juntam uma série de organizações. Ligados à Igreja, porém atuando com grande independência, cabe destacar os mosteiros e as universidades. Os mosteiros embora também capazes de atuar diretamente no jogo político de poder, têm seu papel mais notável como verdadeiras empresas

(30) Desse modo se eleva em muito o custo para um suserano submeter um vassallo rebelde. Mesmo em situações moralmente mais que justificadas como nos casos, bastante comuns, de senhores feudais bandidos, que saqueavam outros domínios.

(31) Na China, como vimos, e no oriente de modo geral, a soberania do poder real era praticamente ilimitada. O imperador chinês tinha poder para eliminar as elites fundiárias dominantes de regiões inteiras, substituindo-as por outras ou até mesmo por lideranças camponesas.

proto-capitalistas, centros de inovações de todos os tipos, agrícolas e industriais. As universidades, por sua vez, como centros autônomos de pensamento e atuando corporativamente tiveram, por um lado, um impacto evolutivo sem paralelo no plano mais geral do embate de ideias e, por outro lado, um impacto no ordenamento jurídico ao gerar toda uma categoria de especialistas legais que está na origem de um judiciário profissional independente que irá consolidar o “Império da Lei”.

Por último, as corporações de ofício, as Guildas. Tendo como origem confrarias de ajuda mútua, tiveram também uma importante atuação no jogo político. Em especial, como veremos, na governança das cidades em aliança com a comunas. Para as atividades industriais e comerciais foram decisivas. Nas atividades industriais a própria forma como o trabalho foi organizado refletia uma mudança de mentalidade histórica de consideração pelo seu valor, que era depreciado em todas as civilizações. Portanto, o trabalho e trabalhadores, todas as profissões, incluindo a de mercador, adquiriram uma dignidade própria.

Trata-se, assim, de um quadro institucional de governança único. Muito antes da consolidação do Estado moderno, na Europa medieval entre os séculos XI e XIII Estados fragmentados, porém com suas partes articuladas dinamicamente, foram capazes de garantir algo próximo do que North, Wallis e Weingast (2009) classificam como *Ordem Social de Acesso Aberto* ou da prevalência do que Acemoglu e Robinson (2012) consideram como **instituições políticas inclusivas**, dando origem a ordens sociais mais compatíveis com o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras. É sob deste quadro institucional, e por causa dele, que um longo período de crescimento econômico sustentado irá ocorrer até a crise do século XIV. Um processo de crescimento “schumpeteriano”, na medida que teve seu motor principal na introdução de todo tipo de inovações técnicas, organizacionais e institucionais.

4.3.2. O Processo de Centralização Estatal

A partir do século XV o processo de desenvolvimento político será marcado pela luta entre, de um lado, a emergência de Estados centralizados – em grande medida impulsionada pela necessidade de ampliação da base de tributação em função do custo crescente das guerras – e, de outro lado, os grupos sociais que resistiram a eles. Dependendo da capacidade de resistência desses grupos os Estados se tornaram mais ou menos absolutistas. Onde essa capacidade de resistência foi maior, como no caso inglês, se tornou possível impor o princípio

de que “não há imposto sem representação” (“no taxation without representation”).

Havia basicamente três grupos capazes de resistir ao Estado: a alta nobreza, a pequena aristocracia (gentry) – formada por pequenos proprietários rurais, senhores da guerra e outros indivíduos livres – e o chamado Terceiro Estado, composto pelos habitantes das cidades, a burguesia. A maior parte da população, os camponeses, tinha ainda um papel muito pouco significativo por não estar suficientemente organizada em corporações que pudessem representar seus interesses. Estes grupos estavam organizados em corpos políticos como os Parlamentos na Inglaterra, as Cortes Soberanas na França e as Cortes na Espanha. Porém, somente na Inglaterra estes três grupos se fizeram representar conjuntamente no Parlamento nacional. Nos demais somente a alta nobreza se fazia representar. Por essa razão, nesses países estas cortes não foram capazes de enfrentar o Estado centralizador e impor um arranjo constitucional que sujeitasse o monarca à prestação de contas a um parlamento. A capacidade de resistência seria maior ou menor em função do grau em que estes grupos fossem capazes de se articular entre si, bem como do nível de coesão interna de cada um. Do outro lado, a própria capacidade de cada Estado de impor seus interesses dependia do seu nível de coesão e sentido de propósito.

Na Inglaterra, desde o início, as demandas por governos mais responsabilizáveis eram feitas em nome da lei. A lei mais importante era a Lei Comum, sendo naquele período largamente moldada por juízes não eleitos; havia também leis estatutárias votadas por parlamentos com representação popular limitada. Apesar desses limites de representatividade popular, a lei era considerada como representativa do consenso da comunidade e à qual os cidadãos acreditavam que o próprio rei devia estar submetido. Por seu turno, o parlamento inglês, diferentemente dos demais no continente, era formado não somente pela nobreza, mas também por representantes da pequena aristocracia rural (“gentry”) e outros proprietários, bem como por cidadãos com recursos (mercadores sobretudo).

Na origem desse parlamento mais representativo está um processo paradoxal de evolução dos tribunais reais que se fixaram nas localidades do país. Como foi visto acima, uma forma que a monarquia tinha de ampliar seu poder era oferecer justiça através dos tribunais reais itinerantes que funcionavam como tribunais de segunda instância relativamente aos tribunais locais controlados pela nobreza feudal. Desse modo, os tribunais reais erodiram o poder dos tribunais controlados pela aristocracia feudal: um litigante não satisfeito com uma decisão

de um tribunal senhorial podia apelar e ter transferida a jurisdição da disputa para os tribunais reais que acabam por se fixar em cada condado³². Tipicamente, por exemplo, as cortes reais tendiam sistematicamente a decidir a favor das demandas dos servos contra os senhores para deixar como herança a terra ('copyholders rights'), de modo que esta forma de propriedade começou a evoluir no sentido de uma propriedade privada plena da terra³³.

No entanto, pouco a pouco as funções judiciais dos tribunais reais nos condados foram perdendo espaço para a função política de representação dentro de um sistema político mais amplo, os quais acabaram se transformando em assembleias locais com representantes eleitos que funcionavam como um contra poder à monarquia! Ao longo desse processo, o representante do rei, o "sheriff", que governava em seu nome, passou também a ter que prestar contas a essas assembleias. Abaixo do condado haviam unidades menores de administração local chamadas "hundreds" que também possuíam suas próprias assembleias. Assim, muito precocemente, antes mesmo da invasão normanda no século XI, o conjunto da sociedade inglesa estava organizada até o nível dos vilarejos em unidades políticas com representação de setores mais amplos da população.

Este processo notável e paradoxal, que foi a transformação de cortes judiciais reais em assembleias representativas que funcionavam como um contra poder à monarquia, tem a ver com o fato de que na Inglaterra o "Império da Lei" emergiu muito precocemente. Uma das funções primordiais da lei é assegurar o direito à propriedade e, nesse ponto em especial, a Lei Comum inglesa foi bem mais efetiva na medida em que evoluiu como fruto de um processo descentralizado de tomada de decisões, sensível às condições locais. Para Fukuyama (2011) a natureza participativa da justiça inglesa, que respondia às demandas locais no processo de elaboração de regras e normas sob a Lei Comum, criou um sentimento popular muito forte, bem maior do que no Continente, de que a lei era de todos para todos. O baronato feudal perdeu com a crescente preeminência dos tribunais reais, mas se aliou com a pequena nobreza ("gentry") e com a burguesia na medida em que esses tribunais se transformavam em assembleias representativas. A promulgação da Magna Carta em 1215 é o corolário desse processo precoce de afirmação dos contra poderes do baronato feudal e da Igreja³⁴ a um poder monárquico de Estado que havia se centralizado

(32) No continente a nobreza territorial manteve um controle bem maior da administração da justiça.

(33) Ver North, Wallis e Weingast (2009) sobre este ponto em particular.

(34) O rei João sem terra que assinou a Carta havia se envolvido numa controvérsia de investidura com a Igreja ao recusar –se a aceitar a indicação do Papa para Arcebispo da Cantuária. A Igreja retaliou e ele acabou cedendo em 1213.

precocemente a partir da conquista normanda. O paradoxo está em que, por um lado, esse Estado em processo de centralização vinha ganhando poder justamente por oferecer a opção dos tribunais reais mais isentos contra os tribunais locais controlados pelos senhores feudais colaborando, assim, de modo efetivo para a afirmação do Império da Lei; por outro lado, essa afirmação iria legitimar e dar força aos contra poderes em confronto com a monarquia que pressionava por um poder mais absolutista.

O crescente fortalecimento dos parlamentos com representação popular mais ampla resultou em choques crescentes com o Estado centralizador em evolução até a “Revolução Gloriosa” de 1688-1689, que produziu uma mudança decisiva nas ideias relativas à legitimidade política: esta deveria ser baseada em última instância no consentimento dos governados, sendo que o rei não tinha direito de impor suas políticas sem ele. Como resultado final do conflito, o acordo alcançado estabelecia, constitucionalmente, o princípio de que o rei não podia organizar um exército, nem novos impostos sem o consentimento do Parlamento; por último, os direitos dos ingleses que o Estado não podia violar foram definidos em lei aprovada pelo Parlamento.

Finalmente, e não menos importante, as reformas fiscais e bancárias (criação do Banco da Inglaterra) realizadas na esteira da Revolução Gloriosa, revolucionaram as finanças públicas. Elas permitiram que o governo pudesse emprestar em mercados transparentes da dívida pública, inexistentes nos Estados rivais mais despóticos, como a França ou Espanha. Este fato ampliou enormemente a capacidade de endividamento do Estado inglês, sobretudo no financiamento da guerra, sem pressionar excessivamente o campesinato³⁵. A França, com 4 vezes a população da Inglaterra estava quebrada (e seu campesinato exaurido – “saignée à blanc”) quando Luiz XIV morreu em 1715³⁶.

4.3.3. O Contraponto Francês

O caso francês apresenta um contraponto interessante ao caso inglês por ter uma governança fortemente marcada pelo patrimonialismo. Por sua posição e tamanho, a região que se tornou a França deu origem a um Estado ao mesmo tempo vulnerável e ameaçador. O patrimonialismo foi um dos elementos centrais

(35) Ver Ferguson, N. (2008).

(36) Como sintetiza Macfarlane (1987, p. 189), sobre a vantagem política/institucional inglesa como fator decisivo na trajetória para a revolução industrial: sistema político mais eficaz para controlar as guerras feudais, impostos mais leves, judiciário uniforme e bem administrado garantindo a liberdade de empreender e reduzindo o risco de expropriação.

no impulso centralizador que marca o processo de construção do Estado no “hexágono” francês. Para North, Wallis e Weingast (2009), em uma nação composta de unidades geográficas diversas e independentes, as corporações que garantiam privilégios constituíam-se em um importante instrumento com o qual a coalisão dominante foi capaz de cimentar relações em todo território através da criação de privilégios corporativos de entrada limitada. A coroa criava estes privilégios corporativos dentro do Estado e os vendia aos indivíduos integrantes dos grupos de elite. Estes, por sua vez, podiam vendê-los ou transferi-los a herdeiros de acordo com um conjunto de regras complicado.

Fukuyama (2011) chama a atenção para o fato de que desde a longa guerra de cem anos com a Inglaterra, que deteve parte considerável do território que viria a fazer parte da França, guerras cada vez mais custosas levaram a um apetite voraz por mais receitas para financiá-las. Todas as instituições e corpos políticos existentes – principalidades, nobreza independente, Igreja, municipalidades, guildas e até organizações mercantis independentes – foram perdendo sua independência, ficando sob proteção e controle do Estado.

Essa centralização se deu com base numa burocracia inteiramente patrimonialista. Praticamente todos os cargos governamentais, de comandos militares até posições no ministério das finanças (como coletores de impostos), eram leiloados ao maior lance. Isto evidentemente resultou numa legitimação e institucionalização do *rentismo* e da corrupção, com os agentes do Estado atuando em seus cargos em benefício próprio. No início do século XVI uma inovação, a “*paulette*”, foi introduzida permitindo ao detentor de um cargo público deixá-lo como herança a seus descendentes. Para a monarquia isto tornava mais atrativos e, portanto, mais caros, os cargos, com a vantagem adicional de atrair agentes não nobres do Terceiro Estado, principalmente seus membros burgueses, contribuindo para contrabalançar o poder da velha nobreza.

Todo o sistema tendia a perder cada vez mais a eficiência administrativa na medida em que a busca desesperada por recursos adicionais levava a uma multiplicação de cargos à venda. Também encorajava o *rentismo* por parte de indivíduos com recursos, que despendiam suas fortunas comprando cargos em vez de investir no setor privado. Virtualmente todos os grupos organizados de elite conseguiam algum tipo de isenção de impostos. Desse modo, em última instância o peso da tributação adicional através da multiplicação de cargos e taxas recaía sobre um campesinato cada vez mais espoliado. Como consequência, uma

longa série de revoltas camponesas se seguiu, as quais foram fortemente reprimidas.

Com relação às próprias comunas, que eram corporações-chave, possuidoras de antigos direitos e prerrogativas que forneciam a elas uma identidade corporativa representada pelos cidadãos líderes, o rei se tornou capaz de, em tempos de dificuldade, força-las a emprestar dinheiro sob a forma da compra de novos privilégios corporativos, bem como de impor-lhes responsabilidades financeiras no esforço de guerra³⁷.

A crise fiscal que ocorre na primeira metade do século XVII levou à introdução de uma nova instituição, a intendência, ligada diretamente à monarquia. Os intendentes, usualmente indivíduos recém-enobrecidos, podiam ser demitidos do cargo pelo governo central. Eles atuavam como representantes *ad hoc* do governo central em várias questões, mas passaram crescentemente a ser usados como coletores de impostos. Isto foi visto como uma usurpação pelos oficiais locais, estando na origem da crise constitucional da metade do século sobre a distribuição do poder entre o governo central e os atores regionais/locais.

Esta crise explode após o Tratado de Westphalia em 1648 que pôs fim à terrível guerra dos Trinta Anos. A monarquia francesa tentou manter o nível de taxação da guerra, mas as assembleias locais se recusaram a aprovar. A prisão de seus líderes provocou uma insurreição geral da nobreza (a revolta da “Fronde”) e das elites locais tradicionais. A monarquia venceu e o ministro de Luiz XIV, Jean-Baptiste Colbert, fez dos intendentes o instrumento através do qual o governo central estendeu seus poderes sobre toda a França: em cada província eles se tornaram responsáveis pelo recrutamento de milícias, pela supervisão dos trabalhos públicos e a manutenção da ordem pública. Luiz XIV conseguiu também transformar os cargos eletivos de juízes nas municipalidades em cargos do governo central que podiam ser comprados e vendidos.

Como resultado, a nobreza perdeu sua base local de poder, se tornando uma nobreza da corte inteiramente dependente do poder real, sendo os governos locais controlados por uma pequena oligarquia que comprava seus cargos. Pode-se dizer, portanto, que a nobreza manteve o status social mas perdeu poder político real. No entanto, e diferentemente do que ocorreu na Inglaterra, ela conseguiu manter seu controle sobre as cortes senhoriais locais, o que contribuiu

(37) É importante notar que elas eram capazes de tomar emprestado dinheiro mais barato do que o próprio rei.

para minar a confiança da população na justiça do sistema de propriedade existente.

Como se vê, portanto, França e Inglaterra tiveram uma trajetória distinta e até certo ponto oposta na reação da classe senhorial ao desfazimento da estrutura feudal provocado pela aceleração do crescimento econômico e demográfico entre os séculos XI e XIII. Em ambas após a grande crise do século XIV a classe senhorial vai procurar recuperar os antigos direitos e prerrogativas feudais, de tributação sobretudo, que haviam sido erodidos. No caso da Inglaterra esse esforço da nobreza de recuperação de antigos direitos de origem feudal foi realizado através de uma aliança com a pequena nobreza (“gentry”) e com a burguesia; ela foi capaz de manter ao menos em parte a legitimidade de seu status pela prestação de um serviço de gestão e de representação política, que substituiu o serviço original de proteção militar. Por esta razão a deposição e decapitação do rei pela Revolução Gloriosa não representou o fim da monarquia e da nobreza, mas o estabelecimento de uma monarquia parlamentar onde a nobreza passou a ter no plano nacional um papel similar àquele que conseguira moldar no plano regional/local ao longo da superação do regime feudal.

No caso da França esse esforço da nobreza para a recuperação de privilégios se deu através de uma aliança com a monarquia absolutista. A autoridade do Estado absolutista se estabelece assim através do empoderamento de uma ampla coalizão de elites “em busca de privilégios” (rentismo) respaldada pela tradição e pela lei. Diferentemente da Inglaterra, na França o desenvolvimento precoce do Império da Lei, antes do capitalismo e do surgimento de instituições políticas capazes de impor limites a atuação dos órgãos de Estado, resultou em que os antigos privilégios e um ineficiente sistema econômico dirigido pelo Estado fossem protegidos pela lei. Nesse caso, como nota Fukuyama (2011), de modo paradoxal, a existência prévia do Império da Lei contribuiu para restringir o despotismo do Estado centralizador nascente, mas também restringiu a construção de um Estado verdadeiramente moderno na medida em que protegeu velhos costumes e classes sociais que teriam que ser abolidos para que uma sociedade moderna pudesse emergir. Por esta razão, a deposição e decapitação do rei pela Revolução Francesa foi o fim não somente da monarquia, mas também da nobreza que se tornara em sua maior parte percebida pela população, corretamente, como uma classe privilegiada sem legitimidade porque não provia uma contrapartida de serviços.

4.4. Acumulação de Capital na Agricultura³⁸

Durante os longos séculos de perturbações e violências da Alta Idade Média assiste-se na Europa do Norte a uma lenta consolidação de sistemas de agricultura permanente – o sistema de rotação bienal seguido do sistema de rotação trienal – em lugar do sistema de agricultura itinerante prevalecente até então. O motor desta evolução foi objeto de controvérsias, especialmente entre, de um lado, aqueles que viam a expansão demográfica como a variável independente e, de outro lado, aqueles para os quais a força motriz principal do processo de mudança era a introdução do progresso técnico, independentemente da expansão demográfica.

Os partidários da primeira corrente partem do que consideram um fato: a produtividade tanto da terra quanto do trabalho nos sistemas de cultura itinerante era superior àquela obtida com os sistemas de cultura permanente que lhes sucedem. Tratar-se-ia, portanto, da passagem paradoxal de um sistema superior para um sistema inferior. Efetivamente, a pressão demográfica parece ser a única força capaz de obrigar os agricultores a trabalhar mais para obter menos. De acordo com Boserup (1970), a principal expoente desta corrente, a pressão demográfica obriga os agricultores a trabalhar cada vez mais porque esta é a única maneira de aumentar a produção quando não há outros recursos além daqueles disponíveis no espaço agrário. Somente a partir da revolução industrial, quando a indústria passa a fornecer a agricultura fontes exógenas de energia, de fertilizantes e outros insumos, é que se tornará possível aumentar simultaneamente o rendimento da terra e a produtividade do trabalho agrícola.

A segunda corrente abriga autores para os quais a evolução dos sistemas agrários até a revolução industrial não foi, como supunha Boserup (1970), uma sucessão de sistemas com produtividade do trabalho decrescente. Para autores neomaltusianos como Grigg (1974), os sistemas agrários evoluem devido à introdução autônoma de inovações tecnológicas, um processo que seria inerente à curiosidade e capacidade inventiva do homem. Essas inovações, por sua vez, elevam a produção de alimentos per capita, o que tenderia a acelerar o crescimento demográfico. Assim, a pressão demográfica seria o resultado e não a causa da evolução dos sistemas agrários.

Na verdade, do mesmo modo que no processo de passagem das formas de organizações sociais em bandos para as formas tribais e dessas para as formas

(38) Baseado em Romeiro, A. R. (1998).

estatais, a guerra foi o vetor principal do primeiro movimento de mudança, da passagem da agricultura itinerante para a agricultura permanente: em busca de proteção as populações vão se fixar nas diversas regiões em torno de um chefe guerreiro³⁹. As condições ecológicas para a agricultura que resultam desta fixação populacional são radicalmente distintas daquelas da agricultura itinerante. No meio florestal a agricultura itinerante consiste basicamente em preparar o campo de cultura queimando uma parte da floresta. O fogo limpa o terreno, elimina uma série de parasitas e micro-organismos nocivos, além de tornar disponíveis para as culturas os elementos minerais contidos na matéria orgânica florestal, que voltam ao solo através das cinzas. Além disso, dado que o solo recém-aberto na floresta contém um teor elevado de matéria orgânica, seu estado estrutural permite que a semeadura seja feita diretamente, sem necessidade de revolver e amaciar a terra; mais importante ainda: não é necessário trabalho de controle de ervas daninhas!

O solo assim preparado é cultivado durante alguns anos, enquanto suas reservas de nutrientes permitirem. Uma vez esgotado, ele é abandonado pelos agricultores durante um período de tempo suficientemente longo para que a floresta se recupere. Esse período de recuperação da floresta varia em função do clima. Nas regiões tropicais ele é mais rápido do que nas regiões mais setentrionais. Na Europa do Norte, esse período parece ter variado entre 30 e 35 anos. Desde que o período de recuperação necessário seja respeitado, esse sistema de cultura é perfeitamente equilibrado do ponto de vista ecológico, podendo ser praticado durante séculos sem degradar a floresta. Nesse sistema de cultivo, a produtividade do trabalho é relativamente elevada. Certamente superior àquela obtida com o sistema de cultura permanente que lhe irá suceder. Essa diferença se deve principalmente, aos menores custos do trabalho de preparo do solo e de controle de ervas daninhas.

O estado estrutural do solo coberto pela floresta permite que seja semeado imediatamente após a queimada, em um modo que hoje é conhecido como plantio direto, poupando o trabalho de preparação. Além disso, clareiras abertas para cultivo na floresta não são invadidas por ervas daninhas. Desse modo, no terreno florestado basta o fogo uma única vez para ter o solo pronto para o cultivo. Tudo indica, ainda, que o rendimento da terra também era superior àquele obtido com os sistemas de cultura permanente, graças aos nutrientes minerais presentes nas cinzas. Em campo aberto permanente, além de um custo

(39) Mancur Olson (2000) procurar mostrar como este era um resultado previsível por ser a solução mais eficiente de defesa.

mais elevado para manter a fertilidade do solo, acrescenta-se o custo extremamente elevado para controlar ervas daninhas. Em um terreno coberto por ervas invasoras (gramíneas), o fogo pode ter apenas um papel complementar, sendo necessário um penoso trabalho de controle mecânico. Como observa Sigaut (1975.p.167), “o maior inimigo do agricultor de outrora não era a árvore, mas sim o capim”. Assim sendo, seria realmente incompreensível o abandono pelos agricultores do sistema de cultura itinerante em favor do sistema de cultura permanente mais trabalhoso se algo não os houvesse constringido a fazê-lo.

O sistema de cultura permanente que sucede o sistema de cultura itinerante na Europa do Norte ficou conhecido por sistema de “pousio” (jachère) de 2 ou 3 faixas. Para Sigaut (1977), esse método seria uma alternativa econômica à capina manual no controle das ervas daninhas durante todo o período de crescimento dos cultivos. A lógica econômica dessa escolha é a seguinte: na impossibilidade de se obter fertilizantes em quantidade suficiente de fora do espaço agrícola, o terreno cultivado recebe uma fertilização incompleta, proveniente do esterco dos animais e dos restos de cultura, insuficiente para repor os elementos minerais retirados com a colheita. Nessas condições, o rendimento da terra é limitado pela pouca quantidade de elementos fertilizantes liberados a cada ano por mecanismos físico-químicos naturais. Segundo experimentos realizados na Estação Experimental de Rothamsted na Inglaterra, o rendimento médio que se pode esperar nesse caso é de cerca de 10 quintais por hectare ao ano (no caso do nitrogênio ser o fator limitante).

Dada essa produtividade da terra, havia dois procedimentos alternativos para controlar as ervas daninhas: o primeiro consistia em semear os cereais todos os anos sobre todo o terreno, para colher 10 quintais por hectare ao preço de numerosas capinas necessárias para controlar as ervas daninhas que, nessas condições, não cessariam de rebrotar. O segundo era o sistema de “pousio“, que consiste em semear sobre uma parte do terreno a cada ano, de modo a dispor de tempo suficiente para limpar das ervas daninhas da parte do solo em “repouso”. Nesse caso, em vez de colher 10 quintais por ha ao ano, obter-se-ia o dobro (20 quintais por ha) a cada dois anos. O produto é o mesmo, mas o trabalho gasto no controle de ervas daninhas e na sementeira é menor. Portanto, o sistema de “pousio” não teria sido a única resposta técnica possível para enfrentar os problemas ecológicos da agricultura em campo aberto, mas sim a resposta mais econômica, ou seja, menos trabalhosa.

Por sua vez, sob o sistema de “pousio” dois métodos diferentes de “limpeza” das ervas daninhas e de preparo do solo podiam ser empregados segundo o tipo e as condições do solo: o método de aração e o método chamado de “échobuage”. Nos solos mais favoráveis uma importante invenção foi introduzida: o arado medieval, ou melhor a charrua, concebido primordialmente para controlar ervas daninhas (capim). Ao contrário do arado da antiguidade que apenas sulcava a terra, o novo arado⁴⁰ revira o solo de modo a expor ao sol as raízes das ervas daninhas. O outro método (“écobuage”) foi empregado inicialmente no caso de solos pesados considerados mais difíceis. Trata-se de um método extremamente custoso em trabalho, que consistia em retirar com um tipo de enxada pedaços do solo e usá-los para construir espécies de fornos, com a parte coberta de capim virada para dentro, de modo a propiciar um processo de queima controlado que evitasse a perda de certos elementos minerais. Depois esses montículos de terra eram esboroados e nivelados. Esse método será abandonado na medida em que os arados se aperfeiçoam, podendo também ser empregados em solos mais pesados.

Nesse novo sistema de cultura permanente, o terreno foi dividido inicialmente em duas partes (sistema de rotação bienal), sendo que uma permanece em “pousio”. No período seguinte, a cultura troca de lugar, permanecendo em “pousio” a faixa que fora cultivada no período anterior. Esse período de “pousio” foi confundido por um grande número de autores⁴¹ com um período de “descanso” para que o solo recupere a fertilidade. Nesse caso, a lógica de alternância de cultivos seria análoga àquela da agricultura itinerante, mas com o período de “descanso” reduzido para apenas um ano. Na verdade, como precisa Sigaut (1977), essa ideia vai contra o próprio sentido etimológico da palavra “jachère”, usada para caracterizar o sistema na França e que quer dizer trabalhar

(40) Ele é composto de 3 partes fundamentais: uma lâmina vertical, outra horizontal inclinada, que tem por funções cortar e levantar o solo e uma aba curva fixada na parte superior, cuja função é fazer girar em 180 graus o solo cortado. Mazoyer (1977) sustenta que sem esse instrumento não teria sido possível a prática de um sistema de cultura permanente na Europa do Norte. O arado da antiguidade utilizado na Bacia do Mediterrâneo, que apenas sulca o solo, não serve para romper o denso tapete herbáceo e controlar a rebrota nos solos pesados e úmidos da Europa setentrional.

(41) Ver, entre outros autores, Bloch, M. (1976), Boserup, E. (1970), Laurent, (1976) e Doving, F. (1965). Em especial Boserup (1970), que considera que o sistema de cultura medieval de faixas alternadas de “pousio” teria sido o resultado do progressivo encurtamento do período de repouso necessário para a recuperação da floresta na agricultura itinerante. Desse modo, não teria existido ruptura, mas simplesmente uma diminuição progressiva dos rendimentos à medida que se reduzia o tempo de “repouso” da terra, até o ponto em que os agricultores “teriam percebido” que com a introdução do arado poderiam impedir a continuidade dessa queda dos rendimentos por hectare.

a terra. Durante todo o período de “pousio” a terra é trabalhada. Essa divisão do terreno em faixas entre as quais se alterna o cultivo faz parte, portanto, de uma técnica de preparo do solo. Na Europa do Norte úmida seu papel primordial era controlar as ervas daninhas.

Quanto a fertilização do campo de cultura, esta representava efetivamente um grande problema a resolver. Na impossibilidade de contar com fontes exógenas de nutrientes em escala significativa, as técnicas de fertilização se baseavam na transferência de matéria orgânica das terras circundantes para o campo sob cultura permanente. Essa transferência era feita de duas maneiras: seja diretamente, através da coleta da vegetação (étrepape), seja indiretamente, através dos intestinos dos animais. A penúria da forragem disponível nas parcelas em “pousio” (restos de cultura, ervas daninhas arrancadas) forçava os camponeses a completar a alimentação do gado soltando-o nos bosques e pastagens naturais circundantes e recolhendo-o para o pernoite nos campos de cultura (“parcage de nuit”) de modo a aproveitar as dejeções noturnas. As perdas de elementos minerais eram elevadas, especialmente de nitrogênio.

4.4.1. Dinâmica da Mudança Técnica

A invenção do arado pesado (charrua) tornou possível trabalhar com mais eficiência, em termos da produtividade do trabalho, os solos pesados do norte da Europa. Foi uma resposta tecnológica a uma mudança radical das condições agroecológicas ocasionada pela passagem da agricultura itinerante para a agricultura permanente. Esse instrumento torna possível uma preparação mais eficiente e rápida do solo. No entanto, seu uso plenamente eficaz é limitado quando atrelado a bois. O cavalo é o animal de tiro ideal por ser mais rápido. O problema é que o cavalo tinha uma capacidade de tração muito inferior àquela do boi, não apenas por ser menos forte⁴², mas principalmente devido ao sistema de atrelagem utilizado até então. Tratava-se de um sistema no qual o ponto de apoio para o esforço de tração se localizava no pescoço do animal, comprimindo a jugular. A solução para esse problema foi a invenção do “colar” de cavalo (“horse collar”), um sistema de atrelamento que deslocava o ponto de apoio para o peito (ou “ombros”) do cavalo. Nesse sentido, o sistema de atrelamento anterior representava (literalmente) um verdadeiro “ponto de estrangulamento” que impedia o uso mais eficiente do novo instrumento agrícola⁴³.

(42) Essa deficiência será solucionada através da seleção de raças de cavalos mais pesados e fortes.

(43) Com o cavalo torna-se possível também empregar grades dentadas destinadas a afinar o horizonte superficial do solo cujo uso eficaz só é possível a partir de uma certa velocidade.

White (1962) considera que essas invenções combinadas dão origem a uma revolução agrícola entre os séculos VII e IX comparável àquela que irá ocorrer nos séculos XVIII e XIX. O ponto culminante desse processo será atingido com a passagem do sistema de rotação bienal para o sistema de rotação trienal. Nesse último, a parcela a ser cultivada passa a ser dividida em três faixas, sendo uma semeada normalmente com um cereal de inverno (trigo ou centeio) no final do outono, outra permanecendo em “pousio” e a terceira, esta é a novidade, semeada no começo da primavera com um cereal menos nobre como alimento humano (aveia, principalmente), mas também menos exigente em nutrientes que o trigo. Desse modo, em vez de produzir somente sobre metade da parcela a cada ano, passa-se para 2/3 da área total, o que representa um ganho de área de 34% em relação ao sistema de rotação bienal.

Do ponto de vista do calendário agrícola, os dois sistemas apresentam as seguintes fases básicas do trabalho: no sistema bienal, semeadura do cereal de inverno sobre a faixa que havia sido trabalhada durante o período de “pousio”, aração do solo da faixa em “pousio” e colheita; no sistema trienal, semeadura do cereal de inverno na faixa que havia sido trabalhada durante o período de “pousio”, a aração do solo da faixa em “pousio”, semeadura da cultura de primavera na faixa que no período anterior havia sido cultivada com culturas de inverno e duas colheitas.

Para que esse novo calendário do trabalho agrícola fosse exequível, o preparo do campo para o plantio da cultura de primavera tinha que ser executado muito rapidamente, caso contrário não haveria tempo para que os grãos estivessem maduros no final do verão. Como se nota, no novo sistema o trabalho é melhor distribuído ao longo do calendário agrícola, mas é também mais preciso e mais intensivo, necessitando de um conjunto de instrumentos de preparo de solo mais rápidos e potentes, o que somente poderia ser obtido com o uso do cavalo como animal de tração. Apesar do fato desse novo conjunto de aração ser conhecido desde o século VIII, sua difusão mais ampla, juntamente com o sistema de rotação trienal, só adquire maior velocidade a partir do final do século X. Segundo White (1962), isto se deveu ao fato de que a mudança para o sistema trienal esbarrava nos interesses estabelecidos sobre a divisão das terras. Entretanto, este quadro fundiário sofreu um forte impacto com as grandes invasões Vikings do século IX e X, fazendo com que no final do século X houvesse grandes áreas devastadas a serem repovoadas, o que facilitou a adoção do novo sistema. É preciso considerar ainda o estímulo proveniente da mudança

climática favorável no final do milênio⁴⁴ e da forte expansão do comércio. Ao aproximar-se o fim do primeiro milênio o longo ciclo deflacionário e de declínio demográfico que caracterizou esse período desde a queda do Império Romano, se revertem (o custo de vida quadruplicou na Inglaterra entre 1150 e 1325).

Está claro que não era possível implantar o sistema de rotação trienal sem a possibilidade de empregar o cavalo como animal de tração pesada. No entanto, o inverso também era verdadeiro, isto é, a expansão significativa do rebanho equino para uso nas mais variadas atividades na Europa só se tornou possível com a difusão do sistema trienal. Isto porque o cavalo, não sendo um ruminante, tem necessidade de complementar sua alimentação com cereais. Com o sistema de rotação bienal, a produção de cereais não era suficientemente grande para alimentar homens e animais. Com o sistema trienal, a cultura da primavera, geralmente a aveia, será destinada quase que exclusivamente para alimentar os cavalos. A expansão do rebanho equino, por sua vez, terá importância decisiva no desenvolvimento da Europa.

A começar pelo estímulo a uma série de atividades manufatureiras de produção dos equipamentos relacionados ao uso eficiente do cavalo. Dentre essas atividades, cabe mencionar a metalurgia na produção de ferraduras, sem as quais o uso intensivo do cavalo se tornava praticamente inviável. Outro elemento de transformação decisivo foi o emprego do cavalo no sistema de transporte, possibilitando a substituição do lento carro de boi por toda uma gama de equipamentos (carroças, carroções, charretes, etc.) destinados a múltiplos e variados usos. A melhoria da capacidade de transporte, por seu turno, teve múltiplos impactos positivos, a começar por aqueles no próprio sistema produtivo agrícola, ao tornar possível a aplicação mais sistemática de corretivos de solo como o calcário, além de alguns tipos de fertilizantes químicos naturais.

Além disso, como assinala Mazoyer (1977, p. 31), sem o transporte de várias toneladas de forragem, de palha e de esterco por cabeça de animal de grande porte por ano, não teria sido possível estabular e alimentar o gado no inverno e, por conseguinte, aumentar a produção animal e distribuir os fertilizantes orgânicos produzidos⁴⁵. Até então, como foi mencionado, o método

(44) Houve uma mudança climática importante provocada pelo movimento do ciclo glacial. Esse movimento depois de haver se expandido entre os séculos V e VIII, tornando o clima ruim, começou a refluir abrindo uma temporada climática mais amena e favorável à agricultura até a metade do século XIII, iniciando um período de um século extremamente frio e chuvoso, péssimo para as atividades agrícolas.

(45) Holmstrom, citado por Usher(1954), faz as seguintes estimativas sobre a capacidade de diversos meios de transporte: Homem 1.750 toneladas por Km ao ano; Pequenos animais 1.600; Animais de grande porte 3.600; Carros puxados por bois 8.650; Carros puxados por cavalos 15.000.

de fertilização consistia na transferência de matéria orgânica, direta ou indiretamente, dos bosques e campos circundantes para a terra de cultura. As perdas eram elevadas. Com a estabulação torna-se possível aproveitar integralmente as dejeções dos animais que, além disso, passaram a ser tratadas por métodos de compostagem que evitam as perdas de nutrientes, especialmente de nitrogênio. Em consequência, os rendimentos por hectare evoluem para dobrar com o tempo, compondo-se com a expansão de um terço da área cultivada com o sistema trienal para resultar num aumento muito significativo da produtividade do **trabalho** agrícola.

É preciso considerar ainda que a verdadeira revolução no sistema de transporte proporcionada pelo cavalo teve impacto inclusive sobre a distribuição geográfica da população, levando ao que ficou conhecido como um processo de “vilagelização”: essas maiores facilidades de transporte permitiram aos camponeses habitar em vilas e se deslocar diariamente para os campos. Isto facilitou a defesa das comunidades agrícolas, que tenderam a se concentrar em vilas em torno de uma igreja que servia de “casa de Deus e abrigo dos homens” (lugar de reunião, de refúgio e mesmo de celeiro em casos de colheitas excepcionais) (Bloch, M., 1976). Os impactos socioeconômicos e sobretudo culturais e psicológicos desse processo são incalculáveis.

Em resumo, a partir da invenção do arado, pode ser retraçada toda uma cadeia de inovações e melhorias que desenvolveram a infra-estrutura e a capacidade de transporte da coletividade, aumentando seu potencial de acumulação de capital e dando origem ao que Mazoyer (1977) chamou de “cultura atrelada”. Braudel (1979) assinala como um dos elementos marcantes do dinamismo da civilização europeia justamente a utilização maciça do cavalo como meio de transporte humano e de carga, em contraste com o esforço sobre-humano que exigia o transporte nas costas dos homens utilizado maciçamente em outras grandes civilizações como a Chinesa e a Hindu. Portanto, o aumento do rebanho equino representa uma forma superior de acumulação de capital (“cheptel”), qualitativamente distinta daquela baseada em outros tipos de rebanhos.

Esse tipo de encadeamento entre técnicas é um fenômeno recorrente na história do progresso técnico. Via de regra, as técnicas não são isoladas umas das outras, mas articuladas num conjunto coerente; desse modo, basta que um dos elos se altere para que uma série de desequilíbrios apareçam, induzindo o surgimento de novas técnicas para supera-los. O novo sistema produtivo que assim surge tem, por seu turno, impactos em outros setores da economia, cuja

evolução vai desempenhar um papel importante na própria difusão e desenvolvimento ulterior desse novo sistema produtivo, bem como da economia como um todo. A passagem para o sistema de rotação trienal é mais uma evidência que permite refutar as abordagens que vêm na pressão demográfica⁴⁶ ou apenas na disponibilidade relativa de fatores (Hayami; Ruttan, V., 1971) a variável independente na evolução dos sistemas agrários. Os estímulos para a introdução de um cereal de primavera não provieram da pressão demográfica. O novo sistema de rotação trienal não exigia mais braços do que os já disponíveis, mas sim um meio de trabalhar mais rapidamente a terra. As novas bocas a alimentar não eram a dos homens, mas principalmente as dos cavalos. E mesmo tendo em conta que estes poderiam consumir quase inteiramente a nova produção de cereais, havia todo o interesse em introduzir o novo sistema pelo simples fato de poder alimentar mais cavalos, esses fantásticos meios de trabalho, de transporte, além de temíveis armas de guerra.

Cabe acrescentar ainda que, com respeito ao nível de vida do campesinato feudal, a difusão desse conjunto de inovações proporcionou aos camponeses uma ração alimentar cotidiana altamente satisfatória, que incluía normalmente a carne. É totalmente falsa, portanto, a ideia ainda prevalecente, pode-se dizer “popular”, de que quanto mais se recua no tempo em direção à Idade Média, mais se aprofunda a miséria. Como observa Braudel (1979, tomo 1, p. 163), o que se passa é justamente o contrário. A deterioração das condições de vida da massa camponesa começa a partir do final do século XIII, em função do esgotamento da fronteira agrícola com o desflorestamento quase que completo, recuperando-se até certo ponto no período seguinte à grande catástrofe da peste bubônica no século XIV, para continuar a cair novamente. O privilégio da “Europa carnívora” (*l'Europe carnivore*), segundo sua expressão, só será restabelecido (para os camponeses) com a generalização do sistema de rotação de culturas de tipo Norfolk ao longo do século XVIII e XIX.

No período de apogeu da chamada Idade Média, que começa no final do século X com o fim das invasões e se estende até a segunda metade do século XIII, a Europa viveu um tempo de paz e prosperidade cuja duração não tem paralelo em toda a história da humanidade. Foram cerca de três séculos sem inimigos externos capazes de ameaça-la, sendo que as guerras internas raramente deixavam de ser um grande torneio militar em condições de combate real, não

46 Ver Parrain (1942), Slicher van Bath (1966) e, especialmente, Boserup (1967) e North. e Thomas (1973).

envolvendo as populações civis. Paralelamente, o sistema de rotação trienal e a abundância de recursos florestais garantiam um alto padrão alimentar. Essas excepcionais condições deram origem a uma enorme floração artística e cultural com grande participação popular.

4.4.2. Acumulação de Capital Agropecuário e Capitalismo

Além dos impactos transformadores dinâmicos inerentes ao tipo de acumulação de capital (“cheptel”) qualitativamente superior da agricultura feudal, no contexto institucional/organizacional existente essa acumulação se conecta com a expansão manufatureira e a do comércio internacional. Como será visto mais adiante, a Revolução Comercial capitalista iniciada pelas cidades italianas no século IX não teria tido a amplitude que teve sem uma resposta à altura do mundo agrário feudal. Essa resposta implicou a progressiva redução dos laços de servidão nas relações entre camponeses e senhores em benefício de formas contratuais não servis, que desde sempre coexistiram com o sistema de relações de servidão, mas que vão assumindo um papel preponderante.

Para muitos autores a introdução do arado medieval não somente permite ao agricultor enfrentar com êxito as novas condições agroecológicas, como teria induzido a introdução de inovações institucionais que deram forma à institucionalidade da ordem feudal. O uso do arado teria exigido uma nova configuração dos campos agrícolas, na qual as faixas de cultivo se tornam longas e muito estreitas⁴⁷, “encavalando-se” umas sobre as outras, sendo que cada camponês tinha suas faixas de cultura dispersas por todo o espaço agrícola. Essa configuração complexa dos campos de cultivo, por seu turno, exigiria o desenvolvimento de instituições que tornassem possível uma regulação coletiva do uso desses recursos fundiários, que caracteriza a institucionalidade da ordem feudal: disposições minuciosas sobre o uso das terras em “pousio” para a pastagem, sobre o direito à “glanagem” (direito de recolher os grãos que restam no campo após a colheita – 10% do total, em média), etc., as quais limitavam ao extremo a liberdade do agricultor sobre o que, como e onde cultivar.

Bloch (1976, p. 56) questiona esta visão, que considera excessivamente determinista:

Mas essas considerações materiais são suficientes para tudo explicar?
Certamente a tentação e grande de desdobrar, a partir de uma invenção

(47) O alongamento das faixas reduz o número das viragens com o arado no final; essa virada é relativamente lenta e implica uma perda de área útil.

técnica, a cadeia de causas. A **charrua** comanda os campos alongados; estes, por seu turno, mantêm fortemente o controle coletivo; da charrua decorre, por conseguinte, toda uma estrutura social. Cuidado: ao raciocinar desse modo, nos esquecemos dos mil e um recursos da criatividade humana. Sem dúvida a charrua obriga a fazer campos longos, mas não estreitos. Nada a priori teria impedido os ocupantes de partilhar um terreno em um pequeno número de grandes peças, suficientemente longas nos dois sentidos; cada exploração, em lugar de se compor de múltiplas faixas, muito estreitas, teria sido formada por alguns campos longos e largos. Na verdade, uma tal concentração parece ter sido antes evitada do que procurada. Ao dispersar as possessões, se pretendia igualar as chances, permitindo a todo habitante ter acesso aos diferentes tipos de solos; lhe era dada a esperança de nunca sucumbir inteiramente aos diversos flagelos naturais e humanos, geadas, doenças de plantas, devastações, os quais, ao se abaterem sobre o feudo, não lhe atingiam totalmente.

Essa análise de Marc Bloch deixa claro que as instituições que se desenvolvem nessa sociedade são informadas por valores culturais cuja origem não pode ser explicada simplesmente pelo modo de produzir, mas que, ao contrário, contribuem para o próprio desenvolvimento e moldagem deste. De qualquer modo, não há dúvidas quanto ao forte impacto das novas técnicas no processo de formação e evolução das instituições feudais. Outro exemplo nesse sentido é aquele das novas técnicas de guerra. Uma tese clássica sobre as origens do feudalismo⁴⁸ procurou mostrar que foi a necessidade de se criar uma cavalaria para a defesa o fator que precipitou a fusão do antigo costume entre os chefes guerreiros de prestar fidelidade a um líder mais poderoso (o Sistema de Vassalagem) com a garantia da posse de um feudo, fusão esta que representaria a própria essência das instituições feudais.

A vantagem de possuir uma cavalaria militar, por sua vez, teria ficado clara, segundo White (1962), após a invenção do estribo. Embora algumas formas de estribo fossem conhecidas de outros povos, somente na Europa medieval é que seu potencial militar foi corretamente avaliado e, com isso, aperfeiçoado. O estribo associado a selas com suporte frontal e apoio traseiro mudou radicalmente o uso militar do cavalo e a própria arte da guerra⁴⁹. A partir desse momento

(48) Heinrich Brunner, *Der Reiterdienst und die Anfänge des lehnwesens*, citado por White, L. (1962).

(49) Este conjunto, sela e estribo, permite fixar o cavaleiro sobre o animal tomando-o capaz de manejar armas com segurança sem cair. A lança, em vez de ser lançada, passa a ser usada fixa, manejada através das arremetidas do animal. As espadas se alongam porque não é mais necessário desmontar para combater. As armaduras se tornam mais resistentes e pesadas. Enfim, cavalo e cavaleiro tomam-se uma única unidade de combate, funcionando de modo análogo a um carro de combate moderno.

possuir o controle de terras para criar cavalos passou a ser vital, o que teria levado a esses novos arranjos institucionais.

Mais ainda, como foi visto, esse conjunto de inovações provocou impactos em toda a economia, favorecendo o desenvolvimento dos meios de transporte, da produção artesanal e, por conseguinte, do comércio. Vilar (1975) observa que foi somente a partir do século XI – período em que esta evolução tecnológica, socioeconômica e institucional chega à sua maturidade – que se generalizou o grande comércio internacional e que sua penetração se combinou com o crescimento da produção local e com a progressiva substituição do artesanato rural pelo artesanato urbano. O crescimento do excedente, além de acirrar a disputa entre servos e senhores pelo seu controle, estimula também um processo de diferenciação social do campesinato, dando origem a uma classe de capitalistas agrários em contraposição a uma classe de trabalhadores agrícolas semi-proletarizados. O desenvolvimento do comércio acelera ainda mais esse processo interno, modificando os hábitos de consumo do senhor feudal ao aumentar a quantidade e diversidade das mercadorias à sua disposição, o que não só acelera a difusão das prestações em dinheiro, como contribui para sua ruína ao leva-lo a uma dependência crescente do crédito⁵⁰. O desenvolvimento das cidades também acelera a dissolução do sistema, na medida em que aumenta o poder de barganha dos servos face aos senhores ao oferecer uma alternativa de trabalho e abrigo. Nos termos de Kula (1977), o “coeficiente de opressão praticável” se reduz em benefício dos servos⁵¹.

É preciso não perder de vista que o feudalismo europeu evoluiu na maior parte do tempo num contexto de escassez de trabalho. Até o século X entretanto, período de formação, a escassez de trabalho agropecuário (e seu preço) é contrabalançada pela escassez de trabalho militar: a situação de extrema insegurança obriga os camponeses a se colocarem sob proteção de um chefe de

(50) “(...) joga também contra o senhor o luxo crescente da vida moderna, que ele quer alcançar a todo preço. Do mesmo modo que o camponês, o senhor faz a felicidade dos usurários burgueses” (Braudel, 1979, tomo 2, p. 226).

(51) Segundo Kula (1977), o limite fisiológico à exploração dos servos pelos senhores feudais é modificado pelo coeficiente de opressão praticável, sendo definido este como o limite social da carga que é possível impor aos camponeses num dado quadro institucional, tendo em conta os rendimentos do trabalho, a correlação das forças sociais e as possibilidades de fuga e sabotagem. E preciso ter em conta, entretanto, que a análise de Kula se refere à Europa Central, num período em que se difunde o que ficou conhecido como “segunda servidão”. Esse fenômeno constituiu-se de uma re-imposição de obrigações feudais (sem os deveres) pelas elites agrárias dessa região para aumentar a extração de excedentes de grãos destinados à exportação para a Europa ocidental em expansão urbana e industrial.

guerra. A partir do século XI, quando cessam as grandes invasões, a fronteira agrícola se abre ampliando disponibilidade de terras as serem cultivadas. Portanto, cai o valor do trabalho militar e aumenta o valor do trabalho agropecuário. É o momento de grande expansão dos monastérios que não contavam praticamente com proteção militar. A disputa por mão de obra se acirra, tornando cada vez mais difícil para um senhor feudal manter o controle de um excedente que se amplia em função do progresso técnico.

As deserções eram numerosas e contínuas. Frequentemente era o êxodo de toda uma aldeia, ou mesmo de todo um cantão, quando o senhor se mostrava inflexível. Por exemplo, no século XII os habitantes da ilha de Ré desertaram em massa por causa da severidade do senhor, vindo-se este obrigado a fazer concessões a fim de reter alguma mão de obra. Os senhores, por sua vez, procuravam fazer acordos de assistência mútua para a captura de servos fugitivos. Porém, as “forças de mercado” tenderam a prevalecer de modo que, não obstante tratados e mútuas promessas, o comportamento oportunista se generaliza em uma efetiva concorrência para atrair e seduzir os servos do domínio vizinho, o que implicava necessariamente ter que fazer certas concessões para não perder a mão de obra. Em muitas regiões na França os senhores se viram obrigados a vender franquias em troca de uma renda, levando à formação de comunas rurais através de associações de aldeias que possuíam, de modo similar ao das cidades, prefeitura e jurisdição próprias (ver Dobb, M., 1974, p. 65/66)⁵².

O primeiro passo no caminho para a emancipação dos servos foi dado quando as prestações em trabalho, que caracterizam o sistema dominial clássico, foram transformadas em prestações em produtos e finalmente em dinheiro. Certamente, isso teve um impacto profundo nas relações entre servos e senhores; as relações pessoais entre servos e senhores são pouco a pouco substituídas por relações impessoais e objetivas. Takahashi (1972) observa também que a transformação das prestações em trabalho em prestações monetárias fixas, como rezava a jurisprudência, se constituiu também num fator importante de transformação das relações feudais, na medida em que a produtividade aumentou e a moeda se desvalorizou com a inflação, beneficiando os servos e, por conseguinte, reforçando o processo de diferenciação social no seio do campesinato e a decadência dos laços de servidão. Uma parte da classe senhorial

(52) Tem razão Sweezy (1972, p.40), em sua polêmica com Dobb, ao afirmar que “o declínio do feudalismo na Europa ocidental se deveu à incapacidade da classe governante para conservar o *controle* sobre, e conseqüentemente para superexplorar, a força de trabalho da sociedade”.

conseguirá escapar da ruína transformando-se em capitalistas agrários ou comerciais⁵³.

Em síntese, existem elementos suficientes que permitem concluir que as forças de mudança operavam no interior do sistema agrário feudal⁵⁴ o qual, como veremos em seguida, não estava isolado dos setores industriais e urbanos. Forças estas constituídas de um amálgama inextricável de fatores tecnológicos, socioeconômicos, institucionais/organizacionais e culturais. Estas forças de mudança dentro do espaço agrário feudal derivam seu dinamismo de uma matriz institucional/cultural que também estimula o processo de mudança dentro dos espaços urbanos. O espaço rural, dominado pela nobreza feudal e o espaço urbano dominado pelas corporações de ofício e, sobretudo, de mercadores, são dois espaços que se complementam, mas também competem entre si, configurando uma situação inédita na história das civilizações.

4.5. A Revolução Comercial

Os espaços urbanos na Europa medieval tiveram um papel inédito na história das civilizações como centros independentes de poder. Tiveram um impacto evolucionário decisivo na dissolução do feudalismo e ascensão do capitalismo pela Revolução Comercial que promoveram. Para o grande historiador inglês Robert S. Lopez, a Revolução Comercial na Europa medieval foi um fenômeno único, “um resultado inesperado de uma cadeia de reação que começou quase acidentalmente em umas poucas cidades periféricas da Itália” (Lopez, R., 1976, pos.762). Estas cidades, como era comum, mantinham ligações de vassalagem com mais de um suserano, no esforço de se manter relativamente independentes. A diferença, entretanto, é que estas cidades portuárias, com destaque para Veneza e Amalfi, mantinham ligações com o Império Bizantino. Isto explica, provavelmente, o fato extraordinário de que suas elites, incluindo as

(53) Para os autores marxistas de maneira geral, Takahashi é uma das exceções, o dogma da “acumulação primitiva” os impede de admitir um processo de acumulação ‘originária’ de capital que não fosse através “das crises, violências, desequilíbrios, açambarcamentos e usuras que marcam o fim do regime feudal”...Ver Vilar, P. (1975, p. 39).

(54) Para Dobb (1974) a principal força de mudança no interior do sistema feudal somente poderia ser a luta de classes, com os senhores feudais tentando aumentar sua parte no excedente. Entretanto, como, por um lado, ele parte do pressuposto que não há melhoria de produtividade no sistema e, por outro, admite que os servos tinham como poder de barganha a possibilidade de fuga para as cidades ou para outros feudos (a escassez de mão de obra fazia os senhores buscarem atrair servos de outros feudos para seus domínios), os senhores feudais não tinham muito como aumentar sua parte no excedente: “em certa medida a cobiça feudal por maiores rendas se satisfaz com o aumento da população”.(p. 66).

que possuíam terra, desde muito cedo participavam ativamente do comércio marítimo⁵⁵. Veneza era politicamente independente, mas tinha como Suserano o Império Bizantino, ao qual fornecia apoio naval e intermediava as trocas com o Império (Carolíngio) no Ocidente. Mantinha também relações comerciais com o mundo islâmico no oriente médio e norte da África. Um próspero triângulo comercial: bens de luxo orientais (principalmente, especiarias, seda e joias) e “commodities” ocidentais (ferro, madeira, suprimentos navais e escravos); além de mercadorias “vенеzianas” (sal das suas lagunas e vidro). A posição de Amalfi era similar, mudando apenas os tipos de mercadorias produzidas localmente: tecidos, produzidos localmente em quantidades fora do comum, e óleo de oliva. Mas era menos independente politicamente do que Veneza por não ter a proteção do mar contra os senhores feudais circundantes.

Na medida em que o progresso de Veneza e Amalfi estava deslocando o centro de poder naval e econômico para a península italiana no mar Adriático, dois portos do lado do mar Tirreno se juntaram a elas, Genova e Pisa, depois de terem conseguido conjuntamente expulsar os mulçumanos da Córsega e da Sardenha, acabando com os saques e devastações que causavam. Nestas cidades virtualmente todos os habitantes eram homens livres e participavam de algum modo, mesmo que modestamente, das assembleias municipais e em atividades administrativas menores. Desde meados do século VIII mercadores aí serviam no exército em pé de igualdade com senhores fundiários com renda equivalente e todos os cidadãos eram responsáveis pela defesa das muralhas.

Os filhos mais novos da nobreza feudal circundante encontravam nas cidades italianas uma oportunidade econômica no comércio, bem como de continuar exercendo a atividade para a qual foram educados a vida toda: o combate militar nas lutas frequentes contra piratas, “infiéis”, cidades concorrentes e na “abertura” de mercados. Comerciantes e nobreza fundiária se fundiram, inclusive literalmente através do casamento, sendo vistos conjuntamente a partir do século XII como pertencentes à categoria dos “magnatas” que se distinguiam dos “populares” pela renda e não por títulos de nobreza. Por esta razão era comparativamente mais fácil para a população como um todo depor ou comprar o senhor feudal suserano da cidade e estabelecer o

(55) Já no começo do século IX o testamento do Doge veneziano Justiniano Partecipazio mencionava entre seus bens uma soma substancial investida em empreendimentos ultramarinos. Ver Lopez, R. S. (1976, pos.829).

próprio governo comunal, sob a direção dos magnatas, mas com participação em graus variados de todos os cidadãos.

Estas cidades portuárias italianas foram pioneiras e lideraram um processo que foi se estendendo pelo interior. Foi bem mais difícil para as cidades do interior conquistarem sua independência dos senhores feudais cuja cavalaria pesada era inicialmente superior às forças da burguesia compostas de falanges ainda pouco numerosas de lanceiros apoiadas por arbaleteiros. Com o tempo, o acúmulo de capacidade militar permitiu-lhes forçar os senhores locais a se tornar membros das comunas como única alternativa à ruína total. Em 1176 a Liga das cidades Lombardas venceu em Legnano o senhor supremo da Itália, o Imperador Frederico Barbavermelha, conquistando completa independência; a partir de então seu elo de vassalagem com o Imperador se tornou apenas nominal. Pouco tempo depois as cidades da Toscana atingiram o mesmo status sem ter que lutar. No século XII as comunas italianas haviam se tornado essencialmente “governos de mercadores, por mercadores e para mercadores” (Lopez, R. S., 1976).

A ascensão das cidades italianas e a revolução comercial-urbana que lideraram não teriam ocorrido sem uma resposta à altura por parte da sociedade feudal em que estavam inseridas. Como vimos, as cidades eram parte importante de um processo evolucionário institucional de formação dos Estados feudais, caracterizado pela dinâmica de múltiplas organizações corporativas independentes, desde os longos séculos de violência e distúrbios da Alta Idade Média. Alternando alianças com diferentes suseranos, sobretudo com as monarquias em suas disputas contra os senhores feudais, as cidades foram conquistando graus variados de autonomia. Funcionando cada vez mais como uma fronteira interna aos domínios agrários feudais, tiveram um papel decisivo na dissolução dos laços de servidão ao oferecer abrigo e oportunidades aos que abandonavam a servidão no campo. Também a monetização da economia promovida pela expansão comercial torna mais embaçada a distinção entre servidão e arrendamento livre, na medida em que ambos, servos e arrendatários livres, passaram a ter obrigações em dinheiro, acelerando o movimento em direção à liberação geral.

Como assinala Lopez (1976), a revolução comercial-urbana na Europa medieval, de modo inédito na história das civilizações, permitiu a liberação da renda agrícola para investimento nos negócios e viabilizou operações de crédito mais flexíveis, dois importantes obstáculos que dificultavam o crescimento econômico na antiguidade. A forte expansão do crédito foi o grande lubrificante

desta revolução num contexto inflacionário e de escassez de moedas. Esta expansão foi obtida através de novas formulas de parcerias e outros arranjos para dividir riscos e lucros, os quais resultaram, segundo Lopez (1976, pos.951), da insistência da Igreja de que os empréstimos eram pecaminosos a menos que fossem concedidos sem juros no espirito da caridade (“grátis e amore Dei”) e da mesma atitude de cooperação que envolvia a colaboração de homens de todas as classes na luta política que levou no final a ascensão das comunas independentes. O desenvolvimento dos contratos comerciais foi tão crucial na história do comercio como aquele das ferramentas e técnicas na história da agricultura.

O desenvolvimento bancário e financeiro foi praticamente um subproduto da expansão do comércio internacional. O que banqueiros locais de depósitos não podiam fazer – tinham um capital limitado, eram regulados pelas municipalidades e corriam o risco de serem processados por tribunais eclesiásticos por usura – era mais fácil para os comerciantes engajados no comercio internacional. As operações no exterior juntamente com as inovações contratuais que introduziram os permitia legitimamente praticar as mesmas operações de crédito em conexão com suas atividades comerciais: eles aceitavam depósitos que pagavam juros, ampliando subsequentemente os empréstimos com juros maiores sem risco de serem condenados pela Igreja. Eles se beneficiavam plenamente de instrumentos inovadores como as *letras de câmbio* para cobrar os juros que quisessem. Estas consistiam em contratos pelos quais uma pessoa recebia de outra um adiantamento em moeda local e prometia pagá-lo de volta em outra moeda em outro local. Ostensivamente, o objetivo principal deste tipo de contrato era fornecer dinheiro no exterior a uma pessoa que ia viajar, poupando-a do risco e do custo de viajar carregando o dinheiro local. Nesse esquema o responsável pela emissão da letra de cambio tinha direito de cobrar pelo serviço de garantir a transferência dos fundos e de fazer o câmbio para outra moeda. Dado que transcorria um certo período de tempo entre o adiantamento em moeda local e o pagamento em moeda estrangeira, a transação podia esconder na verdade um empréstimo, com os juros escondidos na taxa de cambio.

A *commenda* foi outra inovação contratual de extrema importância. Foi o mais próximo antecedente medieval da moderna sociedade anônima e, como muitas outras, envolvia alguma forma de crédito. Na sua forma mais simples, um comerciante de uma cidade avança um capital para outro que se dispõe a viajar para realizar um negócio. O primeiro assume os riscos do capital e tem direito a $\frac{3}{4}$ dos lucros; o segundo assume os riscos do trabalho, sendo o único responsável pelas transações comerciais efetuadas, e fica com $\frac{1}{4}$ dos lucros. A notar que esse

mesmo comerciante que avança um capital a outro, também faz o inverso, recebendo capital de outros comerciantes para investir em viagens de negócios. Nos primeiros contratos se exigia que a prestação de contas fosse apoiada em alguma espécie de prova sobre o valor dos lucros auferidos, mas com o tempo os negócios fluíam na base da confiança mútua. Progressivamente as atividades comerciais se tornam rotineiras, com a competição reduzindo a taxa de lucro. Os comerciantes mais experimentados podiam dirigir seus negócios sem viajar, através de empregados e agentes comerciais. No começo do século XIV na Itália a taxa média de juros dos empréstimos comerciais havia caído para 8% a 12%. Na Alemanha a taxa praticada ainda era de 43% (em Nuremberg).

Durante o século XIII o centro de gravidade do comércio no mediterrâneo se deslocou definitivamente para os “quatro grandes” do centro e do norte da Itália: Veneza, Milão, Florença e Gênova⁵⁶. No restante da região mediterrânea somente os comerciantes catalães conseguiram concorrer com os italianos e no começo do século XIV controlavam uma parte importante do comércio internacional de longa distância. No Norte, o fim das invasões e a expansão agrícola a partir do século X, também tornaram possível, como na Itália, a um certo número de cidades da Alemanha desenvolver seu próprio comércio local e de longa distância (no Báltico), desafiar a autoridade do imperador e de seus vassalos e, com o tempo, construir seu império comercial e colonial. Os principais produtos comercializados neste “mediterrâneo” do Norte eram fibras, grãos, madeira, resinas, alcatrão, mel, cera, peles, metais preciosos e semipreciosos, lã, sal e arenque salgado. No canto ocidental do Báltico os ingleses e holandeses conseguiram controlar o comércio, sendo que muitas commodities das regiões atlânticas, como o vinho gascão e o ferro basco, eram comercializados por comerciantes locais; a navegação de cabotagem de curta distância era um negócio de todos. Praticamente toda a produção do interior distante do mar era comercializada nos centros regionais, onde os comerciantes italianos predominavam, e levada para os centros principais por comerciantes locais.

As feiras de Champanhe eclipsaram todas as demais a partir do final do século XII até o começo do século XIV. Seu sucesso se deveu ao fato que elas inovaram ao funcionar em rotação entre as cidades do local durante todo o ano, servindo principalmente como centro de trocas monetárias e de mercadorias para mercadores que para lá convergiam de toda a Europa e não estavam interessados em negócios locais. As mercadorias eram representadas por amostras, no

(56) Em 1293 o comércio marítimo de Gênova era 3 vezes maior que toda a renda do reino da França.

máximo; e a moeda quase que inteiramente substituída por instrumentos de crédito. Entram em declínio quando os italianos começaram a ir diretamente com seus navios aos portos do mar do Norte, lá estabelecendo escritórios permanentes.

No eixo comercial norte-sul/oriente (o Levante), através da Itália, as principais mercadorias provenientes do Levante podem ser agrupadas em dois grupos de matérias primas de alto valor: 1-) especiarias (temperos, em especial a pimenta que também era um conservante, produtos medicinais e tintas de tecido); 2-) seda bruta, pedras preciosas, marfins. Do Norte as mais exportadas inicialmente eram os metais não ferrosos e a madeira; mas cedo uma crescente e variada lista de produtos industriais começou a entrar em cena: vidro, armas e outras mercadorias de ferro e, sobretudo, tecidos de linho e de lã.

A Revolução Comercial alterou radicalmente a relação entre comerciantes e artesãos. Capital, crédito, conexões e iniciativas dos comerciantes quebraram o círculo vicioso em que os artesãos se encontravam presos desde a antiguidade: mercado limitado – baixa produtividade – mercado limitado. A expansão do mercado levou a uma progressiva especialização de cidades e regiões, de atividades industriais e agrícolas. Entre as cidades não marítimas italianas a expansão comercial aprofundou a competição e a especialização: seda em Lucca, armas em Brescia, sapatos em Bolonha, tecidos baratos em Cremona, etc. Cidades como Milão, eram exceção, produzindo quase tudo. Como será visto mais adiante, em conexão com a Revolução Comercial houve também uma Revolução Pré-Industrial.

Lopez (1976, pos.1369) considera que “talvez o subproduto mais notável da crescente maturidade da expansão comercial tenha sido a consolidação das colônias comerciais e a crescente dependência dos comerciantes internacionais em relação a agentes baseados no exterior”. Na verdade, como será visto em seguida, este foi um elemento decisivo da própria expansão comercial a qual, por sua vez, só foi possível devido a uma inovação organizacional/institucional crucial: as Comunas/Guildas comerciais, as quais exerceram uma governança de Estado peculiar diante da ausência de Estados centralizados.

4.5.1. Um Estado Peculiar: Comunas e Guildas Comerciais

A resposta das cidades independentes à ausência de um Estado centralizado efetivo foi condicionada pela mescla da herança romana de conselhos municipais com as características marcantes do universo feudal em que se encontravam inseridas. Como foi visto, este universo era baseado em relações

contratuais hierárquicas que definiam as obrigações de um indivíduo em relação a outro. O indivíduo e as relações bilaterais se consolidam como centrais na cultura feudal do século XII. Todas as demais organizações que caracterizaram este período – corporações de ofício, ordens monásticas, fraternidades e universidades – têm a mesma origem institucional. Um mundo onde a ausência relativa de estruturas sociais familísticas⁵⁷ e de um Estado efetivo na Baixa Idade Média levou os Europeus a progressivamente depender de corporações, que eram estruturas sociais não familísticas, auto-governadas, baseadas em interesses.

As instituições que geram comportamento intra e inter estruturas sociais herdadas do passado são parte, portanto, das condições iniciais do processo de construção do Estado. O desafio para a construção de um Estado efetivo, capaz de promover a estabilidade política e a prosperidade econômica, é o de motivar estas estruturas sociais a mobilizarem seus recursos econômicos e militares para as tarefas necessárias para tanto. Greif (2006) estuda este processo histórico, com base no caso da República Genovesa. O sistema de governança de Genova foi um resultado de equilíbrio de um jogo político em que os atores escolhem entre comportamento econômico e comportamento predatório. Um Estado efetivo pode alterar a distribuição de recursos e afetar negativamente estas estruturas sociais. Portanto, para que haja alguma mudança é preciso que estas estruturas acreditem que o poder estatal não será usado *ex-post* para reduzir seu poder e/ou bem-estar. Nesse sentido é necessário criar um Estado ou governo com poderes limitados. Ou seja, um governo efetivo na determinação do comportamento, mas que pode ser impedido a abusar do poder. Portanto, um Estado mais democrático, capaz de garantir direitos de propriedade.

O desafio da construção de um Estado efetivo, porém mais democrático foi enfrentado com a criação da Comuna, uma inovação institucional medieval fundamental que se constituía em uma associação voluntária juramentada temporária, dirigida por cônsules que eram eleitos por um período limitado por um parlamento composto de todos os cidadãos de “pleno direito”. As Comunas eram comunidades auto-governadas que ocupavam uma área cinza entre o Estado e as comunidades. Elas eram similares às comunidades na medida em que se caracterizavam pela familiaridade pessoal intra-comunitária. Eram também similares aos Estados dado que possuíam um monopólio geograficamente

(57) Embora os clãs familiares tivessem um papel central na política em cidades como Genova, o contrato através do qual os genoveses estabeleceram sua comuna por volta de 1096, era um contrato entre indivíduos e não entre clãs. Os tratados entre Genova e outras unidades políticas eram assinados por até 1.000 membros da comuna em vez de somente entre cônsules ou líderes de clãs. Greif, A. (2006, pos.6181).

localizado sobre o uso legal de poder coercitivo. Os tribunais destas comunas auto-governadas eram parciais no sentido em que representavam os interesses da comunidade, porém tendiam a agir com imparcialidade quando de disputas envolvendo membros de outras comunas.

Entretanto, um Estado eficiente é uma condição necessária, porém não suficiente. Havia dois outros problemas a serem resolvidos. Para o comerciante envolvido no comércio de longa distância um problema fundamental era como empregar agentes no exterior sem ser enganado (problema principal-agente). Outro problema era evitar que os governantes de outras jurisdições agissem predatoriamente. A solução desses problemas contou com a participação decisiva da Guilda comercial em associação com a comuna. Essa associação representou uma inovação organizacional/institucional extremamente criativa no sentido de que ela contribuiu para resolver o problema de coordenação da ação coletiva de um grupo de interesses, como os dos mercadores de uma cidade, evitando os conflitos internos ao grupo, ao mesmo tempo em que se constituiu na organização central de uma estrutura institucional que estimulava, tornando possíveis, atividades comerciais de longa distância entre agentes econômicos não relacionados por ligações de parentesco e com direitos de propriedade assegurados vis-à-vis a Estados potencialmente predadores.

4.5.2. O Sistema de Responsabilidade Comunitária

O fato das repúblicas cidadinas serem governadas por mercadores para mercadores pode ter sido uma condição necessária, porém não suficiente, como como supunha Lopez (1976), para a ocorrência da revolução comercial de longa distância medieval. Era preciso criar um mecanismo, um sistema que resolvesse o problema da troca impessoal, caracterizada pela separação entre *quid e quo* através de fronteiras jurisdicionais, por meio de uma instituição capaz de fazer valer as regras (self-enforcing). O binômio Guilda/Comuna resolveu esse problema na Europa pré-moderna através do *sistema de responsabilidade comunitária*. Sob este sistema de responsabilidade comunitária, o tribunal de uma comuna responsabilizava todos os membros de outra comuna pelo dano causado por um de seus membros. Se o tribunal da Comuna do fraudador se recusasse a compensar a parte lesada, o tribunal da Comuna do fraudado ordenaria o confisco da propriedade de quaisquer dos membros da Comuna do fraudador presentes na sua jurisdição para compensar o fraudado. O único modo da Comuna do fraudador evitar a compensação seria não ter negócio algum com a Comuna do fraudado. Mas isto poderia representar um custo muito elevado. Portanto, o

comportamento mais sensato do tribunal de uma Comuna seria dispensar uma justiça imparcial, punindo seu próprio membro fraudador de um membro de outra comuna. Este sistema de reponsabilidade comunitária transformou as comunas em organizações de vida perpétua, as quais internalizavam o custo da fraude cometida por qualquer um de seus membros contra os membros de outra comunidade.

Certamente poderia ter sido viável a relação de um governante com um mercador no quadro de uma institucionalidade baseada na reputação: a crença de que o governante irá respeitar os direitos de propriedade do comerciante na medida em que caso contrário ele perderia os ganhos das taxas sobre as operações comerciais efetuadas⁵⁸. Entretanto, os dados históricos indicam que, de modo geral, as relações entre governantes e comerciantes não foram baseadas nem no mecanismo de reputação bilateral (pelo qual o comerciante abusado cessa de comerciar), nem no mecanismo informal de reputação multilateral (pelo qual os comerciantes abusados junto com seus associados cessam de comerciar). Foram baseadas em organizações formais – as Comunas/Guildas comerciais, que eram corpos administrativos baseados fora do território do governante.

Como mostrou Greif (2006), isto ocorreu na medida em que o respeito do governante pelos direitos de propriedade de um comerciante (transação central) em função do pagamento de taxas por este último (transação auxiliar), baseada em mecanismos de reputação bilateral ou multilateral, somente funcionava quando era relativamente elevado o valor da taxa paga por cada comerciante em função de um baixo volume de comercio. Numa situação de expansão do comércio, em que o valor relativo das taxas pagas por cada comerciante individualmente se reduz, tendia a ser vantajoso para os governantes desrespeitar os direitos de uns e não o de outros, a menos que os comerciantes fossem capazes de retaliar conjuntamente. A capacidade de retaliação, entretanto, dependia de uma organização que coordenasse este tipo de ação coletiva, evitando o comportamento oportunista entre os próprios comerciantes.

Estas organizações – as Comunas/Guildas comerciais – tinham poder regulatório sobre os comerciantes em seu próprio território, supervisionavam as operações dos mesmos em terras estrangeiras e coordenavam suas respostas à conduta dos governantes. Elas foram as manifestações e os meios para a criação

(58) O teorema de Folk sobre jogos repetidos indica que esta é uma situação provável: se o governante considera que os ganhos sobre as operações comerciais no futuro serão maiores que os ganhos provenientes do desrespeito da propriedade no presente, então ele se comprometerá com o respeito dos direitos dos comerciantes. Ver Greif, A. (2006, Apêndice).

de ligações inter-transacionais adicionais capazes de mudar o conjunto de crenças auto-reforçantes na transação entre governantes e comerciantes. Elas ligavam cada transação entre governante e comerciante (transação central) com transações coercitivas e de compartilhamento de informações de todos os comerciantes (as transações auxiliares): coordenavam as decisões de embargo comercial e o fazer vale-las através de ameaças críveis de sanções (comerciais) contra os seus membros que o furassem.

Elas capacitavam, fornecendo os micro-fundamentos do comportamento, os governantes e comerciantes a tomar decisões informadas na medida em que especificavam a estrutura da situação, quem era membro da organização, quem era o legítimo coletor das taxas, que ações constituíam um abuso de direitos e qual o procedimento a seguir no caso de um processo contra um abuso. Definiam também quem tinha a autoridade de decretar um embargo, o que esperar dos comerciantes durante o mesmo e as consequências em não aderir ao mesmo. Em suas localidades de origem cada Guilda gozava de monopólio comercial, cujas rendas serviam de cimento de união entre os comerciantes locais, facilitando o compromisso de todos em ações coletivas de retaliação (embargo comercial) contra outra localidade cujo governante praticava uma transgressão.

Greif (2006, pos.2424) chama a atenção para o fato de que o surgimento da Guilda comercial na Europa não foi causado pelos ganhos provenientes do comércio, mas sim um reflexo da própria natureza da dinâmica institucional como um processo histórico. Os modos como as várias Guildas foram organizadas e o “timing” de seu surgimento foram determinados por processos sociais, políticos e econômicos através dos quais se cristalizaram os elementos institucionais e outras condições necessárias para seu funcionamento. A análise histórica mostra que este tipo de organização comercial estava no centro de uma instituição, o sistema de responsabilidade comunitária, que superou o problema do comprometimento dos governantes com o respeito aos direitos de propriedade e, desse modo, facilitou a expansão comercial cujo potencial latente vinha crescendo com o processo de acumulação de capital que havia começado na Alta Idade Média a partir da introdução de importantes macro inovações – como o sistema de aração charrua-cavalo na agricultura e os moinhos hidráulicos e eólicos na agricultura e na indústria.

Ordem privada, baseada em instituições capazes de fazer valer as regras por elas criadas, foi a marca distintiva da expansão medieval, sendo que este quadro não resultou, como pensavam Hayek e Friedman, de uma “ordem espontânea” entre agentes econômicos, mas sim foi o produto de esforços intencionais coordenados de muitos indivíduos não relacionados por ligações de

parentesco. As estruturas sociais criadas através destes esforços não dependiam da participação de um membro em particular, sendo auto-governadas e baseadas nos interesses mútuos de seus participantes. Elas eram auto-governadas no sentido de que seus membros participavam na especificação das regras que regulavam suas atividades. Essa participação é que tornava as regras legítimas. Em outras palavras, corporações econômicas e políticas foram centrais para a estrutura institucional em que se baseou a expansão comercial medieval.

É importante notar que a ação das Guildas contribuía para uma expansão do comércio que beneficiava a todos; a prova deste fato está em que elas obtinham a cooperação dos governantes em quase todas as localidades. Mesmo em situações onde os comerciantes não eram capazes de coagir os governantes através de embargos, os governantes garantiram a eles vários direitos, incluindo o de organização, de manter tribunais e assembleias, de eleger seus próprios cônsules e servir em juris quando processados. As Comunas das cidades Italianas frequentemente agiam como uma Guilda em favor de seus mercadores residentes. Num outro extremo, em função do tamanho relativamente reduzido das cidades alemãs, teve origem a grande Guilda do Báltico, a Liga Anseática, uma organização capaz de coordenar e fazer valer a ação coletiva de mercadores de diferentes cidades.

Nesse sentido, para Greif (2006), a visão tradicional de que o surgimento do Estado centralizado foi uma pré-condição para a expansão dos mercados deve ser revista à luz da história do sistema de responsabilidade comunitária: este sistema é que possibilitou a expansão dos mercados, expansão esta que deu origem a uma demanda institucional que influenciou o desenvolvimento de instituições estatais/governamentais baseadas na lei. Nos lugares onde o Estado pode responder a este desafio, mas mantendo-se constringido a não abusar dos direitos, os mercados prosperaram.

Entretanto, o sistema entra em declínio devido em grande medida ao seu próprio sucesso em promover o aumento das interações intercomunitárias, do número e do tamanho das comunidades, da heterogeneidade intracomunitária. Estes resultados tendem a diminuir a efetividade do sistema, a aumentar seu custo econômico e a tornar cada vez mais inviável a política intracomunitária. O crescimento do número de comerciantes, de locais de comércio, de interações intercomunitárias reduz as rendas, bem como o custo de falsificação de afiliação comunitária, aumentando o custo de verificação da identidade de cada comerciante. Evidências na Itália sugerem também que a crescente mobilidade social entre comunidades minou progressivamente a efetividade do sistema de

responsabilidade comunitária na medida em que este dependia da capacidade da comunidade punir localmente seus membros (Greif, A., 2006, pos. 7406).

Progressivamente muitas das organizações corporativas medievais (como a Liga Hanseática, várias guildas comerciais e artesanais) começaram a restringir a competição, a inovação e a própria expansão para tentar manter as rendas e aumentar os lucros. Este declínio ofereceu uma oportunidade para os Estados territoriais em expansão usar estas organizações e estabelecer novas instituições para servir seus interesses. No final do século XIII este processo de declínio já era bem marcado na Inglaterra, sendo que a emergência mais precoce aí do Estado centralizado facilitou a substituição do sistema de responsabilidade comunitária por um sistema baseado na responsabilidade legal individual e no poder coercitivo do Estado. Entretanto, um Estado centralizado com poderes administrativos e coercitivos mais limitados comparativamente aos das suas contrapartes em evolução no Continente. Os direitos de propriedade eram relativamente seguros. Desse modo, operou-se uma transição precoce para uma monarquia parlamentar moderna capaz de garantir um ambiente propício para os negócios, equivalente àquele que tinha sido garantido pelas organizações corporativas na Baixa Idade Média.

4.6. A Revolução Pré-Industrial

Uma das características do período era o gosto por inovações, sobretudo mecânicas. Os mosteiros tiveram um papel pioneiro na mecanização, em especial os da ordem de Cîteaux. Como vimos acima, esta ordem venceu a batalha “sócio-ideológica” em favor da visão do trabalho como dignificante para o homem, porém não o trabalho pesado e repetitivo! O que era valorizado era muito mais o trabalho criativo, incluindo o dos engenheiros que inventavam formas de torná-lo menos penoso⁵⁹. Um documento do século XIII sobre o papel da energia hidráulica na mecanização dos trabalhos no mosteiro cisterciense de Clairvaux dá uma ideia notavelmente clara do nível de mecanização atingida e do entusiasmo pela sua adoção:

Um braço de rio, atravessando as numerosas oficinas da Abadia, se faz benzer em todo lugar pelos serviços que proporciona... o rio se lança

(59) O desdém dos intelectuais da antiguidade pelo trabalho não se limitava ao trabalho manual. Nos *Gorgias*, Platão já assinalava o desprezo do filósofo pelo engenheiro: “Il n’en est pas du tout moins vrai que toi, tu es pour lui plein de mépris, ainsi que pour l’art qui est le sien; que ce serait en manière d’opprobre que tu le traiterais de mécanicien, et que tu ne consentirais ni à donner à son fils la main de ta fille, ni à prendre pour toi la sienne”. Platon, *Gorgias*, 512c. apud Gimpel, J. (1975, p. 8).

inicialmente com impetuosidade sobre o moinho, onde se torna muito agitado e se contorce, tanto para moer o grão sob o peso das pedras molares, como para agitar a peneira que separa a farinha da palha. Ei-lo em seguida no compartimento vizinho; ele enche a caldeira e se entrega ao fogo que o cosinha para preparar a cerveja dos monges si a colheita de uvas foi mal. O rio não desiste. Os moinhos de prensagem de tecidos o chama por sua vez. Ele que estava ocupado em preparar a comida dos monges, pensa agora em suas vestimentas. Ele não recusa nada que lhe pedem. Ele eleva ou abaixa alternativamente estes pesados pilões, estes martelos, ou melhor dizendo, estes pés de madeira, poupando assim aos monges de grandes fadigas... quantos cavalos se esgotariam, quantos homens fatigariam seus braços neste trabalho que faz por nós este gracioso rio, ao qual nós devemos nossas vestimentas e nossa comida. Quando ele faz girar de um movimento acelerado tantas rodas rápidas, ele sai espumando, como se estivesse moído. Ao sair daí, ele entra no curtume, onde ele prepara o couro necessário ao calçamento dos monges; ele mostra aí tanto atividade como cuidado, pois ele se divide em numerosos pequenos braços para visitar diferentes serviços, procurando diligentemente por todo lugar aqueles que têm necessidade de seus serviços, que se tratasse de cosinhar, tanar, quebrar, molhar, lavar ou moer, não recusando jamais seu serviço. Enfim, para completar sua obra, ele leva embora as imundices deixando tudo limpo⁶⁰.

(60) “Un bras de rivière, traversant les nombreux ateliers de l’abbaye, se fait partout bénir par les services qu’il rend...la rivière s’élançe d’abord avec impétuosité dans le moulin, où elle est très affairée et se remue, tant pour broyer le froment sous le poids des meules, que pour agiter le crible fin qui sépare la farine du son. La voici déjà dans le bâtiment voisin ; elle remplit la chaudière et s’adonne au feu qui la cuit pour préparer la bière des moines si les vendanges ont été mauvaises. La rivière ne se tient pas pour quitte. Les foulons établis près du moulin l’appellent à leur tour. Elle était occupée à préparer la nourriture des moines, maintenant elle songe à leur habillement. Elle ne refuse rien de ce qu’on lui demande. Elle élève ou abaisse alternativement ces lourds pilons, ces maillets ou, pour mieux dire, ces pieds de bois et épargne ainsi aux frères de grandes fatigues...que des chevaux s’épuiseraient, que des hommes se fatigueraient les bras dans ces travaux que fait pour nous la gracieuse rivière à laquelle nous devons nos vêtements et la nourriture. Quand elle a fait tourner d’un mouvement accéléré tant des roues rapides, elle sort en écumant ; on dirait qu’elle est broyée. Au sortir de là, elle entre dans la tannerie, où elle prépare le cuir nécessaire à la chaussure des frères ; elle y montre autant d’activité que de soin, puis, elle se divise dans une foule de petits bras pour visiter les différents services, cherchant diligemment partout ceux qui ont besoin de ses services, qu’il s’agisse de cuire, tamiser, broyer, arroser, laver ou moudre, ne refusant jamais son concours. Enfin, pour compléter son œuvre, elle emporte les immondices et laisse tout propre”. *Descriptio Monasterii Claraevallensis*, Migne, *Patr. Lat.*, t.185, 570 A-571 B. Apud Gimpel, J. (1975, p. 11,12).

4.6.1. Energia, Ferro e Pedra

Graças ao *Domesday Book*, o recenseamento que Guilherme o Conquistador mandou realizar logo depois da conquista normanda da Inglaterra, existe um inventário preciso da quantidade de moinhos lá existentes no século XI. A densidade de moinhos variava com a região em função da disponibilidade de água e da densidade da população. Na média da Inglaterra um moinho servia 50 lares, em alguns condados 26 em outros até 96. No condado de Wiltshire atravessado pelo rio Wylye, havia 16 moinhos em 30 km de rio, ou seja um moinho a cada quinhentos metros. O custo de construção de um moinho era elevado, mas os investimentos eram extremamente rentáveis; a maior parte da população tinha condições de pagar o preço. Em geral os senhores de terras eram proprietários de moinhos, mas havia uma grande quantidade de moinhos nos vilarejos tendo vários sócios como proprietários. Um numero significativo destes moinhos sobreviveu, sendo aperfeiçoados, até o século XIX. Através de satélites e de aviões radares foi possível mapear os sítios de moinhos na Europa: praticamente tudo o que poderia ser aproveitado como força hidráulica o foi.

No século XII na França os cidadãos de Toulouse formaram uma sociedade por ações, a *Société du Bazacle*. O valor das ações variavam em função dos rendimentos dos moinhos situados no rio Garonne. Estas ações eram negociadas livremente no mercado. Gimpel (1978) a considera, provavelmente com razão, a mais antiga empresa capitalista por ações do mundo. Ela sobreviveu até o século XX, quando foi nacionalizada pelo Estado Francês. Inicialmente, os moinhos do rio Garonne eram flutuantes e apresentavam vários problemas desde a variação da força das correntes, podendo se soltar das amarras e provocar acidentes, etc. Para resolver o problema os engenheiros de Toulouse construíram 3 barragens, agrupando 43 moinhos fixos na margem direita, uma obra admirável de engenharia. Na primeira barragem (du Château-Narbonnais) foram instalados 16 ; na segunda (de la Daurade) 15 ; e na terceira (du Bazacle) 12. Esta sequencia de 3 barragens implica que a altura da ultima barragem determina a potencia da anterior pelo tamanho do lago que gera ao limitar a altura da queda d'água. Esta situação deu origem a inumeráveis litígios dos proprietários da barragem a montante contra os proprietários da barragem du Bazacle. O sítio de um moinho representava um investimento importante e por isso era juridicamente protegido. O proprietário de um moinho poderia, por exemplo, proibir a construção de um outro que pudesse prejudica-lo ou exigir indenizações⁶¹.

(61) Num processo que começou em 1356 e terminou em 1408, os proprietários dos moinhos da barragem da la Daurade tentaram receber reparações pelos prejuízos provocados pela forma de operação dos proprietários da barragem du Bazacle. Durante meio século os proprietários du Bazacle conseguiram fazer falir a concorrente por meios de variadas chicanas jurídicas ao mesmo tempo em que continuavam a interferir na potência da barragem de la Daurade e acabaram se tornando seus proprietários.

A busca por novas fontes de energia não se limitou à energia hidráulica. A energia eólica veio a representar um importantíssimo complemento, sendo em algumas regiões decisiva (os países baixos). Entretanto, uma inovação importante tinha que ser introduzida para resolver o problema das mudanças de direção do vento. Na Ásia, em função da maior constância de direção do vento os moinhos eram montados num eixo horizontal posicionado na direção certa. A solução na Europa foi montar o moinho num eixo vertical pivotante. Além de dominarem a paisagem de países como a Holanda, moinhos a vento compensaram a escassez de recursos hídricos nas diversas regiões. Até mesmo a energia das marés foi utilizada. Na França do século XX a primeira usina a maré foi construída no local onde ainda funcionava toda uma série de antigos moinhos a maré!

Além do tamanho do parque instalado de moinhos de todo tipo na Europa, inédito com relação às demais civilizações, os usos dados a estes moinhos foram muito além da moagem de grãos. Os usos industriais foram possibilitados pela introdução da árvore de comando (manivela), que transforma movimentos circulares em movimentos pendulares. As árvores de comando eram conhecidas na Antiguidade mas não tiveram aplicações industriais, eram mais uma curiosidade, um “gadget”. Na China elas eram utilizadas para fazer o contrário, transformando o movimento pendular das pernas em movimentos circulares para a debulha de grãos! Na Europa foram amplamente utilizadas na produção de bebidas – permitindo a mecanização da maceração da matéria prima na produção de vinho, até então realizada com os pés, na produção de tecidos – sobretudo na mecanização da socagem dos panos, que era um trabalho extremamente pesado, na produção de couro e papel, bem como na produção metalúrgica; nessa última os moinhos foram utilizados tanto para mover martelos de estampagem de peças de metais (de até 300 toneladas), como para movimentar foles com grande capacidade de insuflar ar nos fornos, permitindo uma forte elevação da temperatura necessária para a produção de aços mais resistentes.

Um tipo consagrado de classificação das civilizações em termos de grau de desenvolvimento tecnológico é a classificação segundo o metal, ou liga metálica, predominantemente usado. Seguindo esta classificação pode-se dizer que a Idade do Ferro começa na Idade Média. No Império Romano já se usava o ferro, porém o bronze ainda tinha um papel muito importante. A idade do ferro medieval foi estimulada sobretudo pela demanda por armaduras, arados de ferro e ferraduras⁶². Essa demanda induziu uma busca intensa de soluções para

(62) Para ser eficiente o arado pesado tinha que ser de ferro ou ter no mínimo uma cobertura de ferro por sobre a madeira; as ferraduras eram indispensáveis para o uso eficiente do cavalo; por sua vez, a inovação da sela fixa por estribo mudou a arte de combate, permitindo ao cavaleiro combater protegido por armaduras pesadas e malhas de ferro sem ter que desmontar.

aumentar a produção de ferro, que era um mineral não encontrado, dada a tecnologia prevalescente, muito facilmente em quantidades adequadas. Para a produção de ferro de qualidade, os engenheiros metalúrgicos da época foram os primeiros a adaptar a produção siderúrgica à energia hidráulica, mecanizando o processo de moldagem de peças e permitindo a construção de fornos com acionamento automático do insuflamento de ar que atingiam 1.200 graus centígrados.

Os mosteiros cistercienses também se destacaram nesse domínio, sendo convidados em todo lugar a se instalar perto das minas de ferro que foram sendo descobertas⁶³. De modo geral, além de ‘fazendas modelo’ as novas ordens monásticas transformaram também seus mosteiros em modelos para a solução de problemas técnicos não agrícolas, desde o reforço e manutenção de diques na Holanda passando por técnicas de perfuração de poços e de construção de pontes⁶⁴, até atividades industriais variadas que tenderam a se tornar especialidades de cada mosteiro. Evoluíram para se transformarem em empresas proto-capitalistas, as primeiras que se tem notícia, sendo que uma das razões importantes de seu declínio a partir do século XIII está relacionado a problemas “trabalhistas: para fazer a parte do trabalho pesado e rotineiro, sobretudo no campo, que não fora possível mecanizar, toda uma massa de trabalhadores pouco qualificados foi engajada como “irmãos conversos”, cuja vocação religiosa era precária para dizer o mínimo. Uma compensação importante para os trabalhos pesados que executavam era dada na forma de rações de vinho e cerveja. Conflitos com os monges superiores sobre as condições de trabalho regados a bebida se tornaram frequentes, sendo agravados, virando abertas revoltas, quando se tentava controlar a bebida.

Finalmente, no caso da produção de pedra, a partir do século XI ela se transformou uma verdadeira “indústria”, atingindo níveis sem precedentes. Foi nesse período quando começou efetivamente uma forte expansão de massivas construções de pedras sob a forma de catedrais e castelos fortificados. Até o final do século X, as fortificações em pedra eram basicamente torres (« Donjons »),

(63) Também condições regionais contribuíram fortemente para que os metalúrgicos alemães tivessem um destaque excepcional, a ponto da terminologia do setor ser fortemente dominada por termos alemães.

(64) Uma nova ordem monástica, dos Cartuxos, por exemplo, furou o primeiro passo suficientemente profundo através do estaqueamento de tubos de ferro de poucos centímetros de diâmetro, de modo que a água não precisava ser bombeada, subindo sob pressão subterrânea. Foi o primeiro poço “artesiano” da história e cujo nome deriva da região de Artois onde se localizava o mosteiro. No caso das pontes uma ordem monástica especializada foi constituída, a Ordem dos ‘Irmãos da Ponte’, que tendiam a construir pontes cobertas de instalações como moinhos e residências. Ver Gies, F. and F. (1994, p.112, p.148-149).

que podiam abrigar um numero relativamente pequeno de pessoas. As fortificações mais amplas para a proteção de um numero maior de pessoas eram os chamados castelos de ‘monte e pátio’ (“motleys and bayles castles”): uma palissada de madeira construída sobre uma elevação terra, frequentemente feita para isso. Eram muito efetivos e relativamente fáceis de construir (ver Gies, F. and F. 1994, p. 60, 61). A partir do século XI eles começam a serem substituídos pelos castelos inteiros em pedra, praticamente inespugnáveis por séculos. Sobre as Catedrais Góticas não é preciso dizer muito para explicar o extraordinário trabalho em pedra que representam, quantitativa e qualitativamente.

Milhões de toneladas de pedra foram movimentadas, muito mais que para todas as pirâmides do Egito somadas. O que sobrou desta Europa “empredada” impressiona quando comparado com os remanescentes em pedra de outras civilizações. A França se tornou a principal produtora em função da abundância de pedras de qualidade que possuía, se transformando inclusive em exportadora de pedra ! A própria cidade de Paris se transformou numa imensa mina de pedra, ficando com a reputação de “cidade suspensa” sobre galerias de minas de pedras de qualidade que atingiram cerca de 300 Km (o metro possui 200 KM hoje) (Gimpel, J., 1975, p. 34). As exportações de pedra saíam sobretudo pelo porto de Caen. A Inglaterra foi uma grande importadora de pedras para parte de suas obras mais importantes.

4.6.2. Especialização e Divisão do Trabalho

A pré-revolução industrial⁶⁵ medieval se estendeu rapidamente para as cidades onde uma inovação institucional – as Guildas, organizações corporativas de ofício, tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos produtivos. Elas tinham a mesma origem de suas congêneras comerciais, nas confrarias de ajuda mútua, com seus respectivos santos padroeiros, que caracterizavam a vida social em evolução nas cidades. Na Corporação de Ofício o trabalho era estruturado hierarquicamente, dos aprendizes até o mestre superior, mas a mobilidade era aberta ao talento e a dedicação. A corporação estabelecia os níveis de qualidade do produto e o preço justo para garantir a remuneração adequada de toda a hierarquia de artesãos. Sob esta forma

(65) Optamos por empregar a expressão pré-revolução industrial em vez de revolução na medida em que a divisão do trabalho era basicamente setorial/regional e não no próprio processo produtivo. Este era ainda largamente artesanal nos processos onde não fosse possível mecanizar, embora já a partir da segunda metade do século XIII a produção capitalista fora do controle das Guildas cresce rapidamente, e onde a divisão do trabalho interno se aprofunda numa relação de trabalho propriamente capitalista.

de organização a qualidade artesanal dos trabalhos atingiu níveis muito elevados, como o testemunha o Museu da Ferramenta de Dijon, com sua enorme coleção de ferramentas especializadas de todos os tipos para os acabamentos os mais aperfeiçoados. No entanto, a expansão dos mercados puxada pela Revolução Comercial irá pouco a pouco destruir esta estrutura por dentro e por fora. Por fora pelo sistema de “putting-out”, que consistia em deslocar a produção para os vilarejos rurais fora da jurisdição das guildas. Por dentro, na medida em que a superior produtividade possibilitada pela parcelização do trabalho artesanal em operações especializadas de partes começa a se impor naqueles setores mais dinâmicos como o têxtil. A produtividade do trabalho aí foi elevada ao máximo possível pela parcelização das tarefas : a produção de uma peça de pano passava por 26 operações distintas, cada uma executada por um trabalhador especializado (Gimpel, J., 1975).

Para Lopez (1976), do mesmo modo que a indústria têxtil baseada no algodão sobretudo iniciou a Revolução Industrial no século XVIII, a indústria têxtil baseada na lã iniciou a Revolução Pré-Industrial medieval no século XII. Uma das razões para este fato está exatamente em que a produção de têxteis era dividida em operações especializadas a cargo de diferentes Guildas mas que, em função da interdependência entre elas, pouco a pouco são integradas numa única unidade gerencial. Cada operação pode ser acelerada por meio de inovações relativamente simples – a tecedora a pedal no lugar da tecedora manual e a fiação com a roca no lugar da fiação manual. Em segundo, o fato de que a flexibilidade e o peso tanto das matérias primas como dos produtos acabados permitem minimizar o impacto dos custos de transporte decorrentes da concentração da produção nos lugares mais favoráveis em termos de disponibilidade de mão de obra e de capacidade empreendedora, como nos países baixos em especial.

A indústria da seda na Itália não ficou muito atrás da indústria da lã nos países baixos. Também a produção de tecidos de linho, especialmente para a roupa de baixo (‘lingeries’), teve importância equivalente, sendo os principais centros produtores na Suíça e no vale do Reno alemão. Novos produtos têxteis mais baratos como o fustão foram também desenvolvidos a partir de uma mistura de algodão e lã. Os tecidos de algodão eram produzidos principalmente para a população pobre como atividade não especializada de mulheres, de ordens religiosas, de camponeses. Entretanto, a ampliação do mercado e a disponibilidade de trabalho atraiu muitos grandes comerciantes do Norte e do centro da Itália já no século XII com a intenção de produzir um tecido mais barato. Por volta de 1200 uma peça de fustão custava um vigésimo de uma peça

de lã de boa qualidade. A produção têxtil medieval com base no putting-out chegou perto da indústria têxtil inglesa nas vésperas da Revolução Industrial.

Por outro lado, a tendência de concentrações regionais da produção de tecidos em concorrência mútua e sua vulnerabilidade às consequências das lutas políticas incessantes, que a partir do século XIII atingiram fortemente certas regiões, resultaram em frequentes revoltas generalizadas dos trabalhadores. Até meados do século XIII boa parte da produção têxtil da Europa estava concentrada nos países baixos e nas cidades francesas de Arras, Saint-Omer e Douai no Canal da Mancha, através do qual vinha a lã da Inglaterra, então o principal centro produtor. Em 1275, entretanto, o Parlamento Inglês aprovou uma solicitação real para a criação de um imposto sobre a exportação de lã, o que causou uma perda de competitividade dos produtores da região. Em 1296 o Rei Edouard I declara um embargo sobre as exportações de lã em função de suas disputas com o rei da França, provocando desemprego e miséria entre os trabalhadores do setor têxtil, que partiram em bandos para os campos pilhando em busca de comida.

Também a primeira greve ocorre em Douai em 1245 e, desde então, elas se sucedem com frequência, levando a deslocamentos em massa de tecelões de uma cidade para outra. Em 1280 os trabalhadores têxteis de Ypres pegaram em armas no verão, os de Bruges em Setembro e os de Douai em Outubro. Massacres e pilhagens pelos trabalhadores foram reprimidas duramente, forçando muitos a se expatriar. Foram para a Inglaterra onde a indústria têxtil se expandia ou para a Itália que oferecia ainda vantagens fiscais para a mão-de-obra qualificada. Em 1271, o rei Henri III decreta que todos os trabalhadores do têxtil dos países baixos e de outros poderiam vir em toda segurança para a Inglaterra para trabalhar na produção têxtil, com isenção de taxas por cinco anos (Carus-Wilson, E., 1952).

4.6.3. Desflorestamento e Poluição de Carvão Mineral

Além do desflorestamento causado pela forte expansão agrícola e populacional, a demanda por madeira como combustível e material de construção (incluindo de navios) cresceu fortemente a partir do século XI com a expansão econômica geral. Na metalurgia eram precisos 25 m³ de madeira para a produção de 50 kg de ferro. Quarenta dias de trabalho de uma carvoaria consumia uma floresta inteira num raio de 1 Km ! Em meados do século XIII a área florestada da França já tinha se reduzido ao que é hoje (Gimpel, J., 1975). A preocupação com o desflorestamento se generalizou e políticas de proteção florestal foram implementadas, em muitos casos com sucesso. No século XIII, os representantes

da região de Dauphine na França denunciavam oficialmente as fundições de ferro como responsáveis pelo desflorestamento da região, solicitando medidas enérgicas para resolver o problema.

Na Itália a comuna de Montaguloto, talvez tenha sido a primeira a promover uma política de reflorestamento, exigindo de cada proprietário o plantio de 10 árvores por ano. Na Inglaterra as grandes florestas dominiais reais foram protegidas por leis muito impopulares. Entretanto, toda vez que havia necessidade de dinheiro o patrimônio florestal era explorado. A destruição mais rápida das florestas na Inglaterra forçou a busca de alternativas de importação (da Escandinávia)⁶⁶. Como alternativa de combustível o carvão mineral aparece como uma solução. Entretanto, não havia condições técnicas de exploração intensiva de minas profundas, com carvão de melhor qualidade. O que era possível utilizar era o carvão de aflorações mais superficiais, frequentemente na área de desembocadura de rios no mar na Inglaterra, e por isso lá chamados de « carvão do mar ». Eram carvões de baixa qualidade, com alto teor de enxofre, que provocavam uma forte poluição.

Rapidamente toda uma indústria de carvão mineral se desenvolve. Há registros de multa por escavações em plena via pública em cidades situadas sob aflorações de carvão! Até assaltos de barcaças carregadas de carvão são registrados. Desde 1200 Bruges começa a comprar carvão mineral da Inglaterra. Um comércio regular se estabelece com navios carregados de trigo indo da França para a Inglaterra e voltando carregados com carvão.

As reclamações de poluição do carvão se generalizam ao longo do século XIII nas cidades e vilarejos dotados de fornos à carvão mineral. Das grandes cidades Londres foi a primeira a se destacar com seus habitantes apresentando queixas formais contra o uso de carvão mineral nos fornos. Em 1307 uma proclamação real proibiu seu uso sob pena de multa, instando sua substituição por carvão vegetal, embora sem muito sucesso. Com registro histórico a primeira pessoa ilustre a sofrer e descrever os efeitos perniciosos do uso do carvão mineral de baixa qualidade, foi a rainha Eleonora da Inglaterra que, em 1257, deixou precipitadamente o Castelo de Nottingham queixando-se do ar empestado da cidade (Gimpel, J., 1975).

(66) Os primeiros carregamentos de madeira da Noruega entraram no porto de Grimsby em 1230. Em 1274 o mestre carpinteiro da Catedral de Norwich teve que ir até Hamburgo na Alemanha para comprar madeira! (Gimpel, J., 1975, p. 83).

4.7. A Catástrofe Econômico-Ecológica do Século XIV

A forte expansão econômica a partir do século XI levou, como foi visto, a um grande desflorestamento pela expansão da fronteira agrícola e da demanda por madeira para construção e como fonte de energia. Os impactos desse processo sobre a produtividade do sistema agrícola foram grandes. Com efeito, os sistemas de rotação de cultivos com “pousio” dependiam da presença de um estoque suficiente de floresta e de campos naturais, que eram integrados ao manejo da fertilidade através da transferência da matéria orgânica nele contida para os campos cultivados. Esse estoque de recursos naturais representava também um elemento de resiliência sócio-ecológica muito importante, na medida em que ele fornecia um complemento apreciável de alimentos, pela caça e pela coleta de fungos e de outros produtos florestais e também pela criação de animais domésticos (porcos) em meio à floresta. Em tempos de perda de colheita por pragas ou chuva insuficiente, eram uma garantia contra a fome.

A solução tecnológica para uma produção agropecuária sustentável sem a presença de um estoque florestal integrado no manejo já havia sido encontrada. Nas regiões mais dinâmicas e povoadas, como os Países Baixos e o Norte da Itália, desde o século XII, dada a escassez de floresta, se difundia um novo sistema produtivo baseado em rotações entre culturas, e não entre culturas e “pousios”, apoiada na criação animal estabilizada, e não na criação animal em áreas naturais (que já não mais existiam). No sistema anterior a lógica agrônômica de manutenção da fertilidade do solo repousava na transferência de matéria orgânica das áreas naturais para os campos cultivados. No novo sistema a fertilidade era mantida, e melhorada, pela mobilização local das reservas disponibilizáveis de nutrientes dos solos, acrescida da captação de nitrogênio atmosférico, nutriente chave, através do uso judicioso de plantas leguminosas fixadoras de N.

Esse sistema de rotações de culturas, que no século XVIII se expandirá para toda Inglaterra a partir do condado de Norfolk e no século XIX para toda a Europa, era baseado em observações multisseculares dos agricultores (há registros desta prática na Grécia e Roma antigas) sobre os efeitos benéficos de certas sucessões de plantas em cultivo para o controle de pragas. Também que plantas como as leguminosas (feijão, soja, trevo branco, favas, etc.) melhoravam a fertilidade do solo (fixando nitrogênio atmosférico). De fato, este sistema de rotações bem manejado irá configurar o que muitos consideram a 1ª revolução agrícola que acompanha a Revolução Industrial. Por que, então, sua difusão não

se estendeu por toda a Europa, à medida em que o desflorestamento avançava no século XIII? Que obstáculos havia? Uma possível explicação é a que segue.

Nas regiões dinâmicas sua difusão foi facilitada pela mudança institucional/organizacional operada com o avanço do capitalismo agrário. Nessas regiões desde muito cedo as relações feudais, com suas numerosas regulações sobre o uso dos recursos fundiários comuns, haviam desaparecido. Isto facilita a introdução do novo sistema que exigia investimentos mais elevados. A propriedade privada da terra oferecia as condições necessárias para a apropriação do retorno ao investimento realizado. Por outro lado, as perspectivas dos mercados próximos garantiam a comercialização de um excedente remunerador, sobretudo para produtos animais, um ponto forte do novo sistema.

Já para a população camponesa no interior distante, aquelas submetidas ainda a relações feudais sobreviventes ou para o campesinato independente⁶⁷, a decisão de mudar de sistema era bem menos óbvia e factível. Não havia uma “janela” de oportunidade representada por mercados em rápida expansão. A reação esperada a uma lenta degradação das condições de produção era trabalhar cada vez mais. Até não ser mais possível, mesmo querendo, ter tempo e recursos para mudar de sistema. Como pondera Laurent (1976, p. 665), “para os camponeses o aumento de bocas a alimentar significava ante de tudo o aumento da produção de cereais para fazer o pão que se tornava mais do que nunca o alimento de base na medida em que a caça escasseava”. Para implantar o novo sistema de rotação de culturas seria preciso investir em novas culturas de leguminosas e animais, *reduzindo* a superfície consagrada aos cereais, e esperar por alguns anos para que a melhoria efetuada produzisse um retorno sob a forma de uma produção acrescida de produtos animais e mesmo de cereais, apesar da redução da área destes.

Braudel (1979, tomo 2, p. 220) sintetiza bem esta armadilha: “uma população camponesa tão numerosa, próxima de uma economia de subsistência, obrigada a trabalhar sem tréguas para suportar os contragolpes das frequentes quebras de colheitas e pagar os múltiplos impostos, se fecha nas suas tarefas e preocupações cotidianas, como que paralisada diante de qualquer movimento novo. Não é nesse meio que você pode imaginar a propagação fácil do progresso técnico ou da aceitação do risco de novas culturas e de novos mercados”. Os contragolpes de frequentes quebras de colheitas a que se refere Braudel, por sua

(67) O campesinato independente se expandiu rapidamente ao longo dos séculos XIII e XIV. Ver Bloch, M. (1949).

vez, tem duas origens, além do fato mesmo da fragilização da fertilidade do sistema pela redução das florestas. Uma natural e outra humana.

A natural decorre de um fenômeno de mudança climática provocada pelo movimento do ciclo glacial. Como foi mencionado acima, este movimento depois de haver se expandido entre os séculos V e VIII, tornando o clima ruim, começou a refluir abrindo uma temporada climática mais amena e favorável à agricultura nos séculos seguintes. No entanto, como mostrou Duby (1973), esse movimento se inverte bruscamente na metade do século XIII, iniciando um período de um século extremamente frio e chuvoso, péssimo para as atividades agrícolas.

A humana tem a ver com a guerra. Com a desagregação do sistema feudal e a ascensão dos Estados centralizados, volta a guerra. A consolidação do sistema feudal no final do século X resultou num longo período de paz, sem invasões externas destruidoras. Por sua vez, as frequentes guerras ou lutas entre senhores feudais⁶⁸ obedeciam a rígidos códigos de conduta e honra no combate. Era proibido também atacar a população “civil”, queimar colheitas e instalações. As motivações variavam entre disputas por controle de terras e puro banditismo, para obter recompensas com o seqüestro do adversário. Eram lutas entre profissionais da guerra que não tinham mais o que fazer.

Nesse sentido, as batalhas de Creci em 1346 e de Angicourt em 1415 entre os Estados nascentes Inglês e Frances, não foram somente batalhas militarmente importantes na longa “guerra dos cem anos”; simbolizou também o fim de uma era. A fina flor da cavalaria francesa foi liquidada de maneira “vergonhosa”. Primeiro foi derrubada em seu avanço por uma saraivada de flechas capazes de atravessar as malhas de proteção de homens e cavalos. A tecnologia para tanto eram os arcos longos (“long bows”) desenvolvida pelos camponeses ingleses, capazes de grande impulsão. Uma vez no chão, os cavaleiros franceses foram “estripados” por batalhões galeses especialistas no uso de adagas. Com o tempo as terríveis arbaletas com flechas metálicas e os arquebuses irão substituir os arcos longos na liquidação final da cavalaria encouraçada como arma de guerra. Pior que a quebra dos códigos de honra no combate pessoal foi, obviamente, a quebra do código de conduta em relação à população civil, instalações e lavouras.

Estavam dadas desse modo as condições para a catástrofe que irá se abater sobre a Europa em meados do século XIV: uma população cada vez mais

(68) Tão frequentes que a Igreja teve que intervir decretando a “paz de Deus”, em que se limitava as épocas e mesmo os dias da semana que se podia lutar.

malnutrida, enfraquecida⁶⁹, submetida a inseguranças e violências. Para coroar e potencializar a desgraça, há indícios de que o agente patogênico da peste bubônica possa ter sofrido uma mutação com a aceleração dos contatos comerciais entre oriente e ocidente, resultando em cepas mais agressivas. Assim explode uma verdadeira *catástrofe econômico-ecológica*, fruto de uma mistura explosiva de fatores político/econômicos e ecológicos.

Porém, é preciso não perder de vista que durante todo o século da grande catástrofe as ondas de macro e micro inovações continuaram a fluir – com especial destaque para a inovação técnica de mensuração do tempo, o relógio e sua difusão, e para a inovação financeira-organizacional representada pela criação do primeiro banco moderno pelos Medici na Itália. A crise econômico-ecológica não levou, portanto, a uma regressão tecnológica. A volta de uma relação mais favorável homem/terra depois da catástrofe demográfica causada pela peste permitiu melhorar novamente a sorte dos camponeses na Europa. Porém, fora da Inglaterra, a consolidação de Estados semi-despóticos no continente e suas incessantes, e cada vez mais caras, guerras, acabou por anular o aumento do poder de barganha da massa camponesa decorrente da volta da escassez relativa de mão-de-obra. A ex-nobreza feudal, co-optada pela monarquia, recupera antigos direitos feudais sem a devida contraprestação em serviços. Na França em especial, com sua grande base de boas terras agrícolas, o campesinato pagará um preço terrível no financiamento dos desvarios de poder de seus monarcas associados a nobrezas de corte alheias à noção de serviço. A Revolução Francesa vai colocar um fim a esta situação. Depois do terror revolucionário, seguido dos desvarios napoleônicos, o país retomará a trajetória interrompida de democratização da governança. Quanto aos camponeses franceses, somente no século XIX eles voltarão a ter um nível de alimentação similar ao de seus ancestrais medievais, quando os benefícios da Revolução Agrícola do século XVIII na Inglaterra se estendem ao continente.

Considerações Finais

A Revolução Industrial ocorreu na Europa como resultado de uma evolução político-cultural peculiar que tem início na Idade Média. Ao final do período medieval a Europa Ocidental já tinha saltado à frente da China, que era a região mais desenvolvida em termos de desenvolvimento social. Entenda-se

(69) Hobsbawn (1975) faz um balanço das pesquisas que procuram mostrar que a amplitude dos estragos causados pela peste não poderia ser explicada sem estar associada à fome.

essa última expressão no sentido que lhe atribui Morris (2010), de “capacidade de realizar coisas”: de moldar seus ambientes físico, econômico, social e intelectual de acordo com suas próprias finalidades⁷⁰. Para avaliar o grau de desenvolvimento social ele propõe 4 indicadores, os quais quando adequadamente analisados efetivamente indicam “a capacidade de fazer coisas” de uma sociedade. Os indicadores seriam:

- 1-) Capacidade de produção de energia (calorias produzidas por dia por pessoa);
- 2-) Capacidade de organização (medida pelo tamanho dos maiores centros urbanos em cada região em cada momento do tempo);
- 3-) Capacidade de processamento de informação;
- 4-) Capacidade de fazer a guerra.

No que concerne o primeiro indicador de desenvolvimento social, capacidade de produção de energia, Morris (2010, pos.9873) considera que durante todo o período em questão (do século VI ao XVIII) a produção per capita na Europa teria se mantido praticamente constante, um pouco abaixo desse nível na Ásia (China). Ele não leva em conta, entretanto, que as condições para a produção de energia nesse período variaram fortemente na Europa e muito pouco na China, onde depois de dois mil anos de guerras e invasões um Estado centralizado altamente efetivo e despótico havia se consolidado. Como foi visto, esse período na Europa tem fases bem marcadas: a fase dos primeiros séculos de formação do feudalismo do século V ao X, a fase de consolidação e apogeu do feudalismo do século XI ao XIII e a fase de crise feudal e ascensão dos Estados nacionais até a Revolução Industrial. Na primeira fase, de formação do sistema feudal, período imensamente conturbado, certamente a capacidade de produção de energia per capita era inferior à da China. Na segunda fase inicia-se, como foi visto, um período de grande prosperidade material e um correspondente grande aumento da produção per capita de energia. Na terceira fase, depois da catástrofe do século XIV, o nível de captura de energia se recupera e provavelmente aumentou com a continuidade do processo de introdução de inovações que não para.

(70) Surpreendentemente, Morris (2010) considera que, ao contrário, este é um período em que a China salta à frente da Europa! E apesar disso, a Europa realiza a Revolução Industrial meramente pelo fato de estar geograficamente melhor localizada (Location, location, location!) no momento apropriado do surgimento de inovações como a navegação de alto mar...

Na segunda fase o nível de captura de energia per capita aumentou substancialmente, em primeiro lugar, pela acumulação de capital na agricultura com a difusão de inovações como arado/cavalo e sistema de rotação trienal. A produtividade do trabalho agrícola aumenta imediatamente em um terço com a adoção do sistema trienal e com o tempo tende a dobrar com o acúmulo de fertilidade e outros melhoramentos. A proporção de cavalos no rebanho total é um bom indicador desta maior capacidade de captura de calorias de origem agrícola, na medida em que o cavalo necessita de um aporte alimentar bem superior aos dos animais ruminantes, sendo em si mesmo um indicador de maior produtividade do trabalho agrícola. O rebanho equino representa um capital de eficiência superior. Além disso, ao montante de energia solar capturada pela biomassa agropecuária teria que ser somada ainda a grande quantidade de energia solar indireta capturada pelos moinhos a água e a vento. Não deve haver dúvida, portanto, que a quantidade de energia per capita na Europa nesta fase era bem superior à da China, traduzindo-se em uma **produtividade do trabalho** bem mais elevada.

Em relação ao segundo indicador, capacidade de organização indicada pelo tamanho dos principais centros urbanos, cabe notar que mesmo considerando verdadeira a premissa de Morris de que este é um bom indicador de capacidade organizacional, ele não diz nada sobre o tipo de capacidade organizacional que se abriga nas cidades. As cidades na China eram maiores nesse período, porém sua organização era altamente hierarquizada sob controle do Império. Eram centros administrativos e comerciais sem nenhuma instituição ou organização independente do Estado. Na Europa os centros urbanos eram menores, porém, como foi visto, a ascensão das cidades com a consolidação do feudalismo teve um impacto absolutamente distinto na dinâmica do sistema ao funcionar como uma fronteira interna ao mundo agrário feudal em termos da mobilidade da mão-de-obra. Nesse aspecto o tamanho dos centros urbanos era relativamente pouco importante. O importante era que elas se consolidaram como centros administrativos e comerciais independentes do Estado, governados pelo sistema de comunas e possuindo uma multiplicidade de instituições e organizações independentes de caráter corporativo que contribuíam decisivamente para uma governança mais participativa e democrática e extremamente eficiente para as atividades econômicas.

No caso do terceiro indicador, capacidade de processar informações, embora o “hardware” de comunicação fosse o mesmo (correio a cavalo e por barco), o “software” era completamente diferente. Na China a informação era

processada verticalmente através de uma hierarquia burocrática altamente centralizada e profissional, sob controle do Estado. Na Europa, ao contrário, a informação fluía e era processada por múltiplas redes institucionais/organizacionais integradas lateralmente – sistema de vassalagem, Igreja, redes de mosteiros, de cidades, de universidades, de guildas de ofício. Além disso, embora os chineses tivessem inventado a imprensa em papel, a linguagem expressa em ideogramas tornava muito difícil seu uso para reprodução da palavra escrita, o que na Europa pode ser resolvido com a invenção de Gutenberg.

Finalmente, o quarto indicador, capacidade de fazer a guerra. As diferenças são aí também notáveis. Durante a dinastia Qin o Estado chinês foi capaz de mobilizar a espantosa cifra de até 20% da população para a guerra (e grandes trabalhos públicos). O exército chinês desde a consolidação do Império sempre foi profissional e jamais ameaçou o Imperador, mas sempre teve dificuldade em conter as hordas das estepes, que invadiram o território chinês, mas acabaram assimiladas pela superior cultura chinesa. Na Europa a primeira fase testemunhou um lento fortalecimento de um sistema militar que é a essência mesma do feudalismo. Unidade armadas fragmentadas, ligadas por laços de compromissos pessoais entre senhores feudais. Sua evolução foi lenta, mas extremamente eficiente no sentido em que, a partir do século XI a Europa se tornou praticamente inexpugnável a ataques externos com um custo, graças à tecnologia, de mobilização de capital humano muito menor do que no caso da China.

As cruzadas ilustram muito bem, ao mesmo tempo, a peculiaridade institucional/organizacional e a maior eficiência militar europeia. Depois de séculos de resistindo e finalmente contendo os assaltos muçumanos vindos da Espanha e do sul da Itália e Corsega/Sardenha⁷¹, a Europa se lança no projeto internacional das cruzadas visando tomar o Santo Sepulcro e garantir a segurança dos peregrinos cristãos na Terra Santa. Apesar de controlada pelos muçumanos desde século VII, grande número de cristãos fazia peregrinação a Jerusalém. Eram recebidos como peregrinos que proporcionavam uma renda bem-vinda. Entretanto, no final do século X o Califa do Egito proibiu a peregrinação e

(71) Os ataques provenientes da Espanha muçumana foram contidos finalmente pelos reinos cristãos do norte, com a ajuda dos reis Francos na França, simbolizada pela tomada final das bases fortificadas de ataque dos muçumanos na embocadura do rio Rhône, de onde partiam vale a cima pilhando e caçando escravos. Os provenientes do sul da Itália terminaram com a expulsão dos muçumanos da Sicília pelos Vikings cristianizados da Normandia, que aí estabeleceram uma série de reinos Normandos; os provenientes da Corsiga/Sardenha terminaram com sua expulsão por uma aliança de genoveses e pizanos no começo do século XII.

mandou destruir todas as Igrejas cristãs na Terra Santa, incluindo a Igreja do Santo Sepulcro. Isso causou uma grande comoção na Europa, com apelos para uma intervenção, mas o assassinato desse Califa pôs um fim a esse processo. No entanto, o que ele fez levou a uma mudança definitiva de atitude em relação aos peregrinos cristãos que não mais tiveram o tratamento respeitoso anterior, dando origem a relatos contínuos de maus tratos. Com a tomada de Jerusalém em 1071 pelos turcos Seljuk recém-convertidos a situação piorou ainda mais. Praticamente se tornou impossível fazer uma peregrinação sem arriscar a vida ou ser vendido como escravo. Foi nesse contexto também que, em 1095, o Imperador Bizantino Alexius I Comnenus fez um apelo de ajuda ao Ocidente contra a ameaça dos turcos. No mesmo ano, em Clermont Ferrant, o Papa Urbano II pronuncia a famosa exortação para o lançamento da primeira cruzada.

É preciso ter em mente que as cruzadas eram expedições militares da feudalidade europeia que, para começar, não envolvia a todos. Como mostrou Stark (2014), criou-se uma tradição entre as famílias que participavam das cruzadas, que se auto financiavam, sendo que muitas foram levadas à ruína, tendo que dispor da maior parte dos bens. Dado o custo da logística necessária, a relação custo-eficiência militar era crucial. Como resultado, durante quase de dois séculos os reinos cristãos foram capazes de se manterem na região com efetivos militares bastante reduzidos. Além de fortalezas impressionantes em termos de capacidade de defesa⁷², a eficiência militar dos efetivos em combate tinha uma componente decisiva que historicamente foi mal avaliada: as linhas de infantaria com falanges de lanças protegendo linhas de arbaletesiros⁷³. O número de cavaleiros com armaduras era relativamente pequeno; eram muito eficientes para deslocamentos pelo território em pequenos grupos e em certos momentos no combate quando era necessário romper um flanco de defesa e, principalmente, na perseguição do inimigo que debanda. A aventura se encerra não tanto pelas habilidades militares de Saladino, mas principalmente porque o dinheiro para o financiamento da dispendiosa logística passou a ser dirigido para as novas oportunidades de negócios que se abriam com a expansão econômica Europeia.

(72) A mais famosa foi fortaleza chamada ‘Cidadela dos Cavaleiros’ na Síria. Construída pela Ordem dos Hospitalários no século XII, resistiu a todos os cercos até ser capturada sem combate em 1271 através de uma ordem falsificada pelo general muçulmano Baibars, e que cavalheiramente concedeu salvo conduto para a guarnição até a costa. Ver Gies, F. & F. (1994).

(73) Essas novas táticas e armas, desenvolvidas no início principalmente pela Comunas, vão ser um fator importante no declínio do sistema feudal na medida em que, junto com o canhão, vão dar uma superioridade decisiva aos exércitos das cidades e das monarquias frente à cavalaria pesada e os castelos fortificados feudais. Ver Rosenberg, N.; Birdzell, L. E. (1986).

Mais importante ainda que o legado medieval em termos de acumulação de capital foi seu legado sócio-político/cultural. A evolução e consolidação da ordem político-social na Europa a partir da queda do Império Romano é a história de um processo contínuo de introdução de inovações tecnológicas, organizacionais e institucionais que levou à emergência do mundo moderno, do capitalismo e da democracia. Uma sociedade não tradicionalista, mas mutante, em permanente processo de mudança. Prevaleceu uma ordem político-social em que a formação de Estados centralizados em competição foi acompanhada de uma evolução concomitante do Império da Lei e de instituições capazes de limitar o poder dos governantes.

Uma situação inusitada em que o Império da Lei se incorpora na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também do próprio processo de construção do Estado moderno. Nesse sentido, a peculiaridade do processo de construção de instituições estatais no período medieval na Europa está em que a legitimidade e a autoridade dos Estados estavam condicionadas pela habilidade em dispensar justiça com base num corpo de leis considerado legítimo por todos. O caso da Inglaterra foi o mais representativo e precoce neste sentido. O Estado inglês, o mais centralizado da Europa até o século XIV, se desenvolveu a partir das cortes reais e de sua habilidade em oferecer justiça em todo o reino. As origens do *Império da Lei*, condição necessária para uma democracia, deve ser buscada nesse peculiar processo de desenvolvimento legal onde a dinâmica de criação legislativa é condicionada por uma Lei maior, religiosamente legitimada, entendida como a corporificação de um amplo consenso social em relação às regras da justiça. As necessidades de uma economia capitalista em expansão contribuirão para reforçar este processo.

Nesse sentido, embora as ordens sociais medievais não fossem ordens de acesso aberto como numa democracia moderna, tampouco foram ordens de acesso fechado devido a competição entre elas e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado, que criavam condições muito peculiares de acesso relativamente aberto. Uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade de iniciativa à população em geral. Entretanto, com a ascensão dos Estados nacionais centralizados muitas das organizações medievais que tiveram papel importante no dinamismo inovador desse período vão desaparecer ou perder em grande medida sua autonomia, como as corporações de ofício, as cidades autônomas, a própria Igreja. No entanto, o fundamental do legado medieval irá permanecer, sobretudo na Inglaterra onde, como

foi visto, condições peculiares permitiram um movimento evolucionário mais precoce do que no resto da Europa Ocidental em direção a uma matriz institucional mais democrática, que se consolida com a Revolução Gloriosa de 1688. A Revolução Industrial aí ocorreu não por acaso.

O legado de um conjunto de fatores – o Império da Lei, o individualismo, as assembleias representativas, o respeito às profissões, o embrião de uma cultura do progresso – que traduzem em uma matriz institucional de alta **resiliência** devido a diversidade de suas organizações e instituições independentes, que formavam um tecido social que pode ser caracterizado como **orgdiverso**. Resiliência é a propriedade dos ecossistemas de resistir a impactos mantendo suas qualidades intrínsecas através de processos evolucionários adaptativos. A qualidade intrínseca maior da matriz institucional europeia era justamente a de proporcionar um ambiente evolutivo caracterizado pelo equilíbrio instável e **mutante**⁷⁴.

Referências bibliográficas

ACEMOGLU, D.; ROBINSON, J. A. (2012). *Why Nations Fail*. The Origins of Power, Prosperity and Poverty. New York: Crown Publishers. Kindle Edition.

BLOCH, M (1949). *La société féodale*. La formation des liens de dependence. Paris: Albin Michel.

BLOCH, M. (1976). *Les caractères originaux de l'histoire rurale française*. Paris: Librairie Armand Collin.

BOSERUP, E. (1970). *Evolution agraire et pression démographique*. Paris: Flammarion.

(74) Na China depois de dois mil anos de guerras internas e externas, a matriz institucional extremamente despótica que se consolida é uma matriz institucional de alta **resistência**, mas baixa resiliência, devido a ausência de organizações e instituições independentes do Estado, formando um tecido **orgmonolítico**. Resistência é a capacidade de resistir a impactos sem mudar. Nesse sentido, as reações contra impactos perturbadores eram em geral mais violentos. O campesinato chinês foi sistemática e implacavelmente explorado – em espécie e em trabalho nos projetos grandiosos do Império (estima-se em 30 milhões o número de mortos na construção da grande muralha!) – durante toda sua história num nível mais alto mesmo em relação àquele alcançado em países europeus absolutistas como a França. Mutilações exemplares em massa dos habitantes de vilarejos que não cumpriam com as metas de produção de excedente eram um dos meios rotineiros empregados. O que não evitava imensas explosões de revolta, como a dos «turbantes amarelos», cuja repressão feroz resultou, estima-se, em 20 milhões de mortos!

- BRAUDEL, F. (1979). *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles*, 3 tomes. Paris: Librairie Armand Collin.
- CARUS-WILSON, E. (1952). The Woolen Industry. In: POSTAN, M. M.; MILLER, E. (Ed.). *Cambridge economic history of Europe II: Trade and Industry in the Middle Ages*. Cambridge.
- CHAO, K. (1986). *Man and land in Chinese history*. An economic analysis. Palo Alto: Stanford University Press.
- CIPOLLA, C. M. (1967). *Clocks and culture, 1300-1700*. New York: Norton.
- DIAMOND, J. (1997). *Guns, germs, and steel*. The fates of human societies. New York: W. W. Norton & Company.
- DOBB, M. (1974). *Estudios sobre el desarrollo del capitalismo*. Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A.
- DOBB, M. (1972). Replica. In: DO FEUDALISMO ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.
- DOVRING, F. (1965). The transformation of European agriculture. In: HABAKKUK, H. J.; POSTAN, M. (Ed.). *The industrial revolution and after: income, population, and technological change (II)*. The Cambridge Economic History, Cambridge at the University Press.
- DUBY, G. (1973). *Guerriers et paysans, VII et XII siècles*. Premier essor de l'économie européenne. Paris: Gallimard.
- FEI, Hsia-tung. (1953). *China's Gentry*. Chicago: Chicago University Press.
- FERGUSON, N. (2008). *The ascent of money*. A financial history of the World. New York: The Penguin Press. Kindle Edition.
- FERGUSON, N. (2011). *Civilization*. The West and the Rest. New York: The Penguin Press.
- FUKUYAMA, F. (2011). *The Origins of Political Order*. From Prehuman Times to the French Revolution. New York: Farrar, Straus and Giroux.
- GIES, F. & F. (1994). *Cathedral, forge, and waterwheel*. Technology and invention in the middle ages. New York: Harper Collins Publishers.
- GIMPEL, J. (1975). *La révolution industrielle au Moyen Age*. Paris: Éditions du Seuil.

GOODY, J. (1983). *The development of the family and marriage in Europe*. New York: Cambridge University Press.

GREIF, A. (2006). *Institutions and the Path to the Modern Economy*. Lessons from Medieval Trade. Cambridge University Press. Kindle Edition.

GRIGG, J. (1974). *Agricultural systems of the world*. An evolutionary approach. Cambridge University Press.

GOLDSTONE, J. A. (2016). Either / Or – Why ideas, science, imperialism, and institutions all matter in the ‘rise of the west’”. *Erasmus Journal for Philosophy and Economics*, v. 9, n. 2, Autumn, p. 14-44.

GUIZOT, F. (2011). *Histoire générale de la civilisation en Europe*. Editions Norph-Nop. Kindle Edition.

HAYAMI, Y.; RUTTAN, V. W. (1971). *Agricultural development: an international perspective*. Baltimore: The John Hopkins University Press.

HOBSBAWN, E. (1975). A crise geral da economia europeia no século XVII. In: SANTIAGO, Theo A. (Org). *Capitalismo, transição*. Rio de Janeiro: Eldorado.

HOLLAND, T. (2008). *The Forge of Christendom*. The end of days and the epic rise of the west. New York: Ancor Books.

JONES, E. L. (1987). *The European miracle*. Environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia. Cambridge University Press.

KULA, W. (1979). *Teoria econômica do Sistema feudal*. Lisboa: Presença.

LANDES, D. S. (1998). *The wealth and poverty of nations*. Why some are so rich and some so poor. London: W.W. Norton & Company.

LAURENT, R. (1976). L'utilisation du sol: la renovation des methods de culture. In: HISTOIRE économique et sociale de la France, Tome III, Vol. II. Paris: Presses Universitaires de la France.

LE GOFF, J. (1990). Le travail dans les systems de valeur de l'Occident medieval. In: HAMESSE, J.; MURAILLE-SAMARAN, C. (Ed.). *Le travail au Moyen Âge*. Une approche interdisciplinaire. Textes, Études, Congres, v. 10. IEM/Université Catholique de Louvain.

LE GOFF, J. (2000). *Les intellectuels au Moyen Âge*. Paris: Editions du Seuil.

LOPEZ, R. (1976). *The commercial revolution of the middle ages 950-1350*. Cambridge University Press. Kindle Edition.

MACFARLANE, A. (1987). *The culture of capitalism*. Oxford: Blackwell.

MAZOYER, M. (1977). Evolution et différenciation des systèmes agricoles d'exploitation de la nature. In: *Les hommes et leurs sols*, n.1 special du *Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée*, v. 12, n. 3, Avr./Sept.

MCCLOSKEY, D. N. (2006). *Bourgeois virtues*. Ethics for an Age of Commerce. The University of Chicago Press.

MCCLOSKEY, D. N. (2010). *Bourgeois Dignity*. Why economics can't explain the modern world. The University of Chicago Press.

MCCLOSKEY, D.N. (2016). *Bourgeois equality*. How ideas, not capital or institutions, enriched the world. The University of Chicago Press.

MOKYR, J. (1990). *The lever of riches*. Technological creativity and economic progress. Oxford: Oxford University Press.

MOKYR, J. (2016). *A culture of growth*. The origins of the modern economy. Princeton University Press.

MORRIS, I. (2010). *Why the west rules – For now*. The patterns of history, and what they reveal about the future. New York: Farrar, Straus and Giroux.

NEEDHAM, J. (1969). *The grand tritiation*. Toronto: University of Toronto Press.

NEEDHAM, J. (1965). Physical and physical technology: mechanical engineering. In: NEEDHAM, J. (Ed.). *Science and civilization in China*, v. 4, part 2. Cambridge: Cambridge University Press.

NORTH, D.; THOMAS, R. P. (1973). *The rise of the western world*. A new economic history. Cambridge at the University Press.

NORTH, D. C.; WALLIS, J. J.; WEINGAST, B. R. (2009). *Violence and social orders*. A conceptual framework for interpreting recorded human history. Cambridge: Cambridge University Press.

OLSON, M. (2000). *Power and prosperity*. Outgrowing capitalist and communist dictatorships. New York: Basic Books.

OXELE, O. G. (1990). Le travail au XI siècle: réalités et mentalités. In: HAMESSE, J.; MURAILLE-SAMARAN, C. (Ed.). *Le travail au Moyen Âge*.

Une approche interdisciplinaire. Textes, Études, Congrès, v. 10. IEM/Université Catholique de Louvain.

PARRAIN, C. (1944). The evolution of agricultural technique. In: THE AGRARIAN life of midle ages. CLAPHAN, J. H.; POWER, E. (Ed.). *The Cambridge Economic History*. Cambridge University Press.

PERNOUD, R. (1980). La femme au temps des Cathédrales. Paris: Éditions Stock.

ROMEIRO, A. R. (1998). Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura. São Paulo: Fapesp/Annablume.

ROSENBERG, N.; BIRDZELL, L. E. (1986). *How the West Grew Rich*. The economic transformation of the industrial world. Basic Books.

SIGAUT, F. (1975). *L'agriculture et le feu*. Role et place du feu dans les techniques de preparation du champ de l'ancienne agriculture europeenne. Paris: EHESS et Mouton and Co.

SIGAUT, F. (1977). Quelques notions de base em matière de travail du sol dans les anciennes agricultures europeennes. In: Les hommes et leurs sols, n.1 special du *Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée*, v. 12, n. 3, Avr./Sept.

SLICHER, Van Bath, B. H. (1966). *The agrarian history of Western Europe, A.D.500-1500*. London: E. Arnold Publishers Ltd.

SWEEZY, P. M. (1972). Uma critica. In: DO FEUDALISMO ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

STARK, R. (2014). How the West Won. The Negleted Story of the Triumph of Modernity. Wilmington: ISI Books. Kindle Edition.

TAKAHASHI,H.K.(1972). Uma contribuição para a discussão. In: DO FEUDALISMO ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

USHER, A. P. (1954). *A history of mechanical inventions*. Harvard University Press.

VILAR, P. (1975). A transição do feudalismo ao capitalismo”. In: SANTIAGO, Theo A. (Org). *Capitalismo, transição*. Rio de Janeiro: Eldorado.